

O SABER OCUPA LUGAR: a CONSTRUÇÃO da Paz e Coesão Social em Cabo Delgado

Relatório do Estudo¹ para a
Fundação MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil

Terezinha da Silva e Teresa Cunha



¹ A fotografia da capa é da autoria de uma das autoras do relatório, Teresa Cunha.

Ficha Técnica

Estudo sobre a Construção da Paz e a Coesão Social em Cabo Delgado

Para a Fundação MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil

Autoras:

Terezinha da Silva

Teresa Cunha

Maputo, 18 de Novembro de 2021

Índice

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO EXECUTIVO..... | 4 |
| CAPÍTULO 1..... | 14 |
| A PAZ E A COESÃO SOCIAL: DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL..... | 14 |
| A PAZ E A CONSTRUÇÃO DA PAZ..... | 14 |
| A COESÃO SOCIAL..... | 22 |
| CAPÍTULO 2..... | 28 |
| PARA FAZER AS PAZES EM CABO DELGADO: AS NOSSAS VIDAS, AS NOSSAS VOZES..... | 28 |
| CABO DELGADO..... | 29 |
| A CONSTRUÇÃO DA PAZ..... | 44 |
| CAPÍTULO 3..... | 68 |
| LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES..... | 68 |
| TESES E LIÇÕES APRENDIDAS SOBRE A GUERRA EM CABO DELGADO..... | 68 |
| TESES E LIÇÕES APRENDIDAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PAZ..... | 72 |
| TESES E LIÇÕES APRENDIDAS SOBRE COESÃO SOCIAL..... | 74 |
| AS NOSSAS RECOMENDAÇÕES..... | 76 |
| CONCLUSÃO..... | 80 |

Índice de Figuras

| | |
|---|-----------|
| <i>Figura 1 – Tipos de Violência.....</i> | <i>16</i> |
| <i>Figura 2 – Tipos de Paz.....</i> | <i>17</i> |
| <i>Figura 3 – Enfoques da Coesão Social.....</i> | <i>22</i> |
| <i>Figura 4 – Coesão Social.....</i> | <i>26</i> |
| <i>Figura 5 – O que é a Paz?.....</i> | <i>45</i> |
| <i>Figura 6 - O que é preciso fazer para chegar à paz?.....</i> | <i>57</i> |

Índice de tabelas

| | |
|---|-----------|
| <i>Tabela 1- Áreas de Actuação e Recomendações.....</i> | <i>12</i> |
| <i>Tabela 2 – Impactos da Guerra.....</i> | <i>70</i> |
| <i>Tabela 3 – Diferentes âmbitos onde é necessário actuar para se conseguir chegar à Paz.....</i> | <i>73</i> |
| <i>Tabela 4 – Recomendações.....</i> | <i>77</i> |

Índice de gráficos

| | |
|--|-----------|
| <i>Gráfico 1- Características da situação actual em Cabo Delgado.....</i> | <i>31</i> |
| <i>Gráfico 2 – Responsáveis pela situação actual em Cabo Delgado.....</i> | <i>32</i> |
| <i>Gráfico 3 – Principais causas da situação actual de Cabo Delgado.....</i> | <i>36</i> |
| <i>Gráfico 4 - Condições necessárias para a paz, justiça e felicidade.....</i> | <i>48</i> |

Sumário Executivo

O momento que a província de Cabo Delgado atravessa exige uma atenção redobrada por parte de toda a sociedade moçambicana. A coesão social e a paz são os desígnios nacionais que têm sido postos gravemente em causa pela insurgência armada que é responsável directa pela deslocação forçada de cerca de 40% da população², a destruição das infra-estruturas, a severa militarização da sociedade, o aumento da violência em todas as esferas da vida, a ausência de serviços públicos, a desconfiança e o medo generalizados. Este estudo é um contributo para ampliar os conhecimentos sobre a província e a guerra trazendo aspectos inovadores que passamos a destacar.

O que trazemos de novo

Este relatório recusa ser um exercício de vitimização e de funcionar como um muro de lamentações. É antes um trabalho reflexivo, composto por muitas e diversas vozes que tanto identificam os problemas, como dão voz a denúncias, mas sobretudo avançam com propostas e mostram iniciativas, ainda que incipientes muitas delas, que já estão no terreno mas são capazes de gerar alternativas ao actual estado de coisas. Nas palavras de uma das nossas interlocutoras tem também um objectivo ético-político: aumentar o grito de Cabo Delgado.

² Dados da Organização Mundial das Migrações - OIM: <https://reliefweb.int/report/mozambique/iom-mozambique-dtm-baseline-assessment-report-round-13-cabo-delgado-nampula-niassa>

Em termos analíticos temos uma abordagem que privilegia a complexidade e assume a importância do contexto. Neste sentido, em primeiro lugar, mostramos clara e inequivocamente, a complexidade causal da violência e da guerra em Cabo Delgado. Sublinhamos ainda a economia política regional e global que explicam uma parte da emergência e da persistência desta violência (ver capítulo 3 e apêndice 2). Daqui decorre uma visão contextual e multi-dimensional da construção da Paz. É por esta razão que introduzimos os conceitos de *Pazes e Fazer as Pazes* para dar conta dessa complexidade e contextualização necessária para uma compreensão mais profunda do que realmente está em causa.

Em segundo lugar, buscamos realçar as ferramentas existentes e disponíveis nas culturas locais para pensar tanto a paz como a coesão social tornando estes conceitos mais perceptíveis e operativos para as populações locais. São o caso dos conceitos de Wunnuwana e do uBuntu (ver capítulo 1). Por outro lado, o resgate destes conceitos culturalmente enraizados permite colocar em evidência os valores culturais existentes para *Fazer as Pazes* como a contra-cultura necessária à crescente militarização e ao conseqüente aumento da violência no seio das relações sociais.

Do ponto de vista metodológico trazemos dois elementos que consideramos inovadores no campo dos estudos sobre a guerra em Cabo Delgado realizados até ao momento. A nossa opção *bottom-up* teve duas conseqüências fundamentais. O primeiro foi de considerar que as narrativas das pessoas que aceitarem conversar

conosco não são dados nem elas são meras informantes. Pelo contrário, elas são autoras de conhecimentos e reflexões críticos e fundamentais, sem os quais não seria possível levar por diante este estudo, e, muito menos, saber como alcançar a Paz e a Coesão Social. É por isso também que o capítulo 2 é constituído por estes discursos em estreito diálogo com o nosso. Em segundo lugar optámos por inverter o velho provérbio para significar que todo este saber tem que ocupar lugar nas nossas mentes, nos estudos que produzimos e nas políticas a levar a cabo (ver o título do estudo).

Ao nível político este estudo, que é uma pesquisa para a acção, identifica lições aprendidas e, com base nelas, apresenta dois tipos de recomendações. As primeiras respondem a princípios gerais de acção política de nível macro. A sua estruturação em diferentes dimensões não impede, no entanto, uma visão integradora de cada uma delas. As segundas são de carácter prático cuja escala de realização tanto pode ser pensada a nível micro quanto meso (capítulo 3). A considerável paleta de opções permitirá a cada uma das instituições avaliar quais as intervenções, com quem, quando e onde, sente serem as mais adequadas às suas visões e missões sem nunca descartar o diálogo contínuo e democrático com as populações e a sua justa aspiração da Paz e da Coesão Social para todas e todos.

A nossa experiência com esta pesquisa e a escrita deste relatório permite-nos afirmar que estes estudos além de nos dotarem de novos e relevantes conhecimentos sobre os assuntos aqui abordados, constitui-se também como uma oportunidade, sabiamente

aproveitada por todas/os as/os nossas/os interlocutoras/es para tomar maior consciência sobre as potencialidades e os problemas do território.

Serviu ainda como contributo reflexivo para a construção de capacidades colectivas para a Coesão Social e a construção da Paz na sua província por se sentirem ouvidas, valorizadas e por poderem partilhar, com uma comunidade mais alargada os seus medos, aspirações conhecimentos e propostas.

O que é a Paz e a Coesão Social

A Paz não é apenas a ausência de guerra ou de conflitos violentos. A Paz é uma construção multidimensional de condições de segurança, acesso a recursos de vida, de garantias e usufruto dos direitos humanos e da participação democrática livres de violência, na sociedade onde se escolhe viver.

Ela implica condições materiais e imateriais de bem-estar e harmonia que só podem ser alcançadas quando a justiça social se torna uma realidade. Deste modo, pensar a Paz está intrinsecamente relacionada com a construção diária da Coesão Social, incentivando práticas de confiança mútua baseadas em relações sociais positivas. É a gestão participada das expectativas comuns, e as condições para que, num país ou região do mundo, todas e todos tenham lugar, vivam uma vida que vale a pena ser vivida e possam sonhar e projectar o futuro sem medo e sem angústias.

Além disso, como nos ensinam os Estudos para a Paz, a Paz não é um conceito unívoco nem universal. Por isso optamos

por falar em *Pazes* e *Fazer as Pazes*. Fazer a Paz envolve sempre a compreensão do contexto em que ela tem que acontecer, a história de violência que a precede, e os anseios da sociedade quanto ao seu presente e o seu futuro. Fazer as Pazes é *wunnuwana*, é crescer com, é saber que a minha humanidade é refém da humanidade de cada uma e de todas as outras pessoas e por isso cada uma/um tem que cuidar sempre da humanidade da/o outra/o.

Ela tem tanto dimensões subjectivas e pessoais quanto dimensões sociais, políticas³, económicas e culturais. Cada sociedade tem os seus meios para pensar e conceber a Paz e é capaz de definir e implementar as ferramentas de que necessita para levar a cabo os seus projectos de Justiça, Coesão e Paz. Na verdade, a Paz é sempre uma afirmação das capacidades colectivas dos grupos, comunidades e nações para pensar e realizar os seus próprios desejos com base na resolução pacífica dos conflitos e tensões e na justa redistribuição das suas riquezas.

Por outro lado, a Coesão Social está intimamente relacionada com os níveis de confiança recíproca que permitem encarar os conflitos e as tensões de forma positiva e a procura de soluções para eles que não envolvam nem a violência nem o dano das outras pessoas ou dos contextos vitais que sustentam a

vida e a sociedade. A Coesão Social alcança-se quando, ao invés da apropriação, do despojo ou da exploração, as relações sociais são baseadas na partilha democrática da autoridade e da legitimidade.

A Coesão Social é uma consequência de uma cidadania activa, participativa e democrática que vela e garante a igualdade substantiva de todas e todos as/os cidadãs/ãos e que conta com cada uma e cada um para realizar o projecto nacional de desenvolvimento respeitando as suas origens culturas e formas de vida. A Coesão Social manifesta-se em relações de poder onde prevalece o respeito mútuo, e a segurança de que as vozes de todas e todos são ouvidas e contam. É sempre uma relação em dois sentidos já que a confiança tem que ser recíproca para existir.

O uBuntu é um conceito que desafia a nossa compreensão sobre Coesão Social e a nossa forma de existência numa sociedade consumista, competitiva e individualista. A prática do uBuntu implica pois a confiança, a vontade de viver juntas/os preservando e garantindo a dignidade de todas e todos e que tudo isso se constrói nessa conexão empática e compassiva com todas as outras pessoas e criaturas.

³ Para efeitos de clareza conceptual deixamos aqui claro que quando utilizamos o termo 'políticas' não nos referimos a políticas governamentais ou estatais mas sim à acção deliberada de regulação e governação de qualquer agente social como se infere da etimologia da palavra: a acção realizada na *polis*, a cidade, a entidade-território que todas e todos habitamos.

A estrutura do relatório

Ora, parece que isto não está a acontecer em Moçambique onde os défices de Paz e Coesão Social parecem andar lado a lado.

Este estudo, levado a cabo entre finais de Agosto e finais de Outubro de 2021, por uma equipa de 4 investigadoras/es (2 mulheres e 2 homens) coordenada por Terezinha da Silva, enquadra-se nos objectivos estratégicos gerais do MASC e nos objectivos específicos definidos para a área sobre Construção de Paz e Coesão Social (Bloco B). Procura responder a alguns dos desafios do Plano Estratégico da Fundação plasmados no seguinte:

1- Estabelecer um quadro teórico e analítico sobre a Paz e a Coesão Social para compreender melhor o que se passa em Cabo Delgado;

2- Reunir evidências sobre o que é a Paz e a Coesão Social e o que é necessário fazer para acabar com a violência e realizar o desígnio nacional da Coesão Social através de metodologias *bottom-up* que privilegiam as vozes e os conhecimentos das pessoas directamente afectadas pela violência e pela guerra;

3- Fazer recomendações no que concerne ao desenvolvimento de políticas e acções de apoio e de intervenção social junto das populações afectadas com vista ao fortalecimento das capacidades colectivas para terminar com a guerra, iniciar a reconstrução pós-bélica e alcançar uma Paz duradoura;

Este relatório está estruturado em três capítulos, a saber:

No primeiro capítulo faz-se uma revisão da literatura sobre Paz e a Coesão Social delimitando conceptualmente essas categorias e criando o lastro teórico para em seguida se proceder à análise dos dados empíricos.

No segundo capítulo, o mais longo e substantivo, apresentam-se os as narrativas das pessoas do amplo espectro social escutado e analisam-se. É a metodologia analítica adoptada que dá o nome a este estudo: O SABER OCUPA LUGAR.

No terceiro e último capítulo elaboram-se as teses saídas da análise dos discursos locais, as lições principais e as recomendações políticas e de intervenção social.

Incluem-se as referências bibliográficas em notas de rodapé, apêndices com dados sobre o contexto, instrumentos metodológicos, mapa resumo das despesas efectuadas e outros documentos considerados pertinentes.

Desafios encontrados

É uma constatação que todos os estudos têm limitações e sofrem constrangimentos. Neste caso concreto tivemos, desde o início, plena consciência da situação de instabilidade e de guerra que se vive em Cabo Delgado. Isso causou evidentes limitações à nossa mobilidade e das cidadãs e cidadãos com quem conversámos e ao acesso a informação considerada sensível. Ficaram evidentes os traumas e o medo das populações pelas sucessivas experiências de violência e de repressão. Estes factores foram e são fortes condicionantes que foram tidos em conta e que, em certos momentos, nos impediram de poder chegar a mais pessoas por estas não considerarem seguro falar ou não se sentirem confortáveis em partilhar as suas experiências e conhecimentos.

Além disso, a crescente militarização da província, e a chegada dos efectivos ruandeses e da missão da SADC, tornou ainda mais complexa e delicada a situação. Tendo consciência de todos estes problemas optamos por informar as autoridades de todos os nossos passos quer ao nível da cidade de Pemba quer ao nível das aldeias visitadas nos distritos de Metuge e Ancuabe. Procurámos a cada passo as melhores soluções para garantir que a pesquisa seguisse o seu caminho de forma segura e rigorosa.

Um outro repto importante que esta pesquisa suscita é a consciência de que a situação é dinâmica e que as condições vão mudando às vezes muito rapidamente. Isso requer uma atenção redobrada em termos de pesquisa. Queremos chamar a atenção para algumas das questões verdadeiramente

desafiantes que se nos apresentaram mas que não foram objecto de aprofundamento neste trabalho e que devem constituir preocupações para trabalhos subsequentes:

- Existe uma presença assinalável de organizações e instituições nacionais e estrangeiras, governamentais e outras no terreno realizando intervenções e levando a cabo acções de emergência e de apoio às populações, nomeadamente, às pessoas deslocadas. Aparentemente a coordenação entre estas instituições e a sua acção é precária ou mesmo inexistente.

Pensamos que faz falta começar por fazer um mapeamento, o mais completo possível desta presença no terreno, para poder informar políticas de concertação e de cooperação tão necessárias à coesão e à coerência da acção social.

- Sabe-se que uma parte das pessoas que fugiram dos seus lugares de origem em Cabo Delgado se está a deslocar para outras províncias. Segundo dados da OIM, em Setembro de 2021, 99,448 pessoas deslocadas foram identificadas em Nampula, 1,221 no Niassa, 1,602 na Zambézia, 164 em Sofala e 110 em Inhambane (Apêndice 2).

Isto significa que está em curso uma reestruturação demográfica e, potencialmente, uma reorganização fundiária que importa conhecer e avaliar para desenhar políticas públicas que possam responder aos desafios que estes movimentos populacionais representam no presente e no futuro.

- Há cada vez mais testemunhos de identificação de jovens que foram vistos a participar em ataques do lado dos grupos insurgentes a circular em Pemba. Isto está a levantar muitas preocupações sobre a segurança mas também como se poderá processar a re-integração e a reconciliação nas e entre as famílias de origem e as famílias vitimizadas.

Por outro lado, há notícia de que quando estes jovens são presos não existem garantias de respeito dos seus direitos humanos. Pelo contrário, fala-se de tortura sistemática, maus-tratos, desaparecimentos, total *blackout* informativo sobre a sua situação e/ou paradeiro.

Este é assunto conversado ainda em voz baixa e as pessoas sentem medo em partilhar as suas reflexões. Receiam represálias quer por parte de insurgentes infiltrados que tenham a missão de se vingarem quer por parte das autoridades por poderem ser acusadas de cumplicidade.

Sendo um problema central em termos de reconstrução pós-bélica, reconciliação e re-integração, é cada vez mais pertinente conhecer melhor a situação, actuar junto das autoridades policiais de modo a garantir o pleno respeito dos direitos humanos dos presos e começar a desenhar, junto com as populações acções de reconciliação e de re-integração daqueles e daquelas que estiveram entre os grupos de insurgentes e querem regressar renunciando à violência e refazer as suas vidas na comunidade.

- Outro desafio encontrado e de grande gravidade é como será feita a re-integração das raparigas e mulheres que foram raptadas e foram utilizadas nas bases de insurgentes quer como carregadoras de armas, espias, escravas sexuais, esposas de comandantes, procriadoras de futuras criança-soldados, ou mesmo combatentes. Estas raparigas, além dos traumas sofridos enfrentarão animosidade, repúdio, e muitos preconceitos no momento do regresso. Estudos realizados⁴ sobre o que

⁴ Entre outros ver: Casimiro, Isabel (2004), *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia; Cunha, Teresa (2014), *Feminismos, pós-colonialismo, Moçambique e Timor-Leste*. Coimbra: Almedina; Katto, Jonna (2018), 'A Avó foi Guerrilheira'. *Memórias de vida das mulheres que lutaram pela independência de Moçambique no norte de Niassa*. Tallinna: Tallinna Raamatutrukikoda.

aconteceu depois das duas últimas guerras mostram que este é um problema sério e que não pode ser escamoteado.

Apesar do pesado silêncio que ainda paira sobre o das mulheres raptadas e presentes entre as fileiras de insurgentes, é necessário iniciar um trabalho de cura das almas destas mulheres e raparigas e das suas famílias e de como se processará o seu regresso às suas comunidades. Isto exige um cuidado e uma sensibilidade acrescidos por envolver graves violações dos direitos humanos e, naturalmente, das crianças que nasceram destas terríveis experiências de guerra.

É preciso prestar uma cuidadosa atenção a este problema criando medidas de recuperação psicológica e cura emocional destas crianças, mas também estimular e promover um ambiente culturalmente pacífico e de deslegitimação da violência.

Isto poderá ser conseguido através de acções sistemáticas de Educação para a Paz como: a introdução de novas disciplinas sobre Paz, Democracia e Direitos Humanos nos currículos das escolas primárias e secundárias, actividades extra-curriculares sobre os mesmos temas, a promoção de narrativas de expressão artística para a Paz,

- Por fim, um último desafio queremos destacar e diz respeito às crianças-soldado. Apesar de não haver evidências sistemáticas recolhidas entre interlocutores presentes nas bases dos grupos insurgentes, circulam entre a população, com base em testemunhos prestados por famílias de crianças raptadas, notícias sobre uma estratégia de recrutamento e treino de crianças para combaterem e para realizarem massacres.

Os relatos disponíveis, por comprovar, falam de rituais de sangue, antropofagia forçada, utilização sistemática de drogas, maus-tratos em caso de recusa e de doutrinação ideológica. Em qualquer caso é extremamente plausível que muitas crianças estejam a ser instrumentalizadas e se convertam em autênticas máquinas de guerra.

As nossas recomendações

Suscitadas pelas evidências empíricas e analíticas reunidas neste estudo, apresentamos as nossas recomendações mais gerais e algumas das recomendações práticas escolhidas entre todas as identificadas e que constam do capítulo 3,

A nossa estratégia para a escrita destas recomendações contou com 3 passos, a saber:

- a) Definimos 7 áreas principais de actuação
- Segurança
 - Justiça Transicional
 - Justiça
 - Social
 - Económica
 - Política
 - Comunicação Social

b) Elaborámos uma recomendação geral para cada uma das áreas

c) Desagregámos cada recomendação em propostas de ordem prática, ou seja, actividades concretas a levar a cabo.

Tabela 1- Áreas de Actuação e Recomendações

| ÁREA DE ACTUAÇÃO | RECOMENDAÇÕES |
|----------------------|---|
| SEGURANÇA | <p>A CRIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA TERMINAR COM A VIOLÊNCIA ARMADA E ASSEGURAR A SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenhar e negociar e levar a cabo um processo de desmobilização, desarmamento e reintegração no mais curto espaço de tempo possível das/os combatentes (desmilitarização da sociedade); |
| JUSTIÇA TRANSICIONAL | <p>A CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE VERDADE, PAZ E RECONCILIAÇÃO COM VISTA AO APAZIGUAMENTO E AO DIÁLOGO CONSTRUTIVO ENTRE GRUPOS E COMUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentar as pessoas que foram mortas durante a guerra e os abusos e as violações dos direitos humanos praticados contra as populações civis para memória futura e não repetição da violência; |
| JUSTIÇA | <p>O REFORÇO DA ACÇÃO DA JUSTIÇA PARA JULGAR E PUNIR O CRIME E A CORRUPÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levar a tribunal os crimes económicos e ambientais praticados na província (poluição dos lençóis freáticos, caça furtiva, corte ilegal de madeira, exploração de trabalho escravo, entre outros); |
| SOCIAL | <p>A ASSUNÇÃO PLENA DA COESÃO SOCIAL COMO DESÍGNIO NACIONAL ATRAVÉS DE POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS INTEGRADAS, ABRANGENTES E EQUITATIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma disciplina de Educação para a Paz, Democracia e Direitos Humanos para todo o sistema de ensino, desde o primário ao superior; - Criação de programas radiofónicos e televisivos (em sinal aberto), privilegiando as rádios comunitárias, expressamente concebidos para educar para a paz e os direitos humanos; - Criação de centros de artes para o desenvolvimento da expressão artística como terapia e criação de imaginários culturais de Paz e Coesão Social; |
| ECONÓMICA | <p>A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPODERAMENTO ECONÓMICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar cooperativas locais com base nas capacidades colectivas instaladas valorizando o trabalho que as pessoas desenvolvem na sua comunidade como por exemplo, produzir e comercializar esteiras da paz, trabalhos em capulana com mensagens de paz; |
| POLÍTICA | <p>O APROFUNDAMENTO E REFORÇO DA DEMOCRACIA NO PAÍS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formar as/os funcionárias/os para a ética republicana do trabalho nas instituições do Estado e para os Direitos Humanos; |
| COMUNICAÇÃO SOCIAL | <p>A PROTECÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DOS DIREITOS A UMA INFORMAÇÃO VERDADEIRA E DE QUALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Punir os crimes contra jornalistas e outros agentes da comunicação social |

Declaração de interesses e as garantias de igualdade de género

Para terminar importa fazer uma declaração de interesses. Estamos convencidas que as palavras dizem o mundo, tanto aquele que queremos como aquele que não queremos. Além disso as línguas são entidades vivas que se modificam e evoluem conforme as dinâmicas das sociedades onde são continuamente produzidas e reinventadas.

Nesse sentido, e para cumprir com o nosso ideal da Igualdade de Género, partilhado com o MASC e a Constituição da República de Moçambique, usamos nesta proposta e em todos os documentos da nossa autoria uma linguagem inclusiva e sensível ao género. Consideramos ainda que este exercício é uma pedagogia de inclusão e de Coesão Social apoiada num horizonte de igualdade e respeito integral por cada ser humano sem qualquer discriminação.

Capítulo 1

A Paz e a Coesão Social: delimitação conceptual

Quando se procura entender uma realidade complexa como é a de Cabo Delgado precisamos recorrer ao máximo de conhecimentos disponíveis. Se, por um lado, qualquer estudo que pretenda informar a acção política e social não pode prescindir das vozes e da sabedoria acumulada e inscrita na sociedade, das suas experiências práticas e até sentimentos, também é fundamental não negligenciar o que as teorias e os estudos mais sistemáticos nos ensinam. É na articulação destes dois ricos campos de saber que devemos buscar os fundamentos de uma análise que se pretende rigorosa sem, contudo, ser neutra já que buscamos os valores da Paz e da Coesão Social para transformar positivamente o nosso mundo e o nosso país. Entendemos assim, que este relatório não ficaria completo sem fazer uma breve pontuação conceptual sobre a Paz e a Coesão Social para esclarecer o quadro matricial teórico que este estudo segue.

A Paz e a construção da Paz

Tentar compreender um conflito é muito mais complexo do que falar do de um acto de agressão directa (Cunha, 2006)⁵. O mesmo podemos dizer quanto à compreensão da guerra como uma disputa por um território e pelos seus recursos ou dos actos de violência de um Estado contra outro para salvaguardar ou lograr os seus interesses estratégicos

(Kaldor, 2001: 31)⁶. As economias de guerra que estão associadas aos conflitos armados, os fenómenos de deslocamento forçado de multidões humanas, a brutalidade dos meios empregues, a violação em massa dos direitos humanos, a destruição de infra-estruturas e do meio ambiente e a multiplicidade de actores bélicos, fazem com que os chamados 'novos conflitos' possuam uma complexidade crescente, também porque ocorrem num mundo globalizado, sujeito a relações sociais e políticas profundamente marcadas por contradições e sentidos disruptivos e que tendem a produzir *guerras globalizadas* (Correia, 2001⁷; Kaldor, 2001). Tais são os desafios que se colocam aos estudos sobre a Paz e sobre a guerra, ou seja, os novos problemas da conflitualidade das relações humanas e dos fenómenos que esta gera, seja ao nível formal das instituições locais ou transnacionais, seja ao nível informal das comunidades familiares ou societárias de pequena dimensão.

Deste modo, parece-nos essencial construir um quadro teórico sobre a Paz. Entendemos que a Paz designa o campo conceptual no qual se reconhecem múltiplas formas de regulação pacífica dos conflitos, onde se geram relações e expectativas positivas para a satisfação das diversas necessidades humanas, (Muñoz, 2001: 26,29)⁸, ao nível subjectivo, inter-subjectivo e social, mantendo uma relação de harmonia entre as pessoas assim como com a natureza. Desde a

⁶ Kaldor, Mary. (2001), *Las nuevas guerras: violencia organizada en la era global*, Barcelona: Kriterion Tusquets Editores.

⁷ Correia, P.P. (2001), "Velhas e Novas Cartografias dos Conflitos", José Manuel Pureza (org.), *Para uma Cultura da Paz*. Coimbra: Quarteto, 55-81.

⁸ Muñoz, Francisco A. (org.) (2001), *La Paz Imperfecta*. Granada: Instituto de la Paz y de los Conflictos, Universidad de Granada.

⁵ Cunha, Teresa (2006), *Vozes das mulheres de Timor-Leste*. Porto: Afrontamento.

simples ideia de Paz como ausência de conflito ou de guerra, como entendia Clausewitz, até ao entendimento de que a violência existe sempre que um *dano desnecessário* é infligido (Reardon, 1985: 41)⁹, a amplitude do arco conceptual da Paz alarga-se, procurando não desperdiçar nenhuma experiência de relação pacífica ou de manifestação do nosso acervo cultural e existencial de apaziguamento. Por isso, os estudos sobre e para a Paz expandiram o seu interesse epistemológico por problemáticas como o desenvolvimento, a economia global, a interdependência dos países, novos paradigmas de segurança, relações de poder entre os sexos e o pacifismo.

A proposta conceptual de Galtung (1996)¹⁰ considerada seminal, descreve a partir de um modelo triangular e que se retroalimenta a multidimensionalidade da Paz. Também nos mostra como não se pode falar de Paz sem falar da violência que a interrompe ou a degrada. Neste sentido, é adequado esclarecer o pensamento de Johan Galtung a este respeito que, em grande medida nos ajuda a compreender várias das questões que a seguir emergem das vozes e sabedorias locais e que prescrevem propostas e acções que, no seu entendimento, poderão fazer chegar à Paz na província de Cabo Delgado.

Para fazer a Paz precisamos compreender a violência que a degrada e a interrompe

A primeira ideia que é necessário sublinhar, como já se fez atrás, é que para fazer a Paz, construir a Paz, chegar

à Paz é necessário compreender a violência: como elas e produz e reproduz, as suas causas e efeitos, as suas características. O autor oferece o seguinte mapa conceptual a partir da sua própria definição de violência que segundo ele são todas as "ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral, reduzindo os níveis de satisfação dessas necessidades abaixo do que é potencialmente possível" (Galtung, 1990: 292)¹¹. Assim, ele distingue três grandes tipos de violência:

- A **violência directa** que é aquela que é exercida directamente sobre os corpos das pessoas, mutilando, torturando, matando;
- A **violência estrutural** que significa a violência produzida pela organização económica e política das sociedades. Esta violência expressa-se na desigual distribuição do poder e, conseqüentemente, em oportunidades desiguais, na discriminação e na injustiça. A violência estrutural pode levar à impossibilidade da manutenção da própria vida¹²;
- A **violência cultural** é qualquer aspecto ou elemento de uma cultura, (religião, tradição, rituais, arte, linguagem, ciência) que pode ser usado para legitimar socialmente a violência directa ou estrutural. A violência cultural actua através da criação de estereótipo e preconceitos, mecanismos de discriminação e inferiorização de certas pessoas ou grupos e faz com que a violência directa e estrutural pareçam aceitáveis.

⁹ Reardon, Betty A. (1985), *Sexism and the War System*. New York: Teachers College Press.

¹⁰ Galtung, J. (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict Development and Civilization*. Oslo: PRIO.

¹¹ Galtung, Johan, J. (1990), "Cultural violence", *Journal of Peace Research*, 27(3) 

¹² Ver aqui: https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&pag=7865&id_lingua=1



Figura 1 – Tipos de Violência

Tendo definido e compreendido como as violências se geram, se propagam e permanecem nas sociedades é possível começar a definir melhor os campos da Paz que as procuram deslegitimar e até erradicar proporcionando a todas as pessoas as melhores possibilidades de viver sem medo, sem coação e com inteira e inalienável liberdade e dignidade.

Em primeiro lugar Galtung distingue entre Paz positiva e Paz negativa. Esta distinção serve para chamar à atenção que a ausência de conflito bélico explícito não constitui verdadeiramente a Paz pois as violências directas (violência doméstica, p.e.), estruturais (injustiças e exploração) e culturais (discriminações, xenofobia, p.e.) continuam a perpassar a vida das pessoas e a provocar danos irreparáveis e evitáveis. Galtung (1996) propõe então a substância da Paz como **Paz positiva** e concebe-a de forma tridimensional. A partir da teorização deste autor definem-

se os três campos da Paz positiva da seguinte maneira:

- A **paz positiva directa** consiste na bondade física e verbal, boa para o corpo, para a mente e o espírito. Esta bondade é voltada para si e para todas as pessoas que estão em redor e produz continuamente bem-estar e conforto pessoal e colectivo. É poder viver sem medo do nosso corpo ser violentado, magoado ou a nossa mente ser torturada;
- A **paz positiva estrutural** é a liberdade, a equidade e a igualdade, o reconhecimento, a justiça social; é o respeito pelos justos anseios das pessoas, dos grupos e das comunidades; é a garantia de participação na vida social sem medo de repressão ou represálias. É ter direito a uma vida com dignidade contribuindo e usufruindo das riquezas que são de todas e todos;
- A **paz positiva cultural** é a legitimação e a valorização de todos os modos pacíficos de resolver conflitos através da religião, do direito formal ou da regulação consuetudinária, da linguagem, da educação, ciência, arte ou dos meios de comunicação social. A paz positiva cultural é aquela que perpassa a nossa vida pessoal e social de modo a criar imagens e símbolos positivos da diversidade das nossas identidades e sublinha a nossa capacidade de transformar uma tensão ou conflito numa possibilidade de nos transformarmos em pessoas e sociedades melhores, inclusivas, democráticas e respeitadoras.



Figura 2 – Tipos de Paz

A Agenda da Paz das Nações Unidas e a Paz e a Resolução 1325/2000 como horizonte de Paz para a humanidade

Do ponto de vista mais institucional é útil voltar a nossa atenção para a *Agenda da Paz* de 1992 e o *Suplemento* que se lhe seguiu em 1995, elaborados pelo então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Boutros Boutros Gahli, e que foram uma tentativa de revitalizar a agenda institucional e transnacional da Paz. Apesar de se referir permanentemente aos princípios da Carta da ONU, o então Secretário-Geral procurou redefinir, ou melhor, actualizar o espírito dos princípios que emanam dela, à luz das novas configurações políticas, sociais, económicas e culturais, próprias do princípio da década de noventa do século passado. O século XXI trouxe novos problemas e desafios, sobretudo os ligados ao aprofundamento das clivagens sociais e políticas, à disseminação do terrorismo de vários tipos e à reconfiguração sócio-política do mundo. No entanto, esta

agenda das Nações Unidas ainda contém uma potência heurística para a compreensão da Paz e da construção da Paz no mundo que não é sensato desperdiçar.

Note-se que, na abordagem institucional que aqui nos ocupa, quem constrói a Paz são os Estados, a chamada Sociedade Civil, as Nações Unidas, as instituições académicas, os parlamentares, as comunidades profissionais e de negócios, os *mass media* e o público em geral (Report of the Secretary-General, 1992: ponto 84)¹³. Ou seja, todas/os são convocadas/os a contribuir para a Paz na sua esfera de acção pública que é a principal agenda comum da humanidade. Por isso são chamadas/os a discutir novas problemáticas e a enunciar novas respostas e acções no âmbito do desenvolvimento económico e social sustentável, do ambiente e da sua preservação, do bem-estar da população humana, promovendo os direitos humanos e os direitos das mulheres. Este capital de envolvimento directo de conhecimentos e intervenção potencia e o *spirit of commonality* servirá de base e sustentáculo para as decisões difíceis que os tempos exigem.

Em Março do ano 2000, reúne-se a 23ª Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas cujo conteúdo é expresso no seu título: *Women 2000: Gender Equality, Development and Peace for the*

¹³ Report of the Secretary-General (1992). *An Agenda for Peace Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping* (A/47/277-S/24111), New York: Organization of the United Nations; Report of The Secretary-General (1995). *Supplement to an Agenda for Peace: Position Paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations*, (A/50/60 –S/1995/1), New York: Organization of the United Nations.

Twenty-First Century. A declaração final reafirma a urgência e a absoluta necessidade de trabalhar activamente para a igualdade entre os sexos e a participação das mulheres em todas as escalas e níveis para se poder chegar à paz e ao desenvolvimento (ONU, A/S-23/10/Rev.1). Em Outubro do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU aprova o documento que se torna, em termos normativos internacionais, absolutamente nuclear para aquilo que é considerado o novo perfil de actuação política e operacional da Organização acerca das questões da paz, segurança internacionais e mulheres: a Resolução 1325 (ONU, S/RES/1325 [2000]).

A Resolução 1325 é acolhida por toda a comunidade de mulheres e suas organizações como um passo fundamental no caminho, não só da igualdade entre os sexos, mas sobretudo no reconhecimento do lugar central que estas têm a montante, durante e a jusante de qualquer projecto de paz e desenvolvimento. Apesar de a Carta das Nações Unidas preconizar a igualdade entre mulheres e homens, fá-lo de uma forma tão geral que se torna secundária¹⁴. Desde os primórdios da existência da Organização, as mulheres foram e sentiram-se subalternizadas aos mais diversos níveis. Apesar da evolução ocorrida, entretanto, as mulheres continuavam a avaliar muito negativamente quer o discurso, quer a prática das NU assim como o seu empenho em mudar alguma coisa, de facto. A Resolução 1325 vem, por isso,

constituir-se como um momento de grande importância para a mudança desejada. Este documento está estruturado em quatro grandes blocos de conteúdos:

- O primeiro reconhece os impactos especiais que os conflitos bélicos têm sobre as mulheres e as raparigas. Estas, sendo esmagadoramente civis, e uma vez que cada vez mais as 'novas guerras' atingem civis e não combatentes, estão sujeitas à violência em geral, assim como a um certo tipo de agressão que lhes é particularmente destinada e é usada como arma de guerra: as violações sexuais em massa, a escravatura sexual, a separação forçada das famílias e o tráfico. Uma consequência directa é de imediato consagrada no texto: a necessidade de criar medidas e mecanismos próprios e apropriados de protecção legal e humanitária das mulheres e raparigas, enquanto civis, deslocadas ou refugiadas. O texto da Resolução vai mais longe ao pedir aos estados-membros a aplicação sem restrições da lei internacional existente e o fim da impunidade. Afirma, ainda, a necessidade de incluir nos normativos internacionais uma *perspectiva de género*, ou seja, discriminar positivamente as mulheres e as raparigas sempre que isso se justifique. É caso disso a criminalização explícita de actos de agressão baseados no sexo, como a violação sexual, a partir de agora considerada um crime contra a humanidade e cujos perpetradores devem ser perseguidos e julgados.

- Em segundo lugar, o documento afirma o papel fundamental que as mulheres desempenham na prevenção dos conflitos e na sua resolução e, em consequência, na construção da paz.

¹⁴ No Preâmbulo da Carta, no terceiro parágrafo diz: «Ao reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas» (Carta da Organização das Nações Unidas – 1945).

Apesar de não explicitar em que esferas concretas são reconhecidas as acções das mulheres, apela para o *pleno envolvimento das mulheres nos esforços e na promoção da paz e da segurança* e a necessidade de aumentar a sua presença em todos os processos e níveis de decisão. Para tal, apela para que mais mulheres chefiem missões de paz e assumam, por exemplo, o posto de "Representantes Especiais" do Secretário-Geral, isto é, que tenham um papel mais activo nos escritórios diplomáticos da Organização, desde a prevenção e alerta precoce até à negociação e construção da paz.

- Em terceiro lugar, a Resolução 1325 apela para que a *perspectiva de género* se torne dominante em todas as Missões de Paz da ONU através, não só de uma maior presença de mulheres a todos os níveis (desde a composição das missões até aos mais altos postos de comando), mas também na formação dos oficiais e polícias civis. A produção de material de informação adequado a mulheres, a identificação e aquisição de material de apoio logístico, de saúde e humanitário que inclua respostas imediatas e adequadas às necessidades especiais das mulheres em situação de conflito ou pós conflito bélico, são mais algumas das medidas preconizadas por esta Resolução. Um dos casos mais especiais é o que se refere às mulheres ex-combatentes e suas/seus filhas/filhos, a quem não era reconhecido esse estatuto no final de qualquer conflito, ficando desprovidas de qualquer apoio para recomeçar as suas vidas.

- Por último, o Conselho de Segurança solicita aos estados-membros mais apoio financeiro e técnico para o melhor funcionamento de todos os organismos da ONU com programas

destinados a determinados públicos como crianças e adolescentes, mulheres e refugiadas/os *inter alia*.

O Conselho convida o Secretário-Geral a levar a cabo um estudo detalhado sobre o impacto dos conflitos armados nas vidas das mulheres e raparigas e da importância do papel destas nos processos de paz.

Para ter Paz é preciso descolonizar o mundo

Apesar de considerarmos muito importantes as conceptualizações acima destacadas consideramos necessário introduzir alguns elementos de pensamento crítico sobre a Paz que pensamos serem necessários tendo em conta a especificidade de Cabo Delgado e Moçambique. Neste sentido, trazemos para este curto debate duas ideias que emergem dos Estudos Críticos da Paz.

A primeira ideia é que é necessário descolonizar a ideia de Paz¹⁵ já que os conceitos ainda dominantes tanto na academia quanto nas instituições internacionais a este respeito foram gerados a partir da experiência histórica do ocidente, especialmente europeu e norte-americano. Ora, o longo ciclo colonial europeu teve e continua a ter efeitos imensos na vida das pessoas dos países que um dia foram suas colónias.

¹⁵ Centro de Investigación y Educación Popular/ Programa por la Paz (CINEP/PPP) (2020), 'Nota editorial: Estudios críticos de Paz: perspectivas decoloniales', *Colección Papeles de Paz* 12, pp. 7 – 19.; Parrado, Érika Paola Pardo (2020), 'Vetas reflexivas: las mujeres como sujetos históricos en la construcción de paz en Colombia', *Colección Papeles de Paz* 12, pp. 59 – 67.; Restrepo, Eduardo. (2015). 'Estudios culturales en América Latina'. *Revista Estudios Culturais*, 1, 46-73.

Na verdade, raramente se assume a importância que os conhecimentos locais, gerados nos sofrimentos que gerações que experimentaram através da conquista, da ocupação e da exploração colonial, têm para se pensar a constituição das violências e dos caminhos possíveis e desejados para chegar à Paz. Consideramos que persiste uma lógica colonial tanto nas estruturas de poder transnacional quanto na academia que invisibiliza e inviabiliza que outros conceitos de violência e de paz se afirmem e contribuam para respostas mais adequadas e mais sustentáveis no que diz respeito à construção da Paz.

Defendemos convictamente que a violência é sempre um dano e que não provocar qualquer dano a ninguém e em nenhuma circunstância é fundamental. Contudo também sabemos que a ideia do que é 'dano' é fortemente contextual assim como serão, por maioria de razão, as respostas que podem evitá-los, repará-los e restaurar a harmonia e a Paz.

Assim, é necessário a nosso ver, não apenas ouvir as vozes locais de quem experimentou na sua própria vida a violência colonial, a guerra da libertação, as alegrias da independência nacional, as agruras da guerra dos 16 anos, o regresso da paz e agora vive mais uma guerra que já lhe tirou a vida, a casa, a família, a esperança, incluir desde já, em processos participativos e respeitosos as suas análises, os seus desejos e as suas propostas.

Descolonizar a Paz significa que as pessoas em Cabo Delgado possam definir elas mesmas o que é a Paz para elas num horizonte de emancipação pessoal e colectiva. Trata-se de construir

a Paz de baixo-para-cima.

A segunda ideia é pensar que a nossa Paz existe à custa da guerra contra outras/os. Não é possível fazer as Pazes sem perceber que há uma economia política da guerra que está para além das fronteiras dos Estados nacionais e muitas vezes dos meios que dispõem para lidar e acabar com os conflitos violentos nos seus territórios. A geopolítica dos interesses dos países tanto no âmbito regional quanto internacional é, quase sempre, um elemento crítico essencial para perceber a eclosão e a manutenção de estados de guerra no mundo. Nenhuma guerra é puramente doméstica.

Esta situação fica claramente explícita através de vários pontos de análise. O primeiro é a continuidade das relações coloniais através das missões militares ainda que, no âmbito de acordos multilaterais ou bilaterais. Não é por acaso que em países africanos onde ocorrem guerras, a maioria das chamadas tropas internacionais são muitas vezes comandadas por generais da antiga potência colonial. No caso de Cabo Delgado não é negligenciável pensar nas relações políticas e os interesses comuns entre o Estado francês e do Estado ruandês e a presença militar do Ruanda no teatro das operações. O mesmo pode ser dito do interesse de Portugal em participar activamente no esforço de guerra mesmo que, através da União Europeia. Isto tem significado para quem segue com atenção estes assuntos, que apesar do colonialismo político ter terminado existem muitas relações inter-governamentais cuja lógica ainda obedece a essa velha ordem política-militar.

O segundo enfoque analítico são a criação de zonas de interesse económico que têm que ver tanto com o acesso a matérias-primas e recursos naturais muito valiosos como à mobilidade de mercadorias e capitais.

As elites mundiais, o 1% da população do mundo¹⁶, que controlam o capitalismo neo-liberal financeiro e extractivista são, por natureza, depredadoras e recorrem à violência sempre que necessário para conseguirem obter os resultados de lucro e acumulação que lhes são favoráveis. Não é sensato pensar-se que não existem relações directas entre as guerras que umas/uns sofrem e os paraísos de paz e prosperidade onde algumas/uns outras/os vivem. A garantia da Paz em alguns lugares do mundo só é possível através da *exportação das violências estruturais* como são o *colonialismo, o capitalismo e o patriarcado dentro de um modelo imperial neo-liberal dirigido por uma burguesia financeira global* (CINEP/PPP, 2020: 13).

A deslocalização das indústrias para países onde a mão de obra pode ser escravizada, os diamantes de sangue ostentados em festas e festivais de luxo, as redes de tráfico humano e de exploração sexual sobretudo de mulheres, o narcotráfico, a florescente indústria de armamento dos países centrais como França, Reino Unido, Estados Unidos da América, entre outros, são algumas das facetas destas relações obscuras que impõem violências estruturais permanentes que levam às guerras onde as pessoas não têm capacidade de se defenderem.

Não há uma só Paz, mas Pazes. Precisamos fazer as Pazes

Como notas finais afirmamos que de tudo o que argumentamos em cima se retira a conclusão que não existe uma só maneira de tematizar e pensar a Paz. A Paz e os processos de construção da Paz são múltiplos, polifónicos, envolvem histórias e experiências diversas. É nossa convicção que é necessário fazer um resgate das visões de Paz, a partir de baixo, desde as sabedorias ancestrais, valorizar as ferramentas que todas as culturas têm para resolver os seus conflitos de modo positivo e transformador e sem recorrer à violência. A Paz não é uma entidade isolada e descontextualizada. Por todas estas razões pensamos ser mais adequado falar de Pazes e, mais do que construir a Paz, é preciso fazer as Pazes, conosco mesmas/os, com as/os outras/os e com a natureza.

Um ensinamento precioso chega-nos da própria cultura Emakhuwa que é o conceito de Wunnuwana. Wunnuwana significa 'crescer com' e isso, em si mesmo é uma relação tridimensional: com a natureza, com as pessoas e com o sagrado. Só se é, só se cresce em Paz consigo mesma/o, participando na vida da comunidade que envolve sempre as criaturas de todos os tempos: as que estão, as que estiveram e continuam a estar, as que ainda não estão, mas já estão. A Paz, segundo esta lição só se atinge no cuidado que essa relação permanente exige e promove. E isso é um trabalho incansável, inquebrantável, incessante.

¹⁶ Shiva, Kartikey (2020), *Oneness vs. the 1%: Shattering Illusions, Seeding Freedom*. London: Chelsea Green.

Fazer as Pazes é wunnuwana, é crescer com, é saber que a minha humanidade é refém da humanidade de cada uma e de todas as outras pessoas e por isso cada uma/um tem que cuidar sempre da humanidade da outra/o.

A Coesão Social

No contexto de uma sociedade marcada por fortes desigualdades, conflitos violentos e a emergência de fenómenos climáticos extremos a vulnerabilidade social tem sido considerada como a exposição de territórios, grupos e pessoas a mudanças sociais e ambientais inesperadas que interrompem os seus meios de subsistência e criam instabilidades para as quais não são encontradas respostas em tempo útil (Zacarias, 2019)¹⁷. Assim, pode-se afirmar que uma comunidade em processo de fragilização multidimensional coloca a Coesão Social em causa assim como a sua capacidade colectiva de adaptação e fazer face aos riscos e às contrariedades.

É importante, especialmente no contexto deste estudo, precisar o que estamos a entender por Coesão Social. Serve-nos isto para perceber como este conceito nos pode ajudar a perceber melhor alguns dos problemas identificados e formular, mais adequadamente, as medidas que é necessário pensar e implementar para contrariar os deficits e os constrangimentos que se enfrentam em Cabo Delgado, um corpo social e um território seriamente atingidos na sua Coesão Social.

¹⁷ Zacarias, D. A. (2019). 'Understanding community vulnerability to climate change and variability at a coastal municipality in southern Mozambique'. *International Journal of Climate Change Strategies and Management*. Vol. 11 n° 1, pp. 154-176.

Entendemos abordar teoricamente a Coesão Social a partir de dois enfoques analíticos principais: a confiança, nas suas diferentes dimensões e níveis, e as capacidades colectivas de uma sociedade. Para terminar incluímos uma breve reflexão sobre o uBuntu que consideramos um elemento da filosofia africana, particularmente da África austral, muito produtivo para pensar, a partir do nosso próprio contexto, as condições próprias para uma Coesão Social fortemente contextualizada, mas aberta a todos os horizontes possíveis.

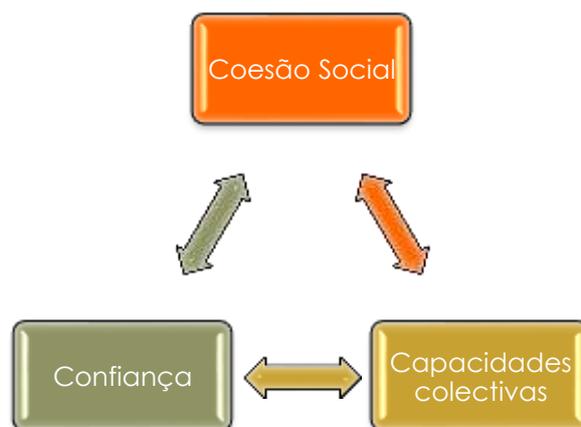


Figura 3 – Enfoques da Coesão Social

Em primeiro lugar parece-nos útil e adequado começar por referir a definição de Coesão Social que o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2020: 13)¹⁸ desenvolve:

*- The extent of trust in government and within society and the willingness to participate collectively toward a shared vision of sustainable peace and common development goals.*¹⁹

¹⁸ UNDP (2020), Strengthening SOCIAL COHESION Conceptual framing and programming implications. New York: UNDP.

¹⁹ A confiança no governo e na sociedade e o desejo de participar colectivamente para uma

Como se pode verificar no texto, há vários elementos fundamentais a ter em consideração e que podem ser resumidos nas seguintes palavras-chave: **confiança, paz, desenvolvimento, comunidade, colectivo e participação.**

A confiança é a primeira palavra a aparecer e a infra-estruturar todas as demais condições, sem as quais, não poderá existir a Coesão Social que se plasma em paz e desenvolvimento colectivo e sustentável. Porém, não nos parece suficiente mencionar que a confiança é um conceito central para entender a Coesão Social. É necessário elaborar melhor o que está contido neste conceito.

A primeira distinção a fazer é que a confiança existente (ou não) numa sociedade se estrutura em torno de dois níveis principais: um horizontal e outro, vertical (UNDP, 2020: 18 e ss.).

A **confiança horizontal** presente numa sociedade diz respeito aos níveis de confiança que existem nas relações sociais entre as pessoas apesar da diversidade de culturas, línguas e experiências. Ela traduz-se em relações de convívio e harmonia entre pessoas, grupos e comunidades, de regulação pacífica de conflitos e tensões, na gestão positiva das expectativas de segurança e apoio mútuos. É um profundo sentido de interdependência que se constrói no respeito e na dignidade de todas e todos. Assim, cada pessoa sente que a sua humanidade é reconhecida e promovida no seio da sua família, grupo e comunidade. Esta confiança horizontal é, pois, tanto inter-

subjectiva, onde as/os sujeitas/os se estimam e se humanizam nas relações que desenvolvem, como é socialmente orgânica pois os colectivos, as instituições sociais e culturais próprias de uma comunidade ou grupo, são parte dessa rede de segurança e de construção recíproca de humanização e capacitação colectiva. Neste caso, a confiança promove e alimenta a partilha de valores e práticas sociais consideradas essenciais para preservar o bem-estar de todas as pessoas hoje, e garantir o futuro para todas e todos, amanhã. As redes, as alianças entre cidadãos/ãos, os cuidados com os bens comuns como a fertilidade da terra, a qualidade do ar e da água, as florestas e os recursos naturais são parte do que resulta da Coesão Social que se baseia nesta confiança horizontal.

Por outro lado, a **confiança vertical**, é a relação que se estabelece entre a sociedade e as autoridades que governam a sua comunidade ou país. Por outras palavras, trata-se das condições que estão na base da adesão das/os cidadãos/ãos às propostas e políticas promovidas pelos governos e aparelho e administração estatais nas suas componentes, civil, económica, justiça, policial e militar. Esta adesão implica o reconhecimento, explícito e implícito, da importância que estas instituições e políticas têm para o seu bem-estar e para a garantia perene da sua dignidade. A confiança vertical é, em grande medida, aquilo que nos permite avaliar o nível de real legitimidade social e política que existe numa sociedade e que não é obtida sob coação, medo ou meros actos formais mas sem substância democrática real. Manifesta-se na confiança que se tem nas lideranças políticas, sociais e

visão partilhada de paz sustentável e objectivos de desenvolvimento comuns. Tradução das autoras.

económicas, nas instituições aos mais diversos níveis e nos processos que elas desenvolvem como as eleições, justiça fiscal, justiça, segurança social, redistribuição das riquezas de todas/os, orçamentos e gestão das contas públicas do Estado, combate à corrupção. A confiança vertical é fortemente afectada e prejudicada com medidas políticas consideradas injustas, com a repressão e falta de informação credível, com a privatização do Estado em favor das elites, com políticas desenhadas de cima-para-baixo e sem participação nem consentimento democrático das comunidades, exclusão e o uso sistemático da violência directa, estrutural e cultural por parte do Estado e das suas instituições. Isto significa que muito antes de um conflito armado e uma guerra acontecerem a Coesão Social pode estar seriamente posta em causa por acção dos Estados e dos governos deixando a sociedade ainda mais vulnerável perante uma situação limite como é a que se vive, hoje em dia, em Cabo Delgado.

Confiança horizontal

- A confiança que existe nas relações sociais apesar da diversidade de culturas, línguas e experiências das pessoas que compoem uma sociedade. Ela traduz-se em relações de convívio e harmonia entre pessoas, grupos e comunidades, de regulação pacífica de conflitos e tensões, na gestão positiva das expectativas de segurança e apoio mútuos.

Confiança vertical

- É a relação que se estabelece entre a sociedade e as autoridades que a governam. Por outras palavras, trata-se das condições que estão na base da adesão das/os cidadãs/ãos às propostas e políticas promovidas pelos governos e a administração estatais nas suas componentes, civil, económica, justiça, policial e militar.

A Coesão Social baseada na confiança envolve normas, símbolos, sentimentos e comportamentos gerados e produzidos ao longo do tempo e que foram e são fundamentais na construção das identidades pessoais assim como para a lealdade aos projectos nacionais a que sentem pertencer. É a possibilidade, sem a qual, se tornaria impossível viver juntas/os e em Paz.

O segundo enfoque analítico que queremos tematizar neste estudo acerca da Coesão Social respeita às **capacidades colectivas** de uma sociedade. Seguimos Alfonso Dubois (2019: 27)²⁰ quando ele diz que as capacidades colectivas são:

- *la capacidad que tenga cada*

²⁰ Dubois, Alfonso (2019), 'La propuesta alternativa desde el enfoque de las capacidades. Conceptos y marco de análisis' in *Aberdi et al Territorios en conflicto. Claves para la construcción de alternativas de vida*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, pp. 25 – 69.

*sociedad de definir y llevar adelante el futuro que considera deseable y posible. Es decir, se trata de analizar el proceso colectivo de funcionamiento por el cual una sociedad determina los objetivos comunes de bienestar que considera valiosos y, en particular, ver si está mediatizado por agentes o factores externos que impiden poner en juego los intereses de los diferentes grupos e, igualmente, establecer hasta qué punto se tienen en cuenta estos distintos intereses en el proceso de toma de decisión.*²¹

Torna-se bastante evidente que só uma sociedade capaz de decidir sobre si mesma possui a força interna para se manter coesa e independente além de fazer face a incertezas e calamidades sejam estas económicas, ambientais, humanitárias ou outras. Por outro lado, as capacidades colectivas repousam nas estruturas, atitudes e comportamentos que geram empoderamento pessoal/individual nomeadamente das pessoas que são excluídas ou invisibilizadas. Esse empoderamento significa, dar-lhes o poder de dizer o seu mundo, nos seus próprios termos, línguas e cosmovisões e decidir sobre a sua vida com base nas suas expectativas e aspirações. Pessoas empoderadas são muito mais susceptíveis a uma participação activa e comprometida com as mudanças e transformações que a sociedade sonha

²¹ A capacidade que cada sociedade tem para definir e levar a cabo o futuro que considera desejável e possível. Por outras palavras, trata-se de analisar o processo colectivo de funcionamento através do qual uma sociedade determina os seus objetivos comuns de bem-estar que considera valiosos e, em particular, perceber se estão mediados por agentes ou factores externos que impedem de levar em conta os interesses dos diferentes grupos, assim como estabelecer até que ponto se têm em consideração os diferentes interesses nos processos de tomada de decisão. Tradução das autoras.

e deseja no seu todo. Sentem que fazem parte do todo. Defendem com mais zelo os valores e os bens comuns sejam estes materiais, espirituais ou simbólicos. Desta forma, além dos ganhos individuais, podemos afirmar que as capacidades pessoais estão na base de acções colectivas desenhadas para terem impacto no contexto sócio-institucional e que vão formando novos horizontes sociais de bem comum.

Outro elemento importante a ter em consideração neste debate sobre a importância das capacidades na construção da Coesão Social é a importância dos contextos. Não é possível pensar a Coesão Social a partir de pressupostos abstractos e universalistas, de uma visão de que *one size fits all*. Pelo contrário, tantos os processos de confiança como os de capacidades são fundamentalmente contextuais e têm que ser pensados, desenhados e implementados com base na história, experiências e aspirações das comunidades, locais, regionais e nacionais. É um esforço contínuo de convergência, de negociação, onde cada uma/um deve sentir que tem lugar, tem uma palavra a dizer e que essa palavra é levada a sério. Por isso, a Coesão Social para ser sustentável tem que emergir organicamente nas sociedades e tem que ser alicerce e o horizonte da vontade de vivermos juntas/os (UNDP, 2020: 21).

Respeitar a história e a experiência de cada comunidade não é limitar as suas opções nem fechar as sociedades à solidariedade, às alianças com outras sociedades. Pelo contrário, é garantir a apropriação endógena e orgânica das suas próprias narrativas significativas para que essa abertura a outros mundos,

outras histórias, outras experiências, ganhe espaço e sentido sem subverter ou degradar aquilo que a sustém. É uma permanente dialéctica entre a energia interior, que nos mantém juntas/os, e as energias externas que nos ampliam o mundo e as escolhas.

A Coesão Social é, deste modo, um factor muito importante para a consecução dos objectivos de bem-estar e de projecção do presente e futuro com base em relações positivas, pacíficas e democraticamente reguladas. A Coesão Social é a construção sustentada e sustentável de laços sociais diversos que facilitam trocas, a confiança e a cooperação.

A Coesão Social é como um conjunto de esferas fluidas de interacções sociais que contribuem para a melhoria de vida da comunidade, a diminuição das incertezas e o aumento da capacidade de cooperar em direcção a objectivos comuns (Piedade, 2017)²² que proporcionam meios de subsistência, soberania, democracia política e discursiva, acesso a recursos materiais e simbólicos de melhoria das condições materiais e imateriais da vida.

Assim, neste contexto, entendemos, que a Coesão Social acontece quando as pessoas num espaço-território estão suficientemente preparadas e compreendem a necessidade de viverem em comunhão porque é assim que poderão compreender de forma mais adequada os fenómenos que as rodeiam. É viverem num *spirit of*

²² Piedade, Bonifácio (2017), 'A educação e o desenvolvimento comunitário como alavanca crucial para a coesão social'. *Revista Ciências da Educação Americana*, ano XIX, n. 39, p. 35-52.

commonality resiliente às desigualdades e às injustiças de todas as ordens.



Figura 4 – Coesão Social

Defendemos e argumentamos que a Coesão Social envolve várias dimensões, desde a confiança aos valores e sentido comum de cidadania (Moura *et al.*, 2014)²³. A Coesão Social é que permite que as pessoas se reconheçam, se entendam, e se relacionem mantendo o sentido de solidariedade. Pode-se afirmar que uma sociedade não pode existir sem que tenha no seu seio estruturas, práticas e horizontes de coesão interna.

Para terminar vale a pena trazer para esta breve delimitação conceptual uma curta reflexão sobre a filosofia uBuntu tão própria às culturas da África austral e que permite densificar a compreensão

²³ Moura A. *et al* (2014). 'Coesão Social e educação superior' in António Teodoro; José Beltrán, *Ensayos sobre educación superior en términos de igualdad e inclusión social*. Sant Martín, Argentina: Mino y Dávila Editores, pp. 159-168.

deste conceito tendo em consideração as cosmovisões e idiosincrasias locais.

O uBuntu é uma palavra em língua zulu, falada na África austral, nomeadamente na África do Sul, cuja tradução mais conhecida se resume na frase: "eu sou, porque nós somos" (Praeg; Magdala, 2014: p.96)²⁴ e que revela, através dela, a intrínseca relação da pessoa com a comunidade que a sustenta. No entanto, e segundo Drucilla Cornell, a filosofia do uBuntu implica mais do que isso. Para ela o uBuntu rege-se pela centralidade do princípio da transcendência, em três sentidos: (1) sair de si em direção à sua ancestralidade; (2) sair de si em direção à comunidade (3) e, finalmente, transcender-se a si mesma/o em direção às potencialidades que cada uma e cada um de nós tem (2009, p.47)²⁵. É ainda a aspiração a ser-se justa/o sem esperar uma reciprocidade mecânica e imediata porque todas as ações éticas reverberam e contribuem para construir coletivamente uma comunidade ética. O uBuntu é um 'ativismo ético da virtude' (Cornell, 2009 p.48) em que o bem-estar da pessoa está conectado com o bem-estar de toda a comunidade e, nessa interdependência, se cria um mundo onde todas e todos têm dignidade.

O uBuntu é um conceito que desafia a nossa compreensão sobre Coesão Social e a nossa forma de existência numa sociedade consumista, competitiva e individualista. A prática do uBuntu implica, pois, a confiança, a vontade de viver juntas/os preservando e garantido a dignidade de todas e todos e que tudo isso se constrói nessa conexão empática

e compassiva com todas as outras pessoas e criaturas. São muitas/os as/os pensadoras/es que estudam e refletem sobre o uBuntu, tal como Mokgoro (1998)²⁶. Ele chama a atenção que essa palavra traduz uma 'cosmovisão africana de mundo antiga e abrangente', tornando-se muito desafiador traduzir o termo e os seus significados nas línguas ocidentais.

O autor também evidencia que no uBuntu se podem relacionar tanto valores ancestrais africanos, como modos contemporâneos de os realizar. É uma cosmovisão e também um horizonte político, ou uma ferramenta ética. Letseka (2011)²⁷ afirma que a ética do uBuntu é uma filosofia cujos valores podem e devem ser disseminados para além do continente que a gerou.

²⁴ Praeg, L.; Magdala, S. (2014). *UBUNTU. Curating the Archive*. Pietermaritzburg: UKZN Press.

²⁵ Cornell, D. (2009). 'uBuntu, Pluralism and the Responsibility of Legal Academics to the New South Africa'. *Law Critique*, nº 20, pp. 43-58.

²⁶ Mokgoro Y. (1998). 'Ubuntu and the Law in South Africa'. *Bufalo Human Rights Law Review*. Vol 4, nº 15, pp. 15-23.

²⁷ Letseka, M. (2012). 'In Defence of Ubuntu'. *Stud Philos Educ*. nº 31, pp. 47-60. Published online: 6 October 2011 _ The Author(s) 2011. This article is published with open access at Springerlink.com.

Capítulo 2

Para fazer as Pazes em Cabo Delgado: as nossas vidas, as nossas vozes

Este capítulo é dedicado a apresentar as reflexões e os conhecimentos presentes nas narrativas das diferentes pessoas ouvidas ao mesmo tempo que as vamos analisando e teorizando com elas. Como argumentamos em cima, a Paz e a Coesão Social necessitam de uma abordagem multidimensional e de baixo-para-cima de forma a ser sustentável e a ter profundos impactos no tecido social, na vida material e simbólica dos grupos, comunidade e país. Consideramos, pois, que este capítulo representa a parte mais substantiva deste relatório, que nos permitirá, articulando teoria, empiria e análise, retirar as lições necessárias e elaborar as recomendações políticas que possam contribuir para um horizonte de pacificação, de justiça e de democracia no país.

Para compreender, analisar e retirar lições destas narrativas, quer as presentes nas entrevistas, quer as nos inquéritos, aplicámos uma matriz de análise estruturada em categorias e sub-categorias. Em primeiro lugar, analisamos os conteúdos plasmados nos inquéritos por entrevista realçando as ideias fortes através de sub-títulos a que chamamos de teses. Estas teses procuram sintetizar o que de essencial retiramos do conjunto das falas.

Os questionários foram tratados estatisticamente apresentando-se os resultados através de diagramas que, conjuntamente com a análise qualitativa dos inquéritos por entrevista, são os fundamentos analíticos deste estudo.

A intensidade e a riqueza dos testemunhos e conhecimentos recolhidos são imensos. Fica claro que a sociedade, nos seus diversos sectores, tem imensos saberes e reflexões que nos permitem afirmar que existem capacidades endógenas cruciais que não devem ser negligenciadas para pensar e executar um plano de pacificação e reconstrução em Cabo Delgado. Neste capítulo damos, portanto, a máxima importância às falas e aos termos em que as/os nossas/os interlocutoras/es exprimem os seus pensamentos, conhecimentos e aspirações.

Por outro lado, importa referir que a extensão do material empírico nos obrigou a realizar alguns recortes. Isto significa que na análise que se segue, elegemos os excertos que nos parecem mais significativos do seu pensamento e que se articulam com a nossa grelha teórica-analítica.

Como referido em cima, por motivos da confidencialidade exigida, não colocamos os nomes das/os autoras/es dos excertos utilizados. Porém, em apêndice são apresentadas as transcrições disponíveis devidamente anonimizadas. A/O leitora tem assim acesso aos textos originais para contrastar se considerar necessário.

Cabo Delgado

Ninguém vive bem, nem para dormir dá,
a esperança morre.

TESE 1 – A guerra é a guerra: é luto, tristeza, medo, morte, perdas, trauma

Importa-nos sublinhar, mais uma vez, que uma das lições recebidas foi que não é possível falar de Paz e Coesão Social sem falar da guerra. Por isso, hoje em dia, falar de Cabo Delgado é falar da guerra que grassa na província. Deste modo começamos esta análise exactamente por aí, pelo que as pessoas dizem de si, da sua experiência como habitantes de uma província em guerra.

É interessante perceber como as pessoas conceptualizam este conflito violento e como o definem para além dos discursos oficiais. As suas considerações são baseadas na experiência viva das diversas violências, nas memórias traumáticas que sofreram e sofrem, nos testemunhos que todas/os partilham diariamente sobre a família, amigas/os, colegas atingidas/os directamente por aquilo a que algumas/uns chamam, sem dúvida, uma guerra ainda que não tenha sido declarada. E esta é uma contradição difícil de explicar.

Há guerra quando é declarada, o próprio presidente declara que no nosso país estamos em guerra, mas até hoje ainda não foi declarada.

Como população sentimos que é guerra, nós como população entendemos as coisas; guerra é aquilo que nos deixa deslocados das nossas aldeias, vamos perder nossos bens, nossas casas estão sendo queimadas, nossos irmãos estão a ser mortos e nós consideramos como guerra como população, mas os políticos dizem que não é guerra porque

a pessoa ainda não é conhecida que está em frente daquela situação.

Para outras/os falta esclarecer muita coisa para se poder falar que se trata de uma guerra e de que de tipo de guerra se está a assistir e a viver. No entanto, a conflitualidade e a violência prolongada no tempo e que vitimiza fatalmente a população, próprias de uma guerra, estão presentes na reflexão.

É um conflito violento porque desde o princípio desse conflito pelo que me lembro foi no dia 4 de Outubro de 2017 até hoje este conflito já dizimou muitas vidas e digo que é um conflito violento porque não tenho bases fortes para dizer que é uma guerra, então por essa razão que eu digo é um conflito porque é uma situação que é um pouco difícil de esclarecer.

Uma das questões que maior perplexidade, medo e ansiedade provoca é a ideia de que esta guerra, de um dos lados, é travada por alguém que não tem rosto, que não se conhece. Como se verá nas reflexões sobre a Paz e a Coesão Social no país e na província, a ideia do diálogo, da negociação, da necessidade de entendimento é muito forte e recorrente. A ausência de rosto, dos nomes dos adversários transforma-os em inimigos terríveis e difíceis de entender. O diálogo fica assim coartado ou torna-se impossível. Apesar de várias pesquisas estarem a desvendar o perfil e o *modus operandi* daqueles a quem se chama de *insurgentes* e se consideram responsáveis por este conflito armado, a ideia que passa na sociedade é que nada se sabe realmente sobre eles, que eles escondem o seu rosto deliberadamente para impedir qualquer tipo de negociação ou diálogo.

O que deixa mais preocupado ao povo moçambicano muito mais para Cabo Delgado, porque é uma situação que

não tem rosto, ninguém sabe donde é que vem, como é que começa, porquê é isto, porquê é aquilo, estamos a perder irmãos, militares, paramilitares, população em geral, é uma situação que está a semear mais luto, luto mesmo.

As pessoas percebem que caberia ao governo informar a população sobre estes grupos de insurgentes e que não o tem feito. As razões podem ser várias: por, de facto, desconhecer quem são, o que não é muito plausível; ou por entender ser estratégico em termos de segurança militar, não divulgar nada do que sabe. O problema é que esse silêncio provoca muita ansiedade e tem efeitos nefastos.

Até hoje o governo ainda não disse realmente o que é que esses grupos querem, no princípio diziam são homens sem rosto, depois de um tempo acabou se dizendo que é um grupo de insurgentes (...) mas o conflito ainda continua onde as pessoas foram obrigadas a saírem das suas próprias terras, suas próprias aldeias onde viram crescer, onde tinham tudo, todas as condições pelo menos básicas eles tinham (...). Ninguém sabe ainda dizer o que é que está a acontecer realmente, só sabemos que as pessoas estão a perder vidas, as pessoas estão a abandonar as suas aldeias, as crianças estão a ficar sem os seus progenitores, é um conflito que está a causar muita dor na população

Esta estratégia comunicativa, em grande medida utilizada pelas autoridades governamentais e militares tem duas consequências que consideramos muito graves. A primeira é o medo, a ansiedade, e o pânico que já referimos. A segunda é o reforço da ideia de que de um lado estamos nós e, do outro lado, estão eles e que as posições das partes são irreduzíveis. As desconfianças entre a população

umentam, os preconceitos, a xenofobia e com isso a ideia de que violência só se enfrenta com violência.

Um outro assunto que ressalta das nossas conversas é a ideia de que a guerra é recorrente no país e que, apesar dos Acordos de Paz e da presunção que vivemos em Paz durante algumas décadas, a violência perpassa a sociedade e é emergente em vários pontos do país. Isso preocupa e semeia tristeza e luto.

É difícil dizer que o povo moçambicano está feliz porque (...) nós estamos sempre a sair em fases de guerra; inicia um conflito e termina; inicia outro conflito; surge outro conflito. Então dizer que o povo moçambicano (...) vive bem ou está em paz, é paz só que está na boca das pessoas, mas no concreto essa paz não existe.

Estamos a falar da situação do centro do país deixou-nos também preocupados e aumentou um pouco também a tristeza do povo moçambicano, sempre semeou luto.

As fugas, as perdas, o recomeçar a partir do zero, a morte das expectativas, a perda do sentido da vida, o desespero são palavras e vivências que não costumam ficar bem em relatórios de pesquisa. São demasiado emocionais, algumas pessoas dirão. Porém, no nosso entendimento, não há como estudar, pesquisar, compreender e escrever sobre estes assuntos sem usar a nossa razão quente²⁸ ou como diz Patricio Guerrero Arias²⁹ sem corazonar, porque, em rigor, todo

²⁸ Santos, Boaventura de Sousa (2019), *O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina

²⁹ Guerrero Arias, Patricio (2010), "Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte)", *Calle14: Revista de investigación en el campo del arte*, 4(5), 80-94.

o conhecimento é mediado pela simbiose mente-corpo que pensa-sente-age.

Esses conflitos trouxeram problemas tais como perda de familiares. Perdi 5 familiares primos, tios, marido e famílias deslocadas que estão aqui se saber o que fazerem, desesperadas, insatisfeitas.

Mudou a minha vida, tive que sair dum local para o outro, tive que começar do zero para poder me organizar, esse tempo eu estaria a cumprir outras coisas, mas estou no início de novo, então afectou a minha vida, mas estamos a tentar sobreviver.

Estava casada com ele há 4 anos, era um soldado e por causa da situação que nossa província está passar ele foi para lá defender acabou perdendo a vida lá, em combate no dia 25 de Junho do corrente ano, de 2021.

As/os jovens inquiridos por questionário destacam o terrorismo como aquilo que melhor qualifica a presente situação em Cabo Delgado. Como se pode ver no gráfico 1, não entendem que esta guerra tenha, no entanto, motivações étnicas e/ou religiosas.

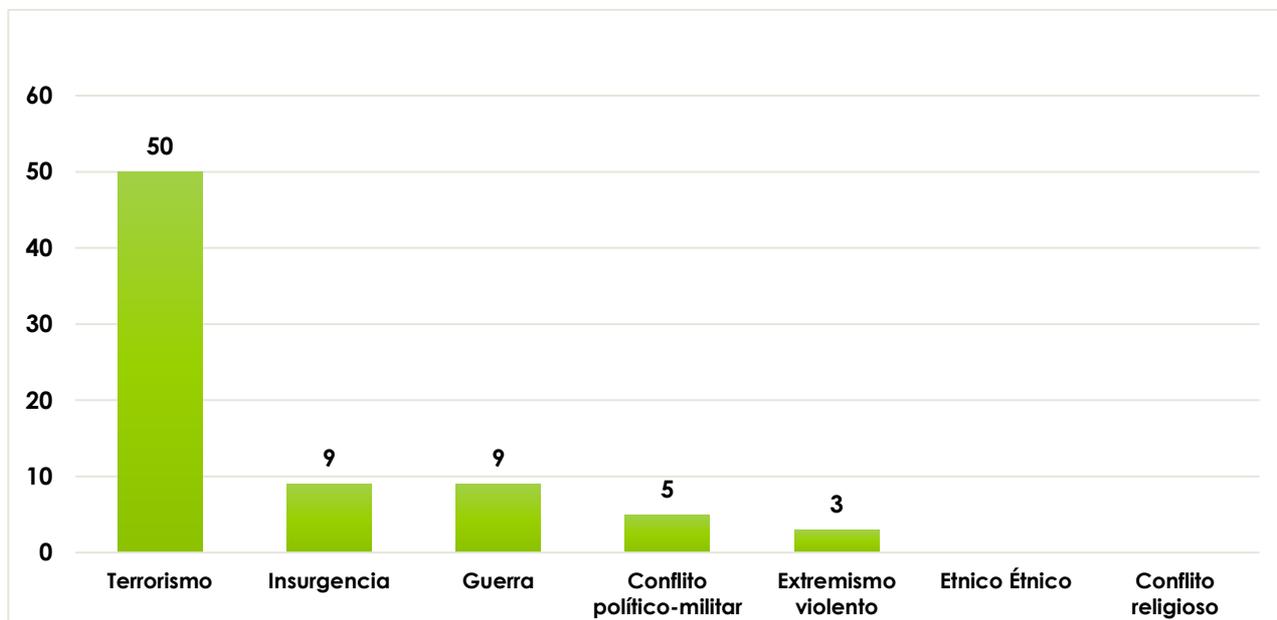


Gráfico 1- Características da situação actual em Cabo Delgado

Em linha com o gráfico 1, o gráfico 2 mostra que as/os jovens consideram que os principais responsáveis pela situação são os grupos de jovens insurgentes que se auto-proclamam seguidores fiéis e autênticos do Islão e são chamados de Al Shabaab.

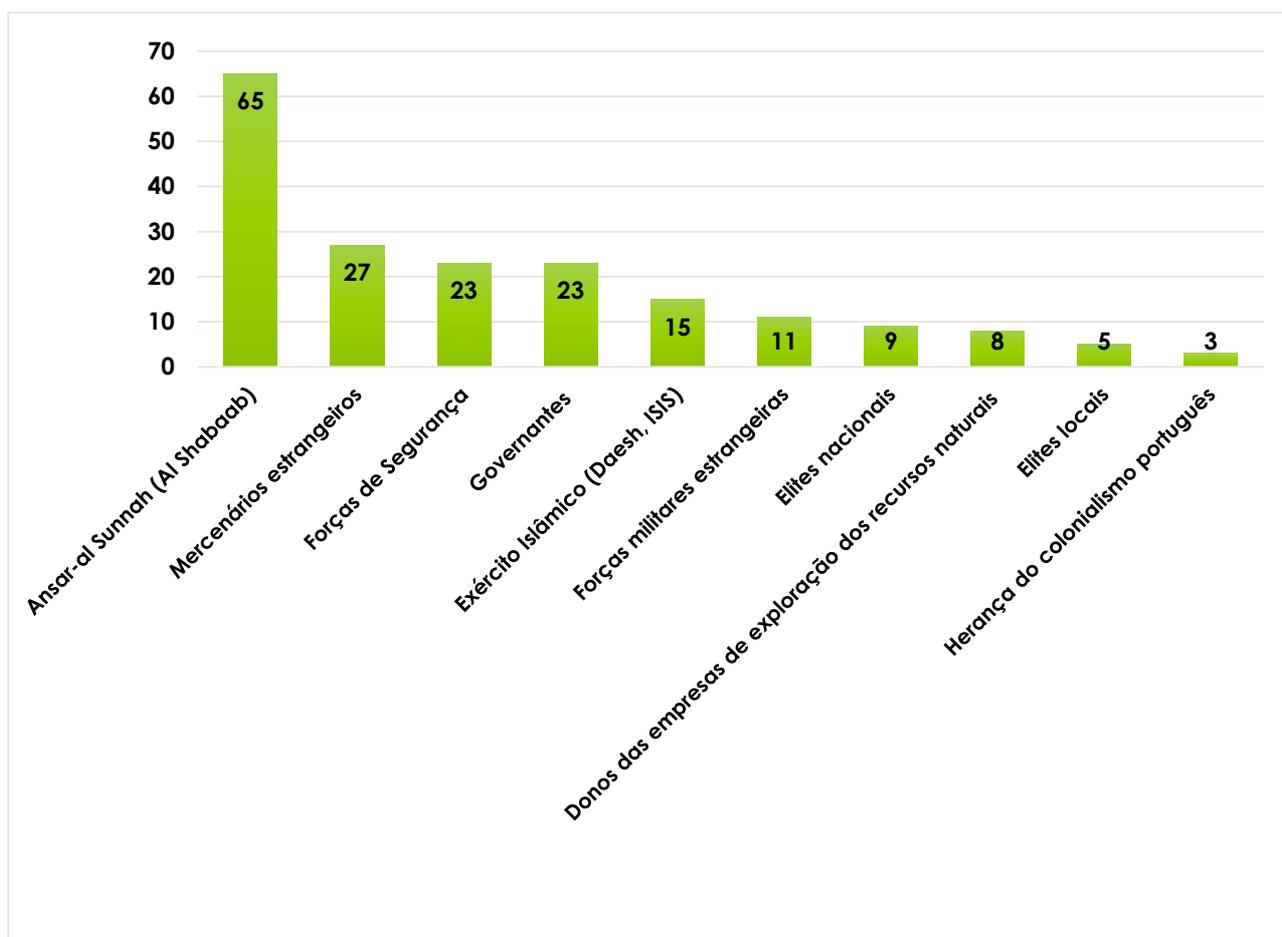


Gráfico 2 – Responsáveis pela situação actual em Cabo Delgado

TESE 2- A maldição dos recursos: esta é uma guerra de espoliação das riquezas

Há várias reflexões sobre as causas possíveis para que esta guerra esteja a acontecer em Cabo Delgado. Na verdade, uma das constatações mais fortes que fizemos é a extrema necessidade que as pessoas têm de se pronunciar sobre a sua província e a sua vida e como tudo está permeado pelas expectativas criadas pela existência das riquezas naturais e, em contraste, pela guerra. A consciência de habitarem uma região muito rica em diversos tipos de recursos e, por isso, serem alvos de cobiça, leva várias pessoas a relacionarem, de forma directa, a riqueza com a eclosão da violência e o prolongamento da guerra. Através das suas próprias palavras exprimem a ideia da *maldição dos recursos*.

Vou repisar de novo, como Cabo Delgado nós aqui somos ricos em minerais, temos riquezas aqui, então tendo riqueza os conflitos sempre vão começar por aqui, lá onde as riquezas são produzidas, as pessoas que lá estão tem aqueles corruptos, aqueles que olham aquilo em outros olhos, aquelas pessoas de má-fé é que estão a fazer coisas ilícitas. Então a não coordenação das negociações entre eles pode gerar conflito.

No meu entender, às vezes eu penso que é a questão dos recursos. No meu entender a questão de Cabo Delgado ter muitos recursos naturais talvez isso está a atrair, atrai mais algumas pessoas que dum forma indirecta querem

usufruir desses recursos e se calhar não tem uma boa forma de ter entrada para poder o ter.

Muito embora a comunicação social, e até alguma literatura académica, tenham insistido muito, e alguns continuem a insistir, na centralidade das motivações religiosas para o eclodir da guerra, as/os nossas/os interlocutores apresentam uma argumentação muito mais sofisticada e não se esquecem dos vários factores económicos que podem explicar esta violência armada.

O meu ponto de vista, eu resumo que há insurgentes por causa de muita coisa, a riqueza que está em Cabo Delgado, pode ser petróleo, gás.

As considerações seguintes representam entendimentos que as pessoas vão construindo ao partilharem a informação que têm, observando, lendo e discutindo a partir das suas experiências. Uma das ideias que surge em várias das entrevistas é a de que se trata de uma guerra de espoliação, ou seja, uma guerra motivada pela ganância que tanto agentes internos como externos manifestam para acederem, explorarem e enriqueceram à custa dos recursos naturais presentes na província.

Olhando para a nossa província Cabo Delgado diz-se que é uma província muito rica em recursos minerais, outros dizem é por causa desses recursos, outros dizem que também são alguns membros dentro do partido do presidente que está no poder, mas para mim acho que é pela parte da riqueza que nós encontramos em Cabo Delgado

É interessante notar que se sabe que Cabo Delgado faz parte, hoje em dia, da economia política global de acesso e exploração dos recursos. Nas falas seguintes isso fica muito claro.

Aqui desde que Cabo Delgado disseram temos esses recursos minerais prontos sempre está se registando um movimento de interesse. Cada um corre para Cabo Delgado. Cabo Delgado hoje não é Cabo Delgado de ontem que estava escondido, Cabo Delgado de hoje mesmo que seja um miúdo que está nos Estados Unidos ele conhece Cabo Delgado, na televisão, não sei o que conhece mesmo Cabo Delgado mais que o próprio filho que nasceu em Cabo Delgado porque é uma situação que todo mundo está a falar de Cabo Delgado por causa dos recursos naturais. Essa situação não é situação de religião não, os nossos irmãos usam a religião já para fazer estragos.

A nossa província é a mais rica do país. A riqueza que tem na província de Cabo Delgado é suficiente para fazer crescer a economia do país durante um determinado período sem o país se preocupar com outras províncias.

A consciência de que as riquezas naturais do seu território, ao invés de serem um factor de felicidade e bem-estar, têm sido uma maldição que atinge dramaticamente a maioria.

Dizer que temos muitas coisas que deveriam ter a função e a contribuir para melhorar o nosso nível de vida, mas ao mesmo tempo essas coisas não estão a servir para melhorar este nosso nível de vida e acaba desembocando nessas questões todas que vamos presenciando.

TESE 3- As violências estruturais – pobreza, iliteracia, doença, desemprego, falta de infra-estruturas e serviços dignos – são causas e alimentos desta guerra

Os argumentos partilhados mostram que é claro para todas/os a multidimensionalidade das causas que subjazem a esta guerra. A exploração das riquezas não explica tudo. Utilizando as suas próprias palavras, as pessoas vão identificando os vários elementos daquilo a que conceptualmente definimos, em cima como violências estruturais, como causas desta guerra em Cabo Delgado. Estas violências plasmam-se na sociedade através das injustiças diárias a que as pessoas estão sujeitas por não terem garantidos os meios de vida dignos e respeitados os seus direitos humanos, tanto os cívicos como os económicos e sociais. Como mostramos em outros trabalhos publicados ³⁰ há uma profunda desarticulação entre as riquezas naturais e culturais do país e o nível de desenvolvimento humano da sua população. Não é de espantar, pois, que estas violências estruturais apareçam nas reflexões e discursos das pessoas para explicarem o caldo social que facilita o aliciamento de muitas/os para a violência.

O nível de pobreza, como o baixo nível de educação, de escolaridade, como essas questões pequenas que tem a ver com tribalismo(...) acaba contribuindo. Talvez não seja um factor directo para isso, mas um factor motivador para que facilmente essas pessoas possam ser convencidas a ter que aderir. Se não tenho nenhuma ideologia, mas em contrapartida já sou uma pessoa frustrada com o meu nível de vida, já sou uma pessoa com pouca escolaridade o que não permite uma capacidade boa de discernir e de perceber isto aqui vai fazer mal, isto aqui vai prejudicar o meu irmão, se eu prejudico o meu irmão no

final de tudo estou a prejudicar a mim mesmo.

Na fala seguinte encontramos a formulação em termos de desigualdades e assimetrias sociais, mas o mais interessante é a menção de que estas desigualdades são *exageradas* e vulnerabilizam. Donde se pode concluir que são consideradas desumanas e, ferem de tal modo a dignidade das pessoas, que estas se sentem capazes de aderir à violência extrema.

Essas são duas causas muito importantes, assimetrias sociais, recursos e as vulnerabilidades do povo que são assimetrias, a vulnerabilidade nós encontramos na assimetria, desigualdades exageradas.

Isso de alguma forma vai colocar essas pessoas alvos fáceis de serem aliciadas, de serem corrompidas. Isso, de alguma forma, contribui para que nós possamos encontrar pessoas que se identificam com insurgência, que vêm na insurgência uma arma para fazer valer aquilo que são o seus ideais, aquilo que são as suas crenças.

Outro dos assuntos levantados tem que ver com as infra-estruturas e a negligência governamental, tanto a nível municipal, quanto provincial e nacional para prover àquilo que é justo esperar como retorno dos impostos e das políticas redistributivas do Estado. A desilusão que motiva o descontentamento e o descrédito que essa negligência provoca são apontados tanto como problemas que têm que ser resolvidos quanto como factores que abrem portas ao recurso de formas violentas para lidar com as autoridades e também com as pessoas que estão em redor.

Mas o que eu quero exactamente dizer aqui é que a nossa província, olha para rede rodoviária, olha para construção

³⁰ Cunha, Teresa. (2020), 'Promessas e Desigualdades em Moçambique: O fardo que as mulheres carregam nos seus ombros. in Boaventura Monjane; Régio Conrado (ed.), *Aporias de Moçambique pós-colonial: Estado, Sociedade e Capital*. Ottawa, Canada: Daraja Press, pp. 78 – 92.

das habitações, olha para ordenamento territorial, olha pelo custo de vida, o custo de vida em Cabo Delgado.

O argumento, tantas vezes apontado, de que a adesão das/os jovens à violência propagada pelos grupos de insurgentes se pode explicar pelas promessas de acesso, riqueza e reconhecimento, encontram aqui o seu sentido.

Por exemplo, se eu tenho um objectivo de levar um grupo x e depois prometo vou vos dar tanto com certeza aquelas pessoas olhando pelo poder de compra que tem vão aderir. É por isso que eu digo que esses factores todos determinam para de facto o desenrolar ou o decurso desse conflito.

No espectro das violências estruturais apontadas não foi esquecido um acontecimento que começa a tomar forma de um trauma social e que aflora cada vez mais nas narrativas recolhidas por nós. Trata-se do episódio da expulsão dos garimpeiros ilegais em Namanhumbir que está relacionado com o monopólio da exploração dos rubis por consórcios de empresas nacionais e internacionais. Temos consciência da complexidade do assunto e não é nosso propósito discuti-lo e analisá-lo aqui. O que nos importa é ressaltar que nas análises feitas pelas pessoas inquiridas, esse facto adopta contornos de uma injustiça estrutural imperdoável que originou desemprego e revolta e que, seguramente, está ligado ao aliciamento de jovens para a violência armada.

incomoda o próprio residente isso influencia positivamente para a aderência a outras acções.

Posso dar um exemplo concreto do Ruby Mining em Montepuez. Há muitos jovens que foram escorraçados com entrada daquela empresa. Foram retirados dali quando estavam a fazer o seu trabalho de garimpo. Então quando os jovens foram retirados passam para a cidade de Montepuez, automaticamente tornaram-se grandes marginais. Já começam a saquear os bens nas casas, já começam a agredir as pessoas nas vias públicas. Aí surge mais uma outra guerra né, portanto, isso culmina devido a falta de emprego, porque se tivessem um sítio para se ocupar estou certo que eles na iriam aderir a esses males.

As/os jovens apontam várias causas estruturais para a emergência e a continuidade desta guerra. A economia política dos recursos naturais é pouco relevante para elas/es, aparentemente. As suas respostas apontam para problemas que sentem mais de perto e incluem uma dimensão nova no debate que é a pandemia da COVID-19. É interessante para se pensar que esta realidade as/os assusta e preocupa e parece corresponder também, à ausência de serviços de saúde capazes de lidar com esse problema contemporâneo e, com certeza, com muitos outros também (ver gráfico 3).

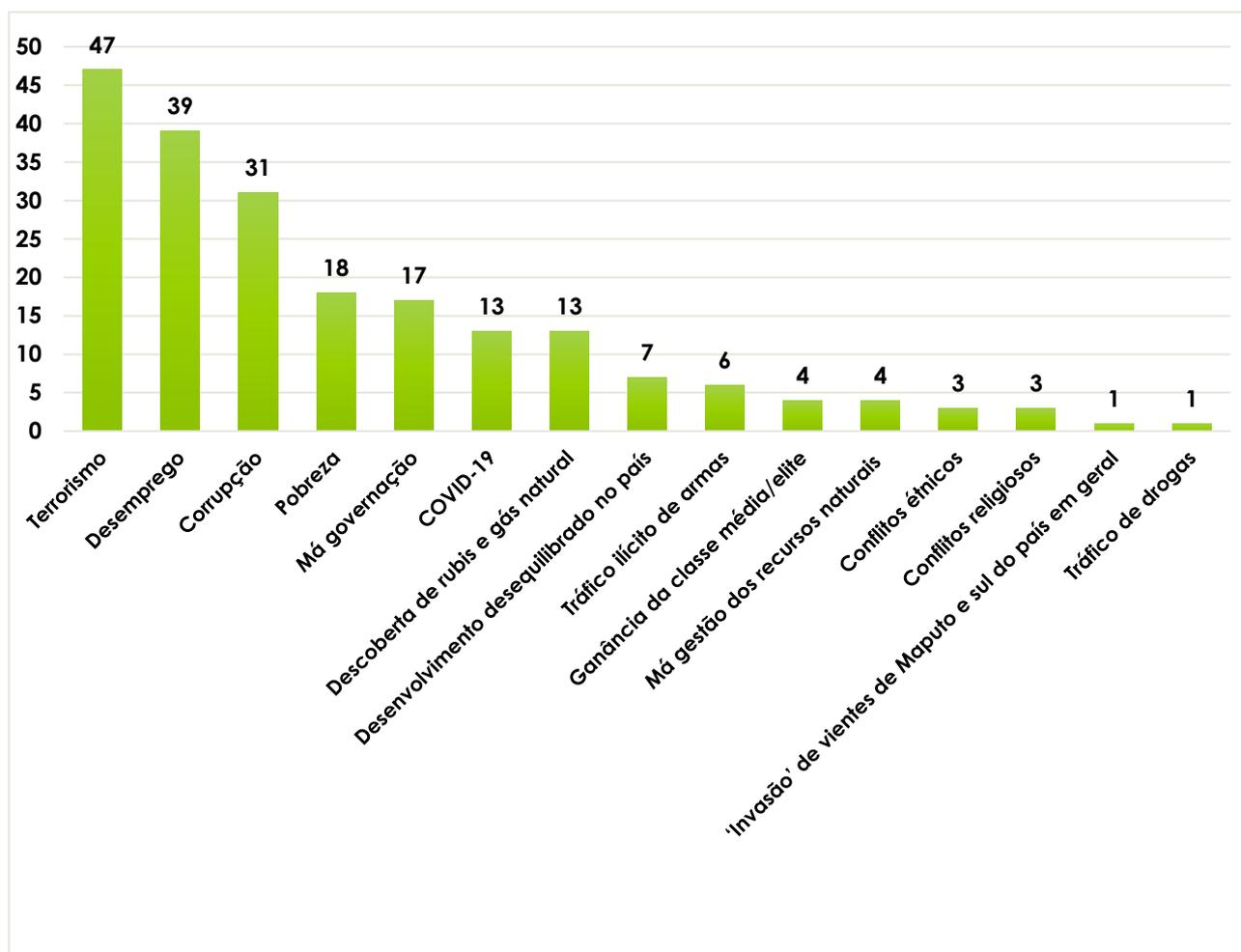


Gráfico 3 – Principais causas da situação atual de Cabo Delgado

TESE 4- Esta não é uma guerra religiosa nem entre religiões

Um dos argumentos largamente utilizados na comunicação social durante muito tempo foi, e ainda é, que esta é uma guerra causada pelo fundamentalismo islâmico terrorista. Concordamos que o Islão, enquanto religião, tem sido fortemente instrumentalizado e que existem componentes religiosas no pouco que nos chega dos discursos dos grupos que têm espalhado o terror e a guerra no norte do país. É muito interessante que há uma consciência explícita sobre o terrorismo como fenómeno global e que assume modos particulares de acção na província, dependendo do contexto e dos seus objectivos.

As suas células foram implantadas num período atrás em que eu nem faço parte, não conheço, as células dos

terroristas implantaram anos antes do dia ou do ano previsto para início das incursões. Queria recordar-vos que o terrorismo é um problema global. (...) Noutros continentes usavam pessoas munidas de bombas e explodiam. Hoje usam pessoas locais. Eles estudam a vulnerabilidade de determinado estrato social e depois na base das necessidades que esse grupo tem, eles dão qualquer coisa e conseguem recrutar para uma determinada zona onde vão treinar e voltar a se revoltar.

Contudo, temos escutado reiteradamente, por parte das populações, que as causas

profundas da guerra não podem ser explicadas através de dissensões religiosas graves entre o islão e o Cristianismo na região. Pelo contrário, os testemunhos vão no sentido inverso. Sobrevêm nas análises as questões da economia política capitalista que contrariam o discurso centrado nas causas religiosas.

Como muçulmana eu não acredito. Só aproveitaram porque aquela zona a maioria da população professa a religião muçulmana. Porque se formos a ver nós temos aquele mês sagrado que é o mês de ramadane, em que qualquer acto de maldade para naquele mês ali. Mas esses conflitos não, continuaram normalmente. Por isso que nós que somos muçulmanos dissemos que não; este conflito não é de religião, é um conflito que entrou aproveitando a religião para poder ocupar aquelas pessoas, para poderem ser recebidos nas mesquitas, então optaram no elo mais fraco, mas dizer que são muçulmanos eu não acredito. Só a própria religião muçulmana, é a religião da paz. Isso é um problema de recursos naturais. Porque estamos a vir de longe, mas nunca se registou essa situação de guerra religiosa. Dizer aqui vamos expandir os islamismos é uma pura mentira.

Agora invocação do islão, islamismo como a reivindicação deles isso não é verdade, mas eles tem um propósito, pode ser interesse inerente a recursos naturais que a província tem. Esse é um caso porque todas as guerras no mundo não são feitas sem motivação específica. Outros lutam pelo petróleo, outros lutam pelos recursos existentes naquela zona, então as zonas ricas são as zonas mais conflituosas do mundo

Como afirma uma das pessoas com quem conversámos, há palavras ditas que nos podem enganar e que por detrás delas se escondem outros interesses. Por outras palavras, não é a simples proclamação de Allahu Akbar que demonstra que se trata de uma guerra religiosa.

Esses que estão lá falam de Allahu Akbar. Pode ser a parte da religião a querer essa parte de recursos minerais.

No mesmo sentido vai a seguinte análise

Dum modo geral o objectivo deles é instalar o tal califado e criar um estado de orientação islâmica, e no entendimento deles é que a zona norte é a zona mais permissiva para esse objecto. Mas do que eu tenho vindo a estudar e os meus colegas também, acreditamos que este é uma camuflagem de um outro interesse até económicos, porque não há estado, não ideologia que não tem sustentação material.

TESE 5- As violências da guerra ficam inscritas para sempre nos corpos: cabeças degoladas, mutilações, estupro, tortura, morte

Não é fácil falar da violência que se sofre. O trauma é quase sempre muito profundo e contar como foi e o que aconteceu é reviver, vezes sem fim, as agressões que atingem o corpo e que, por isso, ficam marcadas na alma e na mente. Entretanto é fundamental não deixar de mencionar as referências feitas pelas pessoas entrevistadas a essas violências directas cuja descrição é sempre pungente e dramática. Elas incluem cenas de extrema violência perpetradas sobre si ou sobre os corpos de pessoas amadas ou com fortes ligações afectivas com quem fala disso.

Nós bem sabemos que aquele terrorismo usa, por exemplo, catanas, armas e muita coisa. Então na parte da violência desse conflito eles encontravam bebé matavam; então esses aí, imagina bebé, que pecado comete! (...) Uma mulher grávida, chegavam lá abriam a barriga e tiravam aquilo ali.

Como tem sido amplamente documentado, uma das estratégias utilizadas para espalhar o terror tem sido a decapitação pública das pessoas, sobretudo homens. Esses actos infligidos, sem dó nem piedade, resultam num traumatismo inesquecível. Escapar requer explicações para dar sentido às perdas.

Foi a destruição da minha casa, a decapitação dos meus pais. Eu mesmo escapei das mãos deles, só me deixaram porque tinha meu filho em mão, sentiram pelo filho.

A intensidade da violência directa é tal que a percepção é que a situação é, deliberadamente, levada ao extremo para produzir aniquilamento total dos corpos e das almas.

Não é igual, a situação de Cabo Delgado não é igual na qual se vive nas outras regiões do país porque como disse a prior que as situações, as pessoas foram desalojadas, viram os seus familiares a serem degolados, verem as suas casas queimadas as quais hoje vivem sem certeza absoluta onde estar e como estar, o que é que comem, como é que vivem por isso a situação é uma lástima, não se compara com outras províncias.

A violência sobre os corpos não é apenas a que recai num determinado momento sobre eles torturando, mutilando ou matando. Ela representa também a separação, a privação

e o reconhecimento da sua infinita precaridade perante o braço armado. É um conjunto de emoções, sentimentos e dores que são vividas e experimentadas de forma absurda e colocam à prova todos os limites humanos.

Muita coisa perdemos, por exemplo uma mãe ali, uma tia da sua cunhada foi degolada três filhos aí em Muidumbe. Perdemos familiares directos e da minha esposa, então foram esses problemas que enfrentamos. A família nuclear separada em 3 sítios.

A violência da fome não é meramente estrutural. Ela tem uma dimensão corporal muito forte e afecta a energia vital a cada segundo que passa. A fome pela carência de tudo, a fome por falta de apoio e por falta de segurança para prover o que é preciso comer. Os corpos famintos definham e tonam-se doentes. As vítimas das violências directas não são apenas as pessoas que morrem, mas as que vão morrendo.

Eu penso que a última assistência que foi prestada às vítimas penso que foi em Maio, Abril e só agora é que está a se prever dar o novo apoio a essas pessoas. E aquelas senhoras diziam: - nós estamos a sofrer e dizem que só daqui até dia 15, nós estamos a passar fome, estamos mal, então como é que nós fazemos, como é que nós vivemos?

Um outro elemento detectado que pode ser considerado uma violência directa exercida sobre os corpos é o trabalho forçado. O esforço da guerra envolve muito mais pessoas do que aqueles que são considerados combatentes. Todos os exércitos, regulares ou não, são acompanhados por multidões de pessoas que infra-estruturam as condições quotidianas da sua acção e sobrevivência. Não raro isso envolve trabalho forçado e sabe-se que os corpos são usados até à

exaustão e à morte para que a guerra e os combates possam continuar. A invisibilidade desta força de trabalho forçado, muitas vezes protagonizado por mulheres nas cozinhas, nas casernas, nos transportes de armas munições, nas machambas, ou nas camas dos soldados e generais, é um dos mais violentos dramas de que pouco ou nada se fala e se conhece. Vale a pena o excerto que se segue pela possibilidade que se abre de reconhecer esse mundo de violência que tantos corpos sofrem.

Nem todos que estão lá a trabalhar são de livre vontade, foram traficados estão a passar por esse trabalho forçado. Para mim diria que é um trabalho forçado por tráfico para fins de trabalho forçado.

TESE 6- A guerra produz e reproduz todo o tipo de violências contra as mulheres e raparigas

As violências contra as mulheres durante esta guerra têm vindo, progressivamente, a ser tematizadas. Depois de um longo silêncio algumas pesquisas têm vindo a recolher evidências, testemunhos e a colocar na agenda este assunto. Para as mulheres nunca é fácil falar destes temas sobretudo quando a violência sexual, os estupros, a escravidão sexual, estão presentes. A vergonha, o receio da discriminação e o trauma provoca um duplo silenciamento: o delas e o das suas famílias e comunidades. Aos poucos relatos indirectos vão surgindo impondo o tema como necessário.

É interessante notar que os testemunhos recolhidos são expressos sempre na terceira pessoa. Ou seja, nunca são sobre si mesmas, mas sim sobre outras sobre as quais tiveram notícia. Também são quase só mulheres que falam do assunto. A primeira ideia que ressalta é que a vitimização das mulheres é perpetrada por todos os lados. Não se trata de estar de um lado ou do outro dos combates e da guerra, mas sim de algo ainda mais profundo que faz com que os

corpos e a razão das mulheres, de todas as idades, sejam vistos como um campo de batalha, um lugar de afirmação machista, não importa a que preço. O conceito de dupla vitimização para mostrar que nenhuma mulher ou rapariga está potencialmente a salvo é muito útil a este respeito.

As mulheres acabam sendo vítimas duplamente. Com relatos ou sem relatos, mas as mulheres muitas vezes têm sido vítimas de abuso sexual, de estupros tanto pelas mãos dos insurgentes tanto pelas mãos das forças de defesa. Então é uma questão aqui em que a mulher ela está num nível de tamanha vulnerabilidade de instrumentalização que não tem nem onde recorrer. Quer dizer ela não pode olhar as forças de segurança como alguém que vai apoiar; ela vai ter medo tanto cá quanto lá.

A brutalidade do estupro recorrente está bem patente nas falas seguintes.

Eu me ponho no lado daquelas mulheres que passaram ou estão a passar por tráfico como mulher. Os insurgentes levaram muitas mulheres como suas vítimas, foram feitas de escravas sexuais, deixaram suas famílias. Então deste modo eu me coloco ao lado destas mulheres. Que não sejamos um objecto mas uma pessoa que está nesta província para dar o seu contributo na mudança da nossa província.

No outro dia entrou uma senhora no meu serviço, grávida. Ela disse que não pode saber quem é o pai das suas crianças porque era obrigada a atender o batalhão inteiro.

A vulnerabilidade das mulheres e raparigas fica patente na total ausência de apoio em termos de saúde sexual e reprodutiva nos campos de refugiadas/os ou até nas

agendas da ajuda humanitária de emergência.

Se nós formos olhar por exemplo as questões de saúde não sabemos, por exemplo, que condições são criadas ao nível dos centros de acolhimento que possam atender as necessidades específicas das mulheres.

A ideia de que falar do sofrimento das mulheres não esconde o sofrimento dos homens é uma forma muito inteligente de colocar a questão já que a ideologia do combatente-herói viril prevalece e é muito difícil de ser questionada. Assim, as mulheres sublinham a necessidade de se conhecerem os problemas que lhes são próprios sem desvalorizar o sofrimento por que, de uma maneira ou de outra, todas e todos passam.

Temos mulher exposta do lado dos insurgentes, temos a mulher exposta do lado de quem deveria efectivamente garantir a sua protecção. Então eu penso que, de alguma forma, o conflito tem afectado as mulheres de forma diferente, as tem afectado de forma mais grosseira do que os homens. Sem querer tirar aqui o sofrimento deles, (...) elas acabam sendo vítimas de estigma, depois daquele acto todo.

Uma das formas de misoginia mais evidentes, e que é comentada pelas mulheres com muita indignação, é que as mulheres são classificadas em dois grandes grupos para efeitos do uso dos seus corpos seja para o trabalho, em geral, ou para o trabalho sexual, em particular.

As bonitas chamam-lhes 'Arroz Lulu' porque são boas para comer. As feias são mapira e só servem para trabalhar ou para atender os soldados de baixo.

É interessante notar como se pode branquear retoricamente o que de facto está a

acontecer em muitos lugares de Cabo Delgado. Diz-se que as mulheres são escolhidas para serem esposas e que algumas até têm alguns privilégios por esse lugar que ocupam junto dos homens que as escolhem. No entanto, nada é perguntado sobre as reais circunstâncias em que isso acontece e que violências poderão estar envolvidas nessas relações que são chamadas de casamentos. Na maioria dos casos pode-se supor que são uniões forçadas que envolvem muita violência e escravidão sexual.

As mulheres são usadas pelos insurgentes para servirem como bode expiatório. Carregam informação de cá para lá e eles vão abusando delas. Existem relatos por exemplo de mulheres em que, quer dizer quando elas são recrutadas, aquelas que de alguma forma têm algum grau de beleza são as que mais são privilegiadas para serem as esposas dos tais comandantes das tropas e as menos bonitas são as que depois são usadas não só como escravas sexuais, mas também são as que devem trabalhar, devem cozinhar, devem carregar todos aqueles bens que vão sendo saqueados.

Escravidão sexual e trabalho forçado é uma realidade para muitas destas mulheres envolvidas nos meandros desta guerra.

TESE 7- Os impactos da guerra são estruturais e atingem todos os sectores da sociedade

Muita coisa pode ser dita sobre os efeitos da guerra na sociedade e na forma como ela exacerba as desigualdades, as injustiças ou a corrupção. As/os nossas/os interlocutoras/es mencionam várias questões que valem a pena serem escutadas. A primeira é a perda dos serviços públicos e o aumento das disparidades que a guerra acarreta.

Falamos da destruição das escolas, dos hospitais, dos bancos. Muita coisa que estava realizada já não existe. Muitos distritos já estão abandonados, as pessoas abandonaram e, hoje em dia, se tornou ruína.

Em termos de educação a nossa província tinha o mais alto de índice de analfabetismo. Os últimos dados nós rondávamos nos 60%, provavelmente com esta actualização do novo senso possamos ter reduzido, mas eu duvido que tenhamos passado dos 50%.

Quer dizer as pessoas já não tinham, nós não tínhamos o ideal que se pretendia ao nível das salas de aulas e com essa situação tivemos que vir sobrepor aquelas turmas que já existiam lá.

Outro problema é a sobrecarga das famílias que se viram obrigadas a acolher as pessoas de família que fogem e procuram refúgio e segurança longe dos seus locais de origem. A vida torna-se quase impossível porque a economia doméstica fica totalmente desequilibrada. A carestia, devida à especulação comercial reforça, ainda mais, a impossibilidade de prover o mínimo necessário a todas/os.

Então as pessoas já estão espalhadas, fora dos seus habitats, então com tantas dificuldades nas suas vidas, numa casa pode encontrar 30, 40 pessoas a viverem com dificuldade de alimentação, dormitório, vestuário, algumas crianças que estudavam já perderam os seus ensinamentos (...) então muita desgraça que trouxe.

A consequência que advém destas situações é o empobrecimento ainda mais drástico da população. A espiral da desigualdade amplia-se e prolonga-se o que se traduz em

fome, doenças evitáveis e destruição do sentido de pertença.

Tu olhas para o índice de pobreza nós estamos em taxas até acima daquilo que são as taxas nacionais no que concerne ao índice de pobreza. (...) Mesmo sendo esta província que de alguma forma é tida como a que possui mais recursos o nível de iniquidade e desigualdade também está num extremo que não permite que as pessoas possam sentir-se filhos desta nação, filhos desta província.

Não há pior coisa que uma pessoa acordar sentar e não saber o que fazer, como fazer? Mas eu tenho uma família, tenho filho, tenho esposa/o que precisam comer alguma coisa e eu sei que lá na minha comunidade acordava, ia para o mato, ia para minha machamba e encontrava alguma coisa para comer, saía ia para praia, dois peixes saíam para me alimentar. E aqui como é que eu avanço?

Desgraça, desespero (...) estou a salientar que foi desgraça culminando também com a pobreza, isso está trazer a pobreza.

A relação intrínseca entre economia e a Paz, entre o empobrecimento económico e o empobrecimento das capacidades colectivas de uma sociedade para fazer face aos desafios e se adaptar às transformações, fica muito bem expressa no seguinte excerto. De facto, a Paz é estruturante para possibilitar a reconstrução do que foi destruído pela violência, mas também para construir as possibilidades de futuro.

O povo é que constrói a sua economia, agora se o povo é pobre, que economia rica vai ter ou vai ter? Não é possível construir uma economia sustentável, estabilizada enquanto o seu povo

continuar pobre, estamos a querer afirmar que a pobreza do povo é a pobreza da economia, o assunto de paz é estruturante.

Desgraça, desespero porque há muitas famílias que pretendiam fazer mais algo e não só, eu também tinha meus projectos que podia prolongar, mas com esta situação da guerra ficou parado, por isso estou a salientar que foi desgraça culminando também com a pobreza, isso está a trazer a pobreza.

TESE 8- A violência armada deixa marcas profundas na cultura e na forma como se aprende a resolver os conflitos numa sociedade

Como referimos em cima um dos tipos de violência mais difusos, mas não menos graves, é a forma como a guerra vai provocando alterações de comportamento, de percepção do que está certo ou errado, na maneira como se entende a relação com as outras pessoas ou como fazer face aos conflitos. Os conflitos fazem parte da vida e cada um deles pode ser uma oportunidade para crescer com – *wunnuwanai*, recusando tornar uma/um adversária/o em inimiga/o, procurando em primeiro lugar o diálogo, a negociação e a partilha da autoridade e do poder. A guerra inverte a ordem destas coisas e destrói os horizontes de transformação positiva dos conflitos. Os conflitos que a escassez de tudo, a sobrelotação nas casas, as desconfianças trazem para a vida das pessoas passam a ser resolvidos de forma mais ou menos violenta, sinal de desespero e de incapacidade para encontrar soluções menos desumanizadoras.

Os bairros onde eu frequento mais e também em particular o bairro onde eu vivo, que é o bairro Paquitequete, eu tenho visto uma situação um pouco triste. sempre criam um conflito, existe conflito no meio das famílias, por

exemplo esses conflitos que nós tivemos na zona norte então algumas famílias não estavam preparadas onde alojaram mais de 10 pessoas e aquele número é superior nalgumas famílias. Prontos, eles puderem assistir eles uma, ou duas semanas e depois está a criar um conflito no meio das famílias porque a outra família espera que os outros saiam para o outro sítio, enquanto a outra família que é hóspede não tem onde ir, então acabam criando um conflito, outros até as trouxas deles são deixadas fora por causa de desespero mesmo.

Por outro lado, os preconceitos ganham volume e gravidade no tecido social. A discriminação, a desconfiança, a intolerância e a xenofobia atingem níveis difíceis de debelar.

Começamos a dizer porque existe fulano da cultura X que é melhor ou da tribo X que é melhor do que da cultura X, existe este ou aquele desta tribo que de alguma forma está a tentar usurpar o meu espaço. Nós começamos aqui logo a priori a criar condições para que as pessoas comecem a se vestir daqueles actos e isso vai se acumulando e começa a guiar a minha forma de actuação, e faz com que eu comece a me separar, que não me posso relacionar com fulano porque fulano é deste e daquela etnia, ou daquele grupo. Então fulano não é pessoa grata para mim, porque este desta etnia tira-me isto, tira-me aquilo, então isso começa de alguma forma a criar ramificações que acabam se reflectindo na forma como nós vamos nos relacionar uns com os outros.

São inventados inimigas/os e mitos sobre os seus poderes sobrenaturais para atrair ou produzir desgraças.

Houve problema de falta de chuva, mas o que é que disseram? Disseram não, essa chuva quem está a fazer para que não chova são os deslocados porque eles estão a dormir ao relento, são problemas que vamos encontrar no meio da sociedade.

As regras comportamentais, a moral sexual, as atitudes perante a família vão-se transformando de uma maneira que parece não ser aceitável. A disputa pelos recursos mais básicos para a sobrevivência diária separa, cria confusão e desafectos entre as famílias e dentro das comunidades.

Imagina alguém que saiu de casa dele onde tinham muitas actividades a fazer e vir sentar num sítio e só esperar. Por mês é dado um saco de arroz, praticamente não chega para nada criando conflito já familiar. As mulheres também entram como vulneráveis acabam criando separação no lar. Estão a criar problemas no lar porque tem aquelas mulheres que vieram que não estão casadas e encontram aqui homem que estava bem casado. Está a criar confusão nos lares, porque se for a ver a maioria dos números de refugiados são as mulheres, então existe conflito também dos lares.

A alegria e a criatividade que a arte representa numa cultura ficam perdidas ou seriamente afectadas. A tristeza prevalece e isso transforma a função social da arte. Por vezes em rituais de angústia, mas em outros casos, há que a reinventá-la e torná-la ferramentas de conscientização e superação como contam os seguintes excertos.

Na minha vida particular afectou porque eu sou cantora, agora não saindo para cantar eu fico mal, fico triste porque a música traz a felicidade duma pessoa. Hoje toca música e se estavas triste, ficas

feliz. Para mim me afectou a questão de não cantar, não ter uma vida como tinha antes.

As pessoas sentem-se abandonadas, órfãs, necessitadas, vitimizadas. Perdem facilmente a cabeça. Eu escrevo as cenas com base no que ouço, percebendo o que poderia ser mais importante naquele momento para discutir na comunidade. Ali mesmo é feito um teatro, sempre aberto a todas as interrupções da população, ali mesmo. Transfiro para o texto construído os sentimentos e ideias e, assim, a atmosfera de confiança torna-se mais fácil de inventar e construir. O teatro não fala diretamente sobre essa pessoa, mas tem situações que cada uma reconhece como suas. No final, conversamos sobre coisas da vida e memórias e sempre sinto que as tensões diminuem.

Sem dúvida que há perdas de sentido brutais que a guerra acarreta. Uma sociedade é um conjunto de expectativas colectivas estabilizadas embora dinâmicas. Quando esse equilíbrio se rompe, quando as pessoas que a compõem não conseguem mais produzir sentido para si e para as vidas das suas comunidades, o tecido social fica vulnerável à destruição. Os lugares são mais do que paisagens, são territórios onde estão as memórias, as experiências, os conhecimentos e as emoções. Não poder regressar a eles, voltar a ser parte deles é uma profunda disrupção material e simbólica.

Problema que a guerra trouxe na minha vida o ponto mais alto foi a destruição do meu distrito natal, as lembranças já se foram, aquela coisa que você diz tenho uma lembrança aqui onde cresci, escola que estudei, igreja onde baptizei hoje não existe, então muitas recordações de lá não existem.

A Construção da Paz

Toda guerra nunca acaba com as armas
mas sim a guerra acaba na mesa,
as pessoas sentadas e perceber
porquê está a acontecer
para resolver o problema.

TESE 1 – A Paz é boa, é alegre, é bonita, é o melhor de nós mesmas/os; é ter passado, presente e futuro

É sabido que em tempos de guerra a Paz adquire uma dimensão ainda maior na vida e na mente das pessoas. A Paz como horizonte, desejo, memória de um passado feliz, ela está presente em cada pensamento e reflexão. Por outro lado, a forma como se fala dela, os conteúdos que se lhe atribuem são ricos. Parece que a imaginação sociológica aumenta e compreende-se que a Paz tenha dimensões estéticas (bonita), éticas (boa), emocionais (alegre e feliz), sociais (bem-estar; liberdade) ela revela o que há de melhor na pessoa como individualidade e também nas pessoas como grupo e comunidade. A Paz apresenta-se polifónica, enriquecida pelos inúmeros conceitos que se acoplam a ela. Esta torrente conceptual que gera prenuncia aquilo que na literatura aparece como os *acervos de paz* que todas as sociedades têm para lidar e ultrapassar os conflitos que todas as relações sociais implicam. Por outras palavras, pode-se dizer que as definições de Paz avançadas pelas/os nossas/os interlocutoras/es traduzem essas energias intrínsecas da sociedade que podem ser a cada momento mobilizadas para pensar a Paz tanto como caminho, horizonte e ferramenta de uma vida que vale a pena ser vivida porque a dignidade humana é um valor central.

A Paz pode ser definida pela positiva

Para mim um país unido é um país com paz, união, harmonia e bem-estar da população que nele habita. Ter Paz é estar feliz.

É estarmos a cantar, a fazer música que diz que não haja mais a guerra ou insurgente.

Nos anos passados a comunidade estava a viver de que cada qual fazia a própria casa perto da machamba porque não tinha nenhum terror (...) pelo caminho todo, encontrava pessoas, tudo era bonito.

Olharmos para frente como pessoas que desejam ver o melhor de nós, mostrarmos o melhor de nós.

A Paz também pode ser definida pela negativa

Sem a paz ninguém faz nada, ninguém desenvolve nada, ninguém trabalha, todo mundo fica desorientado (...) todo mundo corta os seus projectos, corta sua visão, interrompe e se comporta como se fosse uma animal na armadilha que só raciocina para se libertar da armadilha.

Onde há guerra não há desenvolvimento, não há liberdade, não há valorização da dignidade humana.

Daqui a 10, 20, 30 anos nós estejamos a viver num país onde as pessoas não acordem pensar: o que é que eu vou cozinhar? Enquanto temos pessoas que desperdiçam, nós temos pessoas que não têm o que comer.

A partir da análise de conteúdo feita às entrevistas e aos inquéritos construiu-se o seguinte diagrama (ver figura 6) com as

definições de Paz que nos foram propostas:

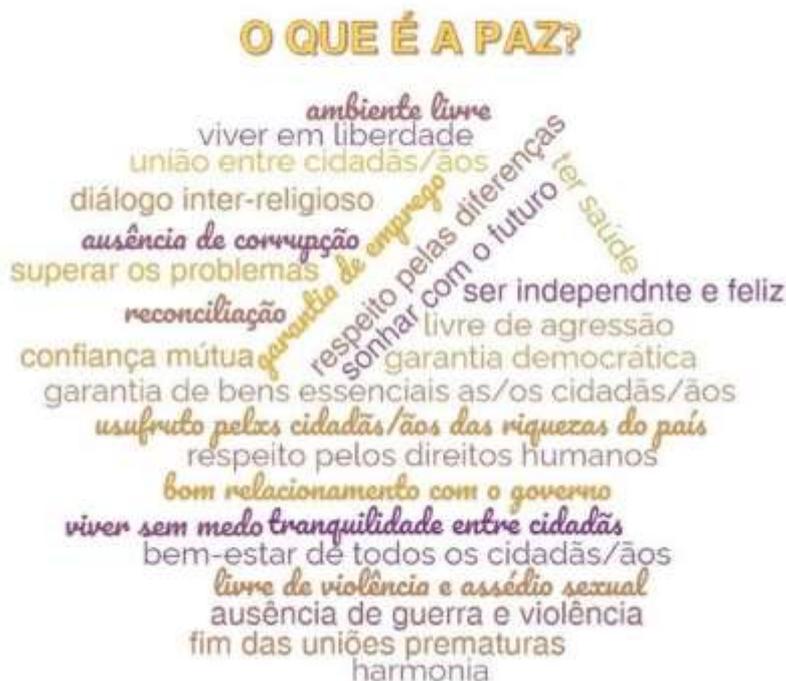


Figura 5 – O que é a Paz?

TESE 2- Para chegarmos à Paz temos que fazer as pazes connosco mesmas/os e com as/os outras/os

É bastante claro nas narrativas apresentadas que a guerra trouxe mais conflitos e conflitos mais graves para a vida das pessoas, como ficou expresso no ponto anterior. Esta situação tem gerado a consciência que a construção da Paz implica também um processo de reconciliação activo em dois sentidos. O primeiro é consigo mesma/o, isto é, com as suas memórias e os seus traumas para ultrapassar sentimentos de ódio, desprezo, intolerância; o segundo é com as pessoas que vivem em seu redor para conseguir viabilizar soluções apaziguadoras das tensões existentes, relações positivas e susceptíveis de promoverem o bem-estar social na comunidade. É também reconhecer os nossos limites e trabalhar para os superar segundo com as forças conjugadas de todas/os.

Todas/os fazem falta neste movimento de fazer as Pazes: membros da comunidade, pessoas com preparação técnica especializada como psicólogos/os,

enfermeiras/os, médicas/os, professoras/es, líderes, autoridades religiosas. Neste sentido, a Paz é também relação e não se apresenta como um projecto meramente individual ou pessoal. Para fazer as pazes é preciso forjar iniciativas locais, com significado e valor para as pessoas envolvidas. Nas palavras ouvidas e aqui transcritas, surgem ideias e propostas a serem tidas em consideração.

Encontros permanentes nas famílias desalojadas dando apoios, dando incentivos até em diálogo, conversando com eles que isto vai terminar, dando moral (...) montando vigilância para que a paz seja permanente.

Nós precisamos é encontrar melhores formas de resolver nossos problemas, é

dizer não estamos a conseguir, não estamos a conseguir. É perguntar o que precisa, o que para ele seria melhor forma de viver

Há necessidade que se faça um trabalho de sensibilização com palestras que possam sensibilizar a população. Talvez também incluiríamos psicólogos porque nesta toda situação muitas pessoas ficaram com traumas. Então para ultrapassar esses traumas é preciso que haja presença de psicólogos que possam fazer um acompanhamento e nós africanos parece que não temos esse costume de termos esse acompanhamento psicológico, mas que é, é necessário. Imaginemos que esse conflito seja resolvido e as pessoas comecem a voltar para as suas aldeias, e algumas pessoas com traumas vão continuar a sofrer por essa razão que é preciso que se faça um trabalho de sensibilização, palestras, acompanhamento com psicólogos e reintegração social.

O papel das igrejas seria de acolher, promover, sensibilizar na mudança das ideias erradas

Uma das ideias fortes que emerge é a ideia de não se poder perder a esperança e, com ela, não desistir da Paz. Reconhecem-se as dificuldades, mas também se sabe que as interações positivas e esperanças permitem reconfigurar e ultrapassar muitos dos problemas que se encontram.

Nós precisamos nunca perder a esperança e a fé de dizer nós temos um problema, mas este problema jamais pode se sobrepor a nós como pessoas, como irmãos, como membros duma mesma sociedade, então eu penso que a partir do momento em que nós

começamos a interagir desta forma e colocarmos a nós acima de tudo e de todos os problemas nós conseguimos construir uma nação melhor.

Penso que a esperança tem que estar sempre no nosso ser, a nossa forma de actuação.

Fazer as Pazes consigo mesma/o, ocupar o seu lugar na sociedade e reconhecer as próprias responsabilidades nos processos de pertencimento e participação na comunidade, fazem parte de um projecto de coesão social essencial a uma Paz duradoura.

Se eu me sinto injustiçada eu vou ter que feliz ou infelizmente nós temos este hábito de procurar encontrar o culpado pelo meu insucesso. De alguma forma aquilo também vai afectar a forma como eu vou agir, como vou-me posicionar dentro da minha comunidade; se eu não me sinto parte deste grupo dificilmente eu vou contribuir com este grupo para podermos construir um todo, para podermos criar esta coesão.

TESE 3 - A Paz requer muito trabalho, união e diálogo

É muito claro que as pessoas todas percebem que a construção da Paz é um processo trabalhoso que requer persistência, paciência, tempo. Esta afirmação do quanto dá trabalho a construção da Paz está, certamente, fundada na experiência concreta de já ter vivido várias guerras e ter tido que reconstruir tudo depois de cada uma delas. Porém, como se pode ver nos excertos seguintes, esse trabalho, além de árduo e permanente ele envolve competências éticas, técnicas, emocionais, políticas e militares. Então é uma tarefa complexa que articula muitas dimensões e níveis de intervenção, reflexão e transformação.

Construir a paz em Cabo Delgado não é uma tarefa fácil; construir a paz em Moçambique não é uma tarefa fácil. Nós saímos do conflito armado contra o colonialismo português, dez anos de luta. Depois continuamos com conflito de democracia. Estamos perante um conflito que toda sociedade moçambicana, toda população não sabe donde vem, não sabemos quais são as características, qual é a real motivação e isso dum ou de outra forma contribui para a insegurança, para desestabilização, para a falta de credibilidade no nosso país e em particular a nossa província.

Precisa de trabalho, precisa de trabalho, é aquilo que a minha companheira estava dizendo que para termos essa paz, felicidade precisa de primeiro união ambas partes, da população em geral e os nossos militares.

No meu ponto de vista será difícil construir a paz em Cabo Delgado e não só em Cabo Delgado, em todo país.

Eu penso que é necessário nós aproveitarmos todas as oportunidades que nos são apresentadas e tentar estabelecer este diálogo e chegarmos a um consenso.

Todo aquele que é da sociedade civil vamos sair nos gabinetes, vamos sair dos esconderijos e vamos ajudar o povo, sair deste sossego. Então sociedade civil divulgue mais essas leis, essas ideias, palestra, formações, trabalhando mais com os jovens, nós podemos chegar a essa coesão que precisamos.

Para restaurar a paz em Cabo Delgado é preciso que possamos ir em cada distrito, em cada localidade a

explicarmos para que não possam ir esses sítios onde vão esses insurgentes queimar ou fazer coisas que não prestam, que não aceitem ir nesses sítios.

Mais ainda, a Paz que está por alcançar agora no país é complexa e, por isso, difícil de alcançar, porque não se sabe o suficiente sobre o adversário que se tornou num inimigo cuja voz não é ouvida.

O que se devia ser feito para se chegar a paz está complicado. Muito diferente na situação do centro que nós sabemos quem é a pessoa e pedíamos diálogo. Então com esses insurgentes ou os homens armados é difícil usarmos o termo diálogo, mas talvez pedirmos os mentores, os dirigentes, os promotores deste caso que eles pensem pelo seu país, seu povo.

Este trabalho de construir a Paz não se apresenta sem tensões ou pontos obscuros onde a vigilância que se recomenda pode rapidamente transformar-se em repressão; onde a união pode degenerar em intolerância à diversidade; o diálogo pode ser contaminado por denúncias e redundar na imposição de uma versão dominante sobre a guerra e as suas causas. Como se pode evitar que a nomeação de potenciais culpados leve aos verdadeiros responsáveis sem criar bodes expiatórios e sacrificando, mais uma vez, a verdade? Essas tensões aparecem nos discursos que se apresentam a seguir.

O diálogo é a melhor coisa, a união também e a vigilância porque se unidos abraçarmos a vigilância vamos terminar com esse terrorismo porque aí vamos descobrir o inimigo, qualquer coisa errada nós vamos descobrir. Então através de denúncias não deve haver uma traição entre nós

Você constrói acrescentando àquilo que já existe. (...) A melhor forma de acabar com este conflito é o diálogo, é preciso que as pessoas percebam que eu posso-lhe fazer sentir, posso fazer impor as minhas ideias, as minhas preocupações a partir do diálogo e de forma contrária eu não vou conseguir, vou destruir e vou-me auto-destruir, nós estamos a nos auto-destruir.

Esses diálogos têm que olhar para as várias vertentes, para as várias componentes. Onde se encontra a raiz? (...) Nós ouvimos estas pesquisas que são feitas recentemente que já se começou

a falar de alguns rostos. Então, se calhar, fazendo esse seguimento destes pequenos nomes que aparecem é possível que nós possamos chegar ao rosto mais alto que é este que vai nos permitir conseguir dialogar e chegar ao consenso.

Segundo as/os jovens inquiridas/os para chegar à paz a acção é multidimensional, mas as políticas públicas de educação e saúde a boa governação são aquilo que elas e eles mais realçam como fundamental. É bom não deixar de ouvir atentamente estas recomendações (ver gráfico 4).

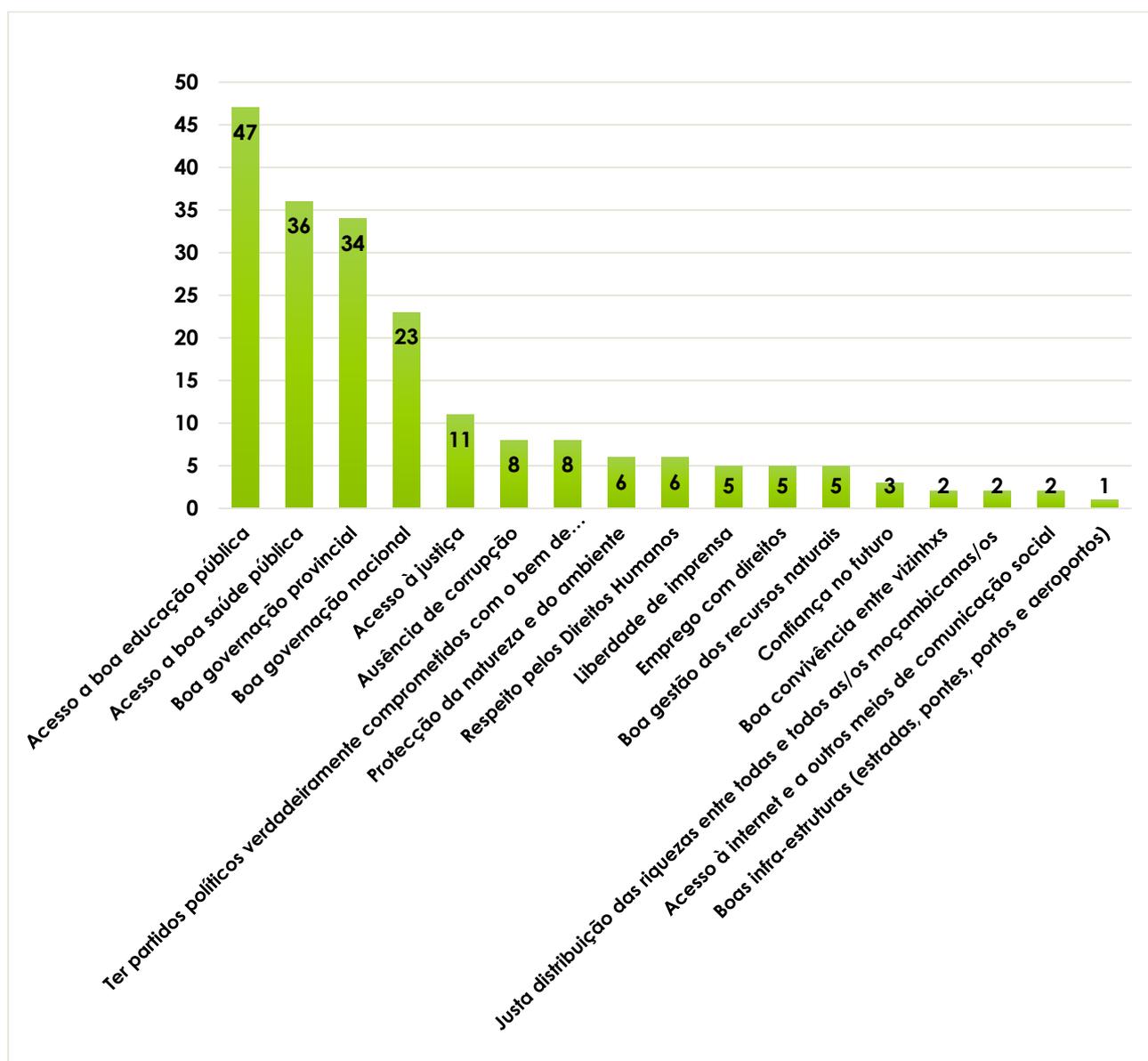


Gráfico 4 - Condições necessárias para a paz, justiça e felicidade

TESE 4- A Paz é parar com a violência e para isso, se for preciso, usem-se forças militares valorizadas garantidas da soberania nacional e respeitadoras dos direitos humanos

Os estudos críticos da Paz mostram à exaustão que a solução da violência armada e dos conflitos bélicos passa, essencialmente, por soluções não militares, ou seja, por soluções negociais e políticas. Porém, é necessário pensar que a experiência de quem é vitimizada/o pela violência directa, quase sempre aspira a uma intervenção armada que cesse com a guerra, ou melhor, que cesse com os ataques, os combates, os bombardeamentos. Esse é o estádio zero da construção da Paz. As próprias Nações Unidas designam Forças de Interposição de Paz a esses exércitos que têm como missão criar condições de acabar com a violência bélica sobre as populações civis e criar as condições para soluções negociais entre as partes em luta. Deste modo é compreensível que a presença de militares e de acções de defesa e restabelecimento de segurança directa seja entendida como um passo importante na construção da Paz. Não se pode negociar, dialogar, pensar como apaziguar a sociedade sem que acabem as agressões e violências que a guerra, a declarada e a não declarada, acarreta.

É ainda interessante notar a forma como as/os militares e polícias ouvidas/os se referem, tão positivamente, à sua presença e acção. A presença das forças estrangeiras, nomeadamente do exército ruandês, também é vista de forma positiva.

A sua presença na província é positiva porque aquilo que hoje estamos a ter, não é o que tínhamos, Mocímboa da Praia já está abandonada. Mesmo tendo tropas nacionais não entravam Mocímboa da Praia, mas hoje estão lá, mesmo chefes já foram para lá.

Tivemos pontos que estiveram isolados e quem esteve em primeiro lugar quando esses pontos ficaram acessíveis foram as forças armadas. As forças armadas no terreno tem dado o melhor de si para apoiar a população, desde a facilitação da ajuda humanitária, a assistência médica, tivemos vários pontos médicos e centros de saúde destruídos devido ao conflito e a reabertura destes postos neste momento está sendo feita pela saúde militar das forças armadas e está lá a atender a população.

Para além das forças que estão no terreno, temos também apoio de alguns países amigos na formação, no treino e na capacitação das forças armadas para poder melhor perceber este fenómeno de terrorismo e poder tomar medidas concretas no sentido de o aniquilar. Então é um trabalho progressivo, dizia no início que as forças armadas no seu dia-a-dia estudam o ambiente e as estratégias são definidas de acordo com a situação do momento e a situação do momento também é o que fazer após a retirada das forças amigas é preocupação, mas estamos engajados

Muito embora as narrativas (militares) a partir de dentro sejam bastante celebratórias dos seus feitos, os discursos das/os civis mostram que no terreno – teatro das operações como é chamado – a situação é mais complexa e muito menos glamorosa. O relato de uma viúva de um militar morto em combate este ano (2021) é disso prova.

Pediram reforços, eram 17h. Àquela hora já estava a secretaria fechada e do outro lado da linha a resposta foi: vou passar a mensagem, hã-de chegar de manhãzinha. Recolheram-se nas esteiras

de coração apertado e apertando-se nos pesadelos que a noite pode trazer. Demorou a passar aquela noite. Até as folhas secas do mato que pairavam pelas brisas em silêncios interrompidos pelos levíssimos assobios da noite faziam acelerar a descompasso os corações apertados contra as esteiras. Mas veio a manhã clara e antes dela a madrugada roxa e rosa de um sol que teimava em se levantar. Um suspiro: já é manhã, afinal a noite já passou.

- Vamos formar na parada e depois vamos em grupos sair para recolher indícios.

Na continência colectiva ouviu-se um estrondo. Brutal. Fatal. De 37 só sobreviveram 5 que passados dois dias morreram também porque a secretaria continuava fechada e do outro lado do telefone a mensagem ainda ia a caminho. Quem me contou foi um que sobreviveu.

Ou a avaliação de um civil sobre a possibilidade de retorno aos locais de origem das pessoas deslocadas.

Eu estava a acompanhar ontem o comandante-geral a dizer que os de Quissanga já estavam aparentemente livres da acção terrorista, vi que estava a pedir à população o regresso imediato. Eu não sei com que bases ele usou para avaliação da tal decisão.

Nós sem sabermos donde vem o problema, qual é a razão do problema, é muito difícil termos a solução. Por exemplo agora nós que somos deslocados a qualquer momento podemos ser ditos voltem para os vossos distritos e nós sempre quando sentamos, conversamos vimos que isso já não é pacífico. Voltar para esses locais, porque

aquela vida de dormir com documento na cama, não sei se vou.

As reflexões das pessoas explicitam algumas condições que entendem ser necessárias para que essa presença militar surta os efeitos positivos de que dela se espera e não seja mais um problema a enfrentar. Para isso, alertam para a formação técnica e ética das forças, o seu comportamento, o seu equipamento e as suas atitudes perante a população que devem defender. Alertam ainda para as responsabilidades do Governo no sentido de aplicar bem o dinheiro e monitorar os resultados dos programas a este respeito.

Um investimento maior no sector da defesa não significa aplicação clara dos fundos alocados no sector da defesa. Nós podemos dar bilhões de dólares ao sector da defesa, mas se não tem bons gestores, não tem um plano contínuo para aplicação dos valores, não tem um plano de compra de equipamentos sofisticados e de tecnologia de ponta para a solução dos conflitos modernos nunca teremos a paz e nunca teremos o equipamento que desejamos e não teremos segurança necessária.

O nosso compromisso é garantir que não haja nenhum foco de instabilidade no território moçambicano, as operações estão em curso e o nosso último fim é ter país livre desses focos

Não menos importante é a referência de que a Paz só será possível com a Desmobilização, o Desarmamento e Reintegração Social – DDR. Porém, o ponto essencial é o desarmamento e controlo das armas que deve ficar nas mãos da polícia. Isto significa que a construção da Paz implica a desmilitarização da sociedade e do reforço da acção policial na monitoria e garantia da segurança pública. Esta é uma visão partilhada por alguns sectores da sociedade

moçambicana, como se pode ser na publicação do Observatório do Mundo Rural 'Como está Cabo Delgado – Webinar 14 – Estabilização Militar e Construção da Paz.

As armas já estão alastradas em todos cantos (...) só para polícia de segurança somente essas pessoas é que podem ter armas porque quando não houver aderência do processo de DDR nós sempre vamos passar mal porque são esses mesmos indivíduos que também podem ir as matas e criar outros conflitos

Por último, no que diz respeito ao papel das forças armadas regulares na contenção e cessação da violência bélica, persistem preocupações relacionadas com a soberania nacional e com o que pode estar em causa em troca do apoio internacional militar.

Essa ajuda pode nos acarretar vários custos e esses custos podem vir a pesar sobre nós que somos o povo. Por enquanto é uma boa ajuda, mas temos que ter um pouco de controlo.

Agradecemos a ajuda dos países amigos, mas a defesa da pátria é missão dos moçambicanos. É uma missão que não se delega, não é adiável e é irreversível.

Será que esses irmãos que vieram ajudar será não trazem outras intenções por trás deste elemento ajudar, será que não tem outras intenções por detrás?

TESE 5- Para chegar à Paz é preciso conhecer as raízes dos problemas e combatê-las e isso não se faz sem pesquisar, pensar, reflectir e partilhar conhecimentos

A certeza de que a falta de Paz tem muitas raízes é uma afirmação teórica consensual

suportada pelas evidências empíricas. Também é aceite que é necessário conhecer a natureza e onde estão essas causas para as poder compreender e lidar com elas. Durante as conversas, as reflexões partilhadas vão nesse sentido e apontam a necessidade de não nos contentarmos com explicações fáceis nem apenas com aquilo que é propagado pelos média. A ideia de pesquisar, pensar e reflectir é muito forte a este respeito.

Então para construção de paz em Cabo Delgado é preciso que primeiro saibamos o que é que origina o conflito, esse é o primeiro aspecto, o que é que provoca o conflito? Quem são os protagonistas do conflito? E depois procurarmos perceber qual é a real motivação do conflito, o que é que leva esses a aderirem ao tal conflito seja armado.

Sem saber donde vem o problema será muito difícil e não só em Cabo Delgado. Temos pessoas que estão a sair por exemplo de Pemba para Nampula; quando chegam em Nampula já não se sentem seguros querem sair para um outro sítio. Então praticamente é o país todo que já não está bem, o país todo.

As pessoas têm que perceber as informações atinentes à Paz embora haja algumas sejam discordantes, mas dentro desse diálogo tem que existir uma informação exaustiva de como nós devemos recuperar o nosso território estando unidos e estando contra essa injustiça.

Por outro lado, insiste-se para não deixar de pensar na história recente e como antes de se darem os primeiros ataques em 2017 já havia movimentos que faziam suspeitar de que alguma coisa com gravidade estava a ser preparada. Também a história das

assimetrias que ao longo dos tempos existem e que, em alguns casos se foram aprofundando, são assuntos que devem merecer ponderação e muita atenção. Os cruzamentos culturais, que são seculares, e a diversidade que daí advém não pode ser obliterada nem negligenciada. A historicidade é muito importante para se poderem avaliar algumas das causas mais profundas destes acontecimentos violentos e do seu desenvolvimento.

Queria recordar que o assunto terrorismo em Cabo Delgado não é novo, nós estamos perante esses estratos sociais, o terrorista quando entra numa zona primeiro instala as suas células, as suas não foram colocadas em 2017 e nem finais de 2016.

Nós temos que olhar para as assimetrias, as desigualdades, temos que tomar em consideração as etnias, as tribos, Moçambique é um país rico de etnias, tribos diversas. Se não se considera um determinado grupo ou estrato social vai-se sentir excluído na sua contribuição para participação do crescimento do seu próprio país, razão pela qual poderá estar descontente e facilmente pode-se levar este grupo para desenvolver uma determina acção que ameça a sua própria estabilidade, a sua própria convivência, o seu próprio bem-estar.

TESE 6 - A Paz precisa do contributo das religiões e das igrejas

A nosso ver, existem duas razões principais para haver referências explícitas ao papel das religiões e/ou igrejas na construção da Paz. Por um lado, este conflito violento tem sido qualificado como um conflito religioso ou cujas causas principais estariam relacionadas com o radicalismo islâmico. Sendo assim, a questão da religião tem estado no centro das atenções, mais ou

menos induzida pelos discursos oficiais, dos media dominantes sendo apoiado por alguns sectores da academia nacional e internacional. Por outro lado, as pessoas com quem conversámos são crentes e mostram o quanto para elas a espiritualidade, em geral, e a espiritualidade religiosa – cristã e muçulmana – em particular, é importante para elas e faz parte da sua visão do mundo e, portanto, da construção da Paz para si e para a sua comunidade provincial e nacional.

Elas alertam que elas têm a função de esclarecer as pessoas sobre a instrumentalização que tem sido feita da religião para legitimar as agressões, as violências e a intolerância.

As religiões têm que trabalhar muito e fazer perceber que isso que você está a fazer talvez não é o que a bíblia diz, não é isso que o alcorão diz. Tentar esclarecer e tentar perceber qual é o lado dessa pessoa e o que é que faz com que ela faça isso. Porque eles podem usar a religião enquanto o motivo é outro, só para tapar cara as pessoas.

Os excertos a seguir reforçam a ideia do papel das igrejas para a assunção da igualdade ontológica de todas as pessoas, legitimando-a na filiação sagrada a deus e mostram que elas desempenham um papel social no alívio das condições materiais das pessoas vulnerabilizadas pela guerra e na promoção ética das relações sociais.

Somos todos filhos de Deus independentemente do credo religioso.

O apelo para que as lideranças religiosas pudessem continuar a desempenhar a sua função de educação, de aconselhamento, de transformação da sociedade na paz.

Como religiosa eu percebo que as igrejas estão a fazer alguma coisa, por exemplo a dar assistência aos deslocados, irmãos deslocados, assistência essa que inclui apoio com alimentação, roupa, vestuário e de vez em quando tem tido também algumas palestras, nessas zonas de reassentamentos (...) é um trabalho de sensibilização que as igrejas estão a realizar.

TESE 7- Para conseguir a Paz temos que fazer uso dos instrumentos internacionais como a resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Além dos esforços nacionais aos mais diversos níveis, não é esquecida a Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que Moçambique também assumiu como parte inspiradora no que tange ao papel das Mulheres para Paz e a Segurança. Realça-se que muitas vezes este instrumento é negligenciado assim como aquilo que ele prescreve no que respeita à inclusão plena das mulheres e raparigas. É ainda interessante notar que a preocupação demonstrada pelo uso de instrumentos internacionais como este, revelam conhecimento sobre a sua existência e relevância assim como a ideia de que todas as ferramentas disponíveis devem ser utilizadas para chegar à Paz. Além disso fica patente, mais uma vez, a preocupação com esta maioria de pessoas - já que entre as pessoas adultas são a maioria e entre as crianças também - seriamente e especificamente afectadas e a necessidade de as incluir em todas as fases e níveis da construção de uma Paz duradoura.

Temos aquilo que se chama Plano Nacional sobre Mulher, Paz e Segurança como resposta à Resolução 1325 que tem um rol de acções que devem ser desencadeadas para responder à

questão das mulheres dentro do contexto de conflito.

Uma das coisas que poucas vezes se tem notabilizado ou poucas vezes se fala, é a resolução 1325 que prevê que nós tenhamos a inclusão das mulheres em todos os âmbitos de negociação que tenha a ver com a componente de conflito. Isso quer dizer que se nós queremos tratar a questão das mulheres é preciso que nós tenhamos essas mulheres dentro desses organismos a intervirem e a defender, a permitir que haja um reconhecimento dos direitos dessas mulheres dentro destes organismos, desde o processo de negociação, desde o processo de garantir que sejam salvaguardados esses direitos das mulheres. (...) Se existe pouco se tem tornado público que efectivamente temos mulheres envolvidas nesses processos de negociação nesses processos que permitam que os direitos das mulheres sejam salvaguardados em contexto de conflito.

TESE 8- Wunnuwana! As políticas de construção da Paz têm que incluir a reconstrução física, social, emocional, espiritual de todas/os, prestar atenção aos grupos mais vulneráveis, reforçar as capacidades colectivas das comunidades e colocar o Bem-Viver do Povo no centro

Se estamos de acordo que a construção da Paz tem que ser desenhada tendo em conta os contextos – político, cultural, económico, histórico - onde ela vai ser levada a cabo para que seja sustentável e duradoura então, é indispensável perceber o quê e, em que termos, as pessoas colocam o que e como esta deverá ser pensada, desenhada e executada.

Por esta razão, esta é a tese mais substantiva no que diz respeito à construção da Paz porque nela se congregam as aspirações, expectativas e as propostas que estão a ser pensadas e engendradas no tecido social. Isto é o sentido mais profundo do 'crescer com' que o conceito de Wunnuwana invoca. Como se verá adiante, as propostas atendem diferentes sectores e níveis sociais e têm em consideração dimensões individuais e colectivas.

As reflexões que se seguem apontam em primeiro lugar para a necessidade da reconstrução física da província e nessa reconstrução a importância de dar prioridade a serviços públicos que sirvam as necessidades mais vitais da população.

Já estamos com a metade dos distritos de Cabo Delgado destruídos. o que deviam fazer primeiro é reconstruir essas áreas (...) tendo em conta que nessas áreas temos que ter por exemplo hospital

Reconstruir esses locais. Tinham que colocar os hospitais em funcionamento, as escolas e pelo menos a força de defesa e segurança que também tem que estar lá. Daí podem pensar em pedir à população para voltar para esses locais. Eu penso que isso não será agora

As pessoas estão a voltar para zero, (...) ter que se pensar em ter um centro de saúde, ter uma escola. Nós estamos a vir dum cenário em que já estávamos a dizer que isto que existe não é suficiente, que não tem a qualidade necessária. Planificar, executar as políticas de governação para o bem-estar da população é o que ainda não está a acontecer.

Uma das notas interessantes é aquela que está expressa a seguir e onde se invertem as prioridades que as opções capitalistas têm imposto ao país e às populações. Isto é, o

bem-estar das pessoas é que é o desenvolvimento que garante a Paz.

Precisamos de políticas viradas para o crescimento do povo, não políticas que só se orientam pelo crescimento da economia sufocando o povo. Isso não é governação.

Como já está dito atrás, algumas/uns das/os as/os nossas/os interlocutoras/es percebem e afirmam que a questão de a Paz em Cabo Delgado não poder ser pensada desligada do resto da situação do país. Defendem uma perspectiva ampla de Paz e analisam como as disparidades entre as regiões são injustas e causas de insatisfação que é preciso colmatar. Assim, entendem que 'crescer com' é um desiderato colectivo nacional e que a Paz e o bem-viver que ela traz em certas províncias não podem ser conseguidos à custa do sofrimento e da guerra nas outras.

É só olhar pelas estradas de Maputo, olhar pelas estradas de Inhambane, olhar pelas estradas de Manica, Tete, Sofala, Niassa, Cabo Delgado e Nampula daí saberá responder essa pergunta. Mas eu acho que nenhum povo merece viver melhor do outro. (...) Moçambique é rico porque tem a costa banhada pelo oceano Índico, em Cabo Delgado atracam navios, em Nampula atracam navios, na Beira atracam navios, em Maputo atracam navios, em Quelimane atracam navios, em Inhambane atracam navios. Temos portos em quase 75% das províncias do país e porquê é que o custo do pão tem que ser diferente? Ou a qualidade do pão deve ser diferente? Porquê a qualidade das estradas deve ser diferente? Porque é que a qualidade das infra-estruturas e a distribuição de infra-estruturas governamentais são diferentes?

Além do mais critica-se o centralismo de Maputo ainda que seja a capital do país porque isso não atende à coesão nacional e, portanto, é fonte inesgotável de conflitos e insatisfações potencialmente causas a ter e consideração quando se pensa na guerra.

Existe uma falha na componente de administração dos fundos públicos, na divisão do dinheiro do Cofre do Estado, na divisão do orçamento do Estado para qualquer quinquênio. (...) Numa província há maior fiscalização e noutras não, porquê não deve haver a mesma fiscalização? (...) E deve ser só em Maputo porque o Presidente está lá (...) se o país é único?

Como já foi referido em cima, as pessoas têm perfeita noção dos traumas provocados pela guerra e pela sua permanência na vida das/os sujeitas/os. A construção da Paz tem não apenas que reconhecer o problema, mas contar com uma intervenção integrada que possa desenvolver processos terapêuticos neste âmbito.

Apoio psicossocial porque aquelas pessoas que ficaram um pouco transtornadas, então acho que primeiro tinham que olhar para essas partes.

As organizações da sociedade civil poderiam trabalhar muito mais na parte de sensibilização psicossocial porque não é fácil alguém que tinha tudo e de hoje para amanhã perdeu (...) de modo que eles consigam esquecer um pouco. Não vão esquecer, mas sim sentir-se um pouco acarinhados.

Do mesmo modo, há uma preocupação clara com determinados grupos mais fragilizados pela vitimização sofrida. Por um lado, porque são grupos normalmente mais invisíveis nestas matérias. Por outro, porque apresentam necessidades específicas que é

preciso atender. Há uma razão acrescida para se dar uma atenção especial às crianças e às mulheres já que representam a grande maioria das pessoas deslocadas: as crianças, até aos 18 anos de idade, são 52% das/os, deslocadas/os sendo que quase 4000 estão sozinhas; e as mulheres são 27% das pessoas adultas das quais mais de 3000 estavam grávidas em Setembro de 2021, conforme se pode ver no Apêndice 1 deste relatório.

No que respeita às crianças há uma grande inquietação porque se entende que as crianças são as pessoas adultas no futuro e é preciso proteger desde já esse futuro. Pensam no acesso à educação, à saúde incluindo, a mental, e até ao vestuário como mínimos da dignidade humana que há que garantir.

Precisamos de ter algumas actividades recreativas para criança também se sentir num ambiente saudável, num ambiente bom de brincar.

É preciso incentivar os encarregados que mesmo não estando nas zonas deles de origem podem levar as suas crianças para as escolas. Nas escolas vão encontrar dificuldade de material então, as organizações da sociedade civil poderiam apoiar nesta parte, pelo menos no kit de material didáctico para as crianças.

Muitas crianças estão sem estudar. Vivemos uma situação triste de guerra e algumas crianças são desamparadas. O governo que crie condições ou construa lares para aquelas crianças que estão lá desamparadas, que os seus pais já morreram, já foram vitimados (...) com um trauma porque viram os pais a serem catanados, a serem degolados.

Que as crianças tenham assistência médica e medicamentosa, tenham um

subsídio de ter vestuário porque essas crianças podem ser o futuro do amanhã para o país.

Quanto às mulheres as propostas vão no sentido de se ter em consideração os estupros e todo o tipo de violência sexual que têm estado a sofrer assim como raptos, casamentos forçados, gravidezes forçadas, partos em condições de total insegurança e até a sua instrumentalização para servirem propósitos de espionagem. Estas são todas, experiências extraordinariamente traumáticas.

Existem mulheres que foram violentadas, então praticamente elas estão a sofrer psicologicamente. Seria um momento oportuno para poder trabalhar com aquelas senhoras, sensibilizar, mobilizar que a vida não para e a vida é assim, para elas poderem se sentir também úteis na sociedade.

E uma dessas acções é garantir assistência as mulheres que estejam em situação de vulnerabilidade dentro deste conflito. Elas estão expostas a vários tipos de violações e que devem ser criadas condições para assistir essas mulheres ao nível dos serviços provinciais dos assuntos sociais. (...) Isso inclui, por exemplo, a protecção dessas mulheres que tenham sido vítimas desta violência.

Uma nota importante é a proposta de nomear estas mulheres de sobreviventes e não de vítimas. Isto mostra uma energia interna importante que deve ser aproveitada na fase de construção da Paz para evitar a todo o custo a duplicação e o reforço das discriminações contra elas. Além disso garante-lhes um reconhecimento dos seus padecimentos como parte do custo social da guerra.

Isso pressupõe também a criação de condições para que essas mulheres

possam normalmente são chamadas de sobreviventes, possam continuar a sua vida após este conflito.

Não são esquecidos os aspectos económicos, de saúde e até aqueles relacionados com direitos civis e económicos, como a identificação, reconhecimento dos seus casamentos, filiação ou descendência, propriedade e luta contra a impunidade dos agressores.

Há a questão de assistência e saúde por exemplo que seria feito ao nível dos serviços de saúde, mas também a questão económica, a questão também legal, é preciso que sejam responsabilizadas essas pessoas que estiveram por detrás destas violações.

Trabalho para o auto-sustento, estou a falar de corte e costura, também na área de agro-pecuária. (...) Futuramente dar continuidade mesmo quando essas estejam nas suas aldeias (...) para cada pessoa ter algo, poder fazer algo por si própria e não esperar que tudo seja dado.

Outro grupo social que suscita preocupação são as/os jovens. Entre os 52% de crianças contam-se muitas/os adolescentes. São pessoas frágeis e que estão sujeitas a todos os tipos de abusos e exploração. Estando sem a escola e sem instituições que as/os possam ajudar a crescer de forma saudável, garantir que as suas vozes sejam ouvidas, promovam a sua participação positiva na vida das comunidades onde se encontram, são um dos grupos a que qualquer reconstrução pós-bélica e a construção da Paz precisa de apoiar com muita firmeza. Uma das formas pode ser através da educação, uma educação que também seja ética e transmita valores.

Eu sei dar aulas, vou dar aulas, vou sensibilizar os alunos, vou incutir valores

para que eles também possam crescer sabendo que é necessário que haja a paz.

Só apostando na juventude é que nós teremos uma sociedade sólida e próspera. (...) O governo não deve medir esforços para poder potenciar esse grupo social.

Por outro lado, o regresso aos lugares de origem, de onde se fugiu é um desejo das gerações mais velhas. As/os jovens começam a ver esse regresso de forma cada vez mais problemática.

Voltar às aldeias é uma coisa de velhas/os. As/os jovens fugiram e estão nas cidades e quanto mais tempo passar mais desejam este tipo de vida esquecendo as suas raízes e não querendo voltar para serem camponesas/es ou pescadores. Elas e eles começam a vida sexual cedo, começam a ter filhas/os na cidade e isso

é mais um motivo para não pensarem em voltar para ficar. Até podem voltar, mas por curtos períodos de tempo mas anseiam voltar à cidade onde podem ter telefone celular, internet, onde podem ir dançar e passear em grupos ou exercer as suas artes. Isso está a transformar a vida das cidades, a vida delas e deles e a fazer com que a volta seja cada vez mais complexa. Isso está a alterar profundamente o perfil demográfico da província. A reconstrução tem que contar seriamente com isto.

As gerações próximas podem ter outras ideias porque estou a ouvir hoje está-se a falar muito de direitos humanos. Os direitos humanos possivelmente nos próximos anos podem ser materializados, mas hoje em dia as leis não estão a funcionar condignamente.

É interessante pois, apresentar no diagrama seguinte (figura 7) as propostas das/os jovens, que participaram nesta pesquisa, para chegar à Paz, para construir a Paz

O QUE É PRECISO FAZER PARA CHEGAR À PAZ?



Figura 6 - O que é preciso fazer para chegar à paz?

Coesão Social

TESE 1- A Coesão Social é a união que luta pelo bem comum, acesso e serviços de qualidade, respeito pela diversidade interna da sociedade, valorizando-a e assumindo-a como uma riqueza e não como um problema

A definição da Coesão Social começa por sublinhar a necessidade da união que é a base do bem comum e da bondade de que as relações sociais devem estar imbuídas. É clarificado que isso se traduz em lutas para o acesso a serviços públicos de qualidade. Há, pois, nesta definição elementos éticos, normativos e políticos que interligados foram uma delimitação conceptual da Coesão Social bastante completa e interessante.

Eu considero uma sociedade coesa quando a sociedade está unida e quando essa sociedade luta para o bem comum e quando essa sociedade pratica boas acções que possam ajudar a qualquer pessoa que esteja dentro desta sociedade. Quando esquecemos muito o eu e lutamos para termos, por exemplo, escolas, educação de qualidade, hospitais, mas que esses hospitais também o serviço prestado lá que seja um serviço de qualidade. Que não olhe também a condição social da pessoa que vai lá buscar esses serviços.

As/os nossas/os interlocutoras/es assumem que a Coesão Social é parte intrínseca da justiça social e que esta se consegue a partir do reconhecimento da diversidade interna da sociedade moçambicana, entre outras coisas. Afirmam ainda que a diversidade deve ser encarada como uma riqueza. Além disso, e sempre num tom normativo, sublinham que a diversidade - de ideias, de origens, de línguas, de ideais - não pode ser nunca motivo de coacção ou de repressão. Associada à diversidade vem a ideia de liberdade de se exprimir e de resolução positiva das diferenças.

Quando eu respeito esta diversidade eu tenho a riqueza que toda esta diversidade representa. Então, eu não quero transformar o outro, eu acrescento naquilo que o outro me proporciona, eu cresço melhor e vou trazer esta coesão. (...) A justiça social também pressupõe respeitar estas diversidades que existem, permitir que as pessoas possam se exprimir, se expressar livremente, eu acho que o ideal mesmo seria nós encontrarmos um cenário em que as pessoas podem dizer eu não gosto de ti e tu não te incomodares, mas porquê é que tu não gostas de mim? Não gosto de ti por causa disto, isto e mais aquilo, está bem obrigado. Se eu poder melhorar, melhor ainda, mas se eu não posso que isso não altere o nosso convívio, a nossa forma de nos relacionarmos. Então eu acho que (...) se atingia essa justiça social que mais parece uma utopia que outra coisa.

A sociedade coesa é aquela que pode estar unida vivendo com paz social, liberdade, sem estes traumas que estamos a viver actualmente.

As definições de Coesão Social que são reflectidas nas considerações feitas pelas/os nossas/os interlocutoras/es realçam muitos aspectos fundamentais para se pensarem as políticas locais e nacionais que a pretendam construir de forma equilibrada e sustentável. Isso significa distinguir entre diferenças que nos podem unir num objectivo comum e diferenças que alimentam intolerâncias e dissensões separatistas.

Dizer coeso não significa comungamos das mesmas ideias, mas significa comungarmos dos mesmos propósitos, do mesmo fim. Quer dizer, nós temos um fim a atingir e nós comungamos deste fim. Até que cheguemos a este fim

existem aqui várias opiniões, várias ideias que devem ser consolidadas para que possamos atingir o fim que nós pretendemos.

O excerto seguinte denota que há dificuldades a ultrapassar para alcançar a desejada união entre todas/os. O desejo é eliminar as tensões maiores porque na actual situação se percebe, de forma trágica, que estas podem ser fatais. Contudo, sabendo que a diversidade são também diferenças e que as diferenças são muitas vezes dificuldades, respeitar a igualdade na diferença é um dos maiores desafios da Coesão Social.

A comunicação com toda a comunidade. Não podemos escolher nem raça, nem etnia, nem religião; temos que nos unir todos dando informações perceptíveis da nossa vida. Porém cada um tem sua forma de pensar. Para prevalecer a nossa vida temos que estar unidos falando a mesma linguagem para que não haja turbulências.

Nos discursos fica muito claro que se considera que Moçambique não é um país coeso. Nessa afirmação apresentam-se argumentos que definem, pela negativa, a Coesão Social. São trazidas à colação categorias como união, justiça, liberdade e até soberania. A soberania aqui é entendida como auto-determinação que as condições de justiça garantem. Esta definição aqui expressa remete para o desenvolvimento como liberdade que garante as condições necessárias para o florescimento integral de cada pessoa e da sociedade tal como o economista indiano, e Prémio Nobel, Amartya Sen³¹, teoriza. Como se verá nas teses seguintes, estas categorias serão analisadas com detalhe e explicados os conteúdos que lhes são atribuídos.

Categoricamente posso assumir não, Moçambique não é um país coeso e de justiça social como muitos outros países. Porque um país coeso e de justiça social não tem conflitos, é soberano completamente. O termo soberania não deve ser entendido como uma condição em que as lideranças ou determinado estrato social está gozando uma liberdade, numa determinada zona está a se andar, está a se cantar e noutra zona está condicionada.

Uma outra fala muito contundente a este respeito é a que se segue e que põe a claro que há repressão, há falta de liberdade e que a comunicação social tem servido para desinformar, confundir e impor determinadas versões dos acontecimentos. A referência feita à própria história é uma auto-crítica muito interessante e que vale a pena ser ouvida com atenção.

Eu acho é só olhar para a nossa própria história e nós vamos percebendo que não existem condições criadas para que nós possamos considerar o nosso país um país coeso. Eu penso que nós estamos numa situação em que nós não conseguimos perceber que a divergência de opinião serve para nos fortalecer e não para nos separar. Estamos numa situação em que o pensar diferente é motivo para ser questionado, é motivo para ser associado, é motivo para ser considerado como alguém que seja da oposição, como alguém que não quer o bem do país (...). Então quando nós temos este tipo de comportamento, quando nós temos este tipo de atitude que de alguma forma reprime e oprime a liberdade de opinião, a liberdade de expressão nós não podemos nos considerar um país coeso, quando nós temos situações em que por exemplo a imprensa, a comunicação é usada de alguma forma para tentar

³¹ Sen, Amartya (1999). *Development as Freedom*. New York: Oxford University Press.

confundir a opinião pública, a opinião das pessoas. (...) Dizer coeso não significa comungamos das mesmas ideias, mas significa comungarmos dos mesmos propósitos, do mesmo fim. Quer dizer, nós temos um fim a atingir e nós comungamos deste fim, mas até que cheguemos a este fim existem aqui várias opiniões, várias ideias que devem ser consolidadas para que possamos atingir o fim que nós pretendemos.

TESE 2- A Coesão Social só existe quando há relações de confiança entre as/os cidadãs/ãos e as suas lideranças o que envolve: reconhecimento da sua legitimidade, autoridade e capacidade de interpretar as aspirações da população colocando-as acima dos interesses privados de qualquer sector ou grupo em particular.

Como nos ensinam as teorias sobre a Coesão Social é fundamental existir a chamada *confiança vertical*. Por outras palavras, a cidadania, ou seja, o conjunto das e dos cidadãos de um país, deve reconhecer nas instituições que regulam e governam a vida social não apenas legitimidade democrática, mas também autoridade. Mais ainda, a confiança vertical implica também que existe a percepção clara que estas instituições garantem a participação na vida colectiva e não defraudam, através das suas atitudes, actos e políticas, o bem comum; ou seja, as garantias constitucionais e jurídicas, a justa redistribuição da riqueza que é de todas/os, o respeito inalienável pela dignidade humana de todas/os e pela preservação do entorno e do ambiente que permitem a reprodução incessante da vida em boas condições de saúde física, mental, espiritual e emocional. Ora, os excertos que se seguem, argumentam pela negativa no que diz respeito ao caso de Moçambique sublinhando os desvios de missão que várias dessas instituições estão a seguir corroendo a democracia e a Coesão Social.

Referem-se ao Governo

Digamos que mudou para pior uma vez que Cabo Delgado, comparando com outras províncias sempre foi uma província que parece que o governo sempre se esqueceu. Mas agora até piorou a situação, piorou ainda mais.

Isso depende da colaboração da população e da vontade do governo são esses dois factores que interferem positivamente na solução do conflito armado, a colaboração da população e a vontade do governo. Porque se o governo não tem vontade o conflito vai persistir

Referem-se aos partidos políticos

Para que haja essa coesão social não é só o governo falar com a comunidade, mas temos que interagir todos. Estamos a falar de partidos políticos, os partidos políticos também têm que fazer a sua parte. (...) Há um papel preponderante que os partidos políticos deviam fazer, mas os papéis dos partidos políticos já deixaram de fazer e já estão mais vincados com os monetários, com o dinheiro. (...) O que eles podiam ver é a situação do povo, o povo é que está a sofrer, mas os partidos políticos já não olham para isso agora deixam o governo a fazer o trabalho mesmo que às vezes o governo não tem uma visão ampla. (...) As pessoas que tem visão hoje é a sociedade civil. A sociedade civil tem que acordar, acordar, mas quem devia também acordar mais preponderantemente deviam ser os partidos políticos.

É possível sim chegar, mas com uma intervenção por ambas as partes, quando falo de ambas partes estou a

falar do governo coadjuvado com a sociedade civil havendo um bom senso comum, entendimentos entre as partes. Esse entendimento tem que se inspirar em ouvir as opiniões das pessoas; nessas opiniões das pessoas precisa-se perceber o bem e o mal que pode nos trazer uma situação dessa natureza

Referem-se às esferas de influência junto do mais alto magistrado da nação e os erros e a corrupção que daí podem advir

Nós sabemos que ele está no poder, mas ele é guiado, posso dizer que 90% das decisões que toma não são da sua autoria. (...) O protocolo serve para limitar certas vontades do chefe, limitar no tempo, limitar na acção e aconselhar. Então os nossos protocolos além de exercer tarefa de estado, limitam, nós temos conselheiros além de ser a função de aconselhar o chefe do estado para crescimento do país, pura e simplesmente induzem ao erro.

No excerto seguinte a mesma pessoa continua referindo-se às chamadas dívidas ocultas que preocupam o país e têm vindo a descredibilizar as autoridades do Estado e do Governo perante a população. Este factor tem vindo a degradar progressivamente os laços de confiança ainda existentes.

A pergunta que se coloca é que confiança ele teve com o governo do dia para contrair dívida e a dívida ser indirectamente inscrita na conta geral do Estado sem consentimento da Assembleia da República? Então isso não é Estado, é o que acontece com governos pobres: ficam ladrões.

Referem-se aos militares sem esquecer os militares estrangeiros

Nós não temos confiança que essas tropas. Eles trabalham confiando entre eles e algumas pessoas que eles acham que esses aqui devem estar para fazer uma localização não para estar directamente neste processo.

Referem-se às forças policiais e como a corrupção da polícia leva ao abandono da ética profissional e à impunidade.

Porque hoje em dia acontece que você leva um arguido para polícia ou esquadra, eles beneficiam sobre aquele arguido cobram dinheiro. Amanhã ele é solto, então ali ele já não está a educar. Os colegas a tendência é de pelo menos dizer: ah fulano já saiu, daqui a nada posso fazer e nada hei-de sofrer.

TESE 3 – A corrupção é um sério entrave à Coesão Social porque não apenas é responsável pelas maiores injustiças como ataca fatalmente a confiança sobre a qual repousam as aspirações da luta de libertação nacional e da independência do país

No prazo de uma vida muitas pessoas viveram as agruras e as violências do colonialismo português, as dificuldades da luta de libertação nacional, as intensas alegrias e expectativas da independência, uma segunda guerra, o júbilo da chegada da paz, uma vez mais, a degradação das promessas de desenvolvimento e bem-estar para todas/os e, agora, mais uma guerra e o defraudar de um horizonte de paz, justiça e felicidade. A velocidade e a intensidade com as quais estes acontecimentos, e os traumas correspondentes, têm sido vividos por muitas/os moçambicanas/os, são impossíveis de negligenciar. Estas pessoas e estas vidas são testemunhas de transformações para as quais nem tempo nem meios lhes foram dados para se ajustarem minimamente sem disrupções graves na sua vida e na vida das suas comunidades. Este é um factor muito importante para se pensar na Coesão Social

em Moçambique, ou na falta dela, e no desalento que tudo isto provoca e se expressa nas palavras como se seguem.

Sinto muito pelo meu povo, moçambicanos estamos a sofrer, é verdade que os 46 anos de independência aparentemente dissemos que as realizações são muitas, mas olhando pela condição física, olhando pela sorte que a natureza nos deu, o país tem tudo para caminhar mais e teríamos caminhado mais. Então nós temos que mudar a mentalidade, saber ser e estar como moçambicanos e protegemos o que é nosso, mas também temos que denunciar os ladrões, os governantes que são ladrões. Então é preciso que o povo tenha olho de ver e denunciar, não devemos nos deixar influenciar pelos governantes, dirigentes corruptos. É preciso detectar e informar as autoridades competentes para poder muito cedo tomar medidas. O que nos torna pobres é a corrupção, não é o país. O país não é pobre, então é por esta razão eu queria deixar este apelo sejamos vigilantes em todos domínios e sejamos os soldados da luta contra a corrupção. Nós temos que denunciar os dirigentes corruptos para construirmos um país justo, coeso e de franco crescimento. Temos todas as condições para crescermos mais África, mas continuando assim não é possível crescermos por isso este é o maior apelo que eu deixo aos irmãos.

TESE 4 – A Coesão Social é uma questão de democracia tanto nos seus aspectos processuais quanto nos seus aspectos de relações inter-subjectivas, sociais e políticas

A relação entre a democracia e a Coesão Social não aparece muitas vezes nos

discursos dominantes. A razão pela qual ela não é referida mais vezes não foi objecto da nossa pesquisa. No entanto, sabemos que a Coesão Social nas suas componentes de confiança e justiça entre e para todas/os só se consegue num sistema democrático. É bom realçar, porém, que quando se fala de democracia não nos referimos aos meros procedimentos formais que envolvem eleições e as instituições que daí derivam. Como bem afirma o excerto seguinte, isso envolve também como partilhamos a autoridade nas nossas relações inter-subjectivas e como encaramos as diferenças de opinião, próprias de uma sociedade onde todas/os temos lugar, porque o diálogo nos serve de bússola e de regulação pacífica dos nossos potenciais conflitos.

Eu acho que nós temos uma questão muito profunda que tem a ver com a própria democracia multipartidária que nós estamos a implementar. Nós dizemos que somos um país democrático, que preza pela democracia multipartidária, mas eu penso que a forma como nós exercitamos esta democracia parte da área acaba fazendo com que isto influencie na forma como nós depois vamos nos posicionar no nosso dia-a-dia. (...) Eu vou procurar saber de que partido é o meu vizinho. Como é que ele se comporta? Se é dum partido que é contrário ao meu então esta é uma pessoa que devo discriminar, é uma pessoa que não deve fazer parte das minhas relações.

Um outro elemento que é realçado são as vantagens das aprendizagens democráticas que se vão fazendo e consolidando ao longo do tempo. Por outras palavras, quanto mais se pratica e por mais tempo a democracia, tanto a nível institucional quanto social, mais e melhores capacidades de reflectir e actuar democraticamente estão presentes e disponíveis no tecido social e político da Nação. A situação de guerra parece estar a

facilitar, apesar do medo e das dificuldades, a partilha da reflexão e, com ela, a partilha da autoridade para se pronunciar sobre a vida colectiva e as aspirações comuns. Essa é uma forma de democratização societal que, não tendo correspondência directa nas instituições formais, resulta num acervo fundamental para a Coesão Social e, conseqüentemente, para a Paz.

Eu penso que uma coisa boa que ganhamos na medida em que o tempo vai passando é esta capacidade de reflectir, é esta capacidade de dialogar, de não olhar o assunto como assunto dos outros, penso que isso é um ganho muito grande. Quer dizer tu percebes que cada vez mais as pessoas mesmo aquele do nível mais baixo possível ganha mais consciência, se interessam e se preocupam pela situação da nossa província e isto tem dominado mesmo com pouca informação, mesmo com pouco conhecimento. O que é que virá depois disto? O que poderá realmente acontecer, ser o melhor cenário para a solução do nosso problema? Há esta procura de diálogo, de reflectir, mesmo as vezes que seja em jeito de lamentação, esta partilha acontece e acontece de forma frequente, diária e em pequenos grupos, em pequenos convívios (...), são realmente reflexões que têm norteado os pequenos encontros, os pequenos debates.

TESE 5- A confiança horizontal que se constrói no tecido social e liga as pessoas é uma das bases essenciais da Coesão Social. Simetricamente, quando a confiança é degradada ou está ausente, as condições para atingir esse objectivo ficam seriamente comprometidas

Circulam cada vez mais histórias de pessoas infiltradas nas cidades de Pemba e

Montepuez que têm ligações com os grupos insurgentes e responsáveis por massacres nos distritos do norte Cabo Delgado. Vários episódios nesse sentido foram-nos relatados na primeira pessoa. O conhecimento directo de que estas pessoas se estão a misturar no tecido social e a tornarem-se mais ou menos invisíveis aumenta as desconfianças, o medo e, por conseguinte, produz novas tensões nas famílias e nas comunidades. Um dos relatos mais significativos foi o que está expresso no seguinte excerto.

Eu fiquei sem me conseguir mexer dois dias. A minha filha que é médica veio em meu socorro. Foi porque bateram à minha porta e fui abrir e era o meu neto. Abriu o casaco e estava cheio de notas. Perguntei de onde vinha aquele dinheiro e ele só respondeu: avó não se preocupe, eu estou bem na vida, até já tenho uma moto e vou começar um negócio de moto-taxi. Fiquei paralisada porque entendi tudo. Conversei com o meu marido e depois expliquei à minha cunhada: desculpa, mas nós temos que falar com as autoridades. Ele está preso e está a ser interrogado. Não sabemos o que vai acontecer. São os nosso filhos e netos.

Um outro caso paradigmático passou-se numa enfermaria do hospital de Pemba e revela que pode haver motivos para sérias preocupações a respeito de segurança na própria capital provincial.

Eu estava a mudar um penso na enfermaria e, de repente, uma senhora que tinha dado parto nessa noite começou a gritar e a dizer que conhecia aquele homem, que era aquele homem que tinha catanado o marido e o pai lá na aldeia dela. Ela estava tresloucada e queria fugir. Olhei e na porta está um homem, mas ele foi-se logo embora.

Ficamos todas cheias de medo. Não sei o que lhe aconteceu, àquele homem.

Um terceiro acontecimento recente, e que provocou muitos traumas na comunidade do bairro de Paquitequete, foi o assassinato de um sheik dentro da sua própria casa. Ele era conhecido como um homem sensato, mas que se tinha oposto à criação de novas mesquitas e madraças no seu distrito de origem acabando por ter que fugir e instalou-se em Paquitequete.

Ontem de manhã encontraram o corpo do sheik morto e torturado. Vandalizaram a casa toda. Eles vieram perseguir, encontraram e mataram.

Todos estes casos e os outros que circulam, comprovados ou não, começam a ter um impacto muito relevante na forma como a confiança entre as pessoas é continuamente posta em causa, até dentro das próprias famílias. Por outro lado, criam um ambiente psicológico de medo, ansiedade e perseguição. Além disso, criam-se imagens mentais que produzem estereótipos que desembocam em preconceitos e numa conflitualidade de baixa intensidade, mas permanente. É o caso dos rapazes que fazem moto-taxi na cidade de Pemba sobretudo os que exibem motorizadas novas. Todos são potenciais suspeitos de terem conseguido comprar essas motos à custa do sangue de amigos/os e familiares das pessoas que se cruzam com eles nas ruas. Além disso, teme-se que eles possam iniciar ataques e violências até agora inéditas na capital da província. Essa desconfiança, cada vez mais profunda, é um factor de maior preocupação e que deve ser objecto de políticas que lidem com as diversas facetas do fenómeno: psicológicas, policiais e de restauro de confiança.

Esta situação induz a que a denúncia seja vista como uma solução e que a vigilância conjugada com a denúncia seja pensada como uma forma legítima de prevenir e

resolver as potenciais investidas de terroristas nas cidades e nos distritos onde a violência armada ainda não chegou. A vigilância máxima, com todos os procedimentos a ela associados, mostra que a sociedade está traumatizada, mas também indicam que a militarização e a opção por medidas securitárias contra o medo são vistas como inevitáveis.

O que nós estamos a dizer é que é preciso que haja vigilância para encontrarmos quais os mentores desses males, que haja vigilância a partir da base, estamos a falar da célula, da unidade, do quartirão até ao topo temos que fazer uma vigilância, conhecer quem vem e quem não vem, quem sai e quem entra. Acredito que se houvesse oportunidade de dar-se uma senha de entrada porque há certas pessoas que entram numa casa e não conhecemos essas pessoas de onde vem. (...) Então com este todo controlo nós podemos saber quais são essas pessoas que entraram para identificar alguém com quem você pode dialogar.

Ao contrário do que vimos atrás, ao mesmo tempo que se fala em diálogo e união, pensa-se em construir fortalezas cujos pilares são um controlo militar e policial que facilmente pode resvalar em acusações arbitrárias, repressão, coação e punição à margem da lei.

para garantir a nossa tranquilidade a denuncia poderia partir dos próprios moradores porque eles conhecem essas pessoas, por exemplo uma pessoa que não faleceu, que não existe nenhum tumulto dele, mas de repente desapareceu foi para onde? Significa que está aliado neste grupo aí, então se por acaso um dia desses aparece no seio da população, eu gostaria que eles mesmo indicassem para podermos ter a

tranquilidade. Porque esses são malfeitores mesmo, eu acredito que estão no meio da população refugiada, eles aproveitam-se infiltrar de qualquer forma

Compreendendo o medo justificado das pessoas é necessário trabalhar, ao mesmo tempo, para reparar os laços de confiança nas instituições para que se tenha a certeza de que a impunidade não é consentida e que os direitos e garantias também serão meticulosamente respeitados mesmo no que diz respeito a pessoas consideradas responsáveis por actos de violência.

TESE 6- A Coesão Social só é alcançável quando há justiça social, política, económica, judicial e cultural

Na estratégia narrativa das/os nossas/os interlocutoras/es quando inquiridas/os sobre o que é necessário fazer para conseguir a Coesão Social no país há dois elementos fundamentais. O primeiro é de forma: optam principalmente por identificar o que não existe, por outras palavras, referem-se aos deficits causais que justificam o presente estado das coisas que é avaliado como negativo. Então, a ideia é de denunciar as falhas, relevar os problemas, perceber as incongruências e os limites. Deste modo, as propostas dão-se por contraste, através da ideia de superação do que neste momento se sente e é vivido. A segunda é de conteúdo: a palavra 'justiça' aparece como uma palavra-chave que vai sendo declinada em diversos assuntos que dizem respeito à educação, ao sistema judiciário, aos direitos humanos, à dignidade humana, ao direito à verdade, aos malefícios da impunidade e da privatização da justiça pelas elites políticas e económicas. Então, a justiça, é percebida como a condição sem a qual a Coesão Social não é possível de ser alcançada.

No que diz respeito à educação, a proposta vai no sentido de considerar fundamental investir tanto na educação escolar quanto na

educação não-formal, aquela que é proporcionada pelas famílias, comunidades e sociedade em geral através de valores, atitudes e comportamentos que podem ajudar a constituir a pessoa de forma harmoniosa, ética e capaz de conviver de forma positiva com as pessoas que vivem em seu redor. Também se percebe que não é um trabalho fácil e que precisa de investimento no tempo. É um processo de longo-prazo, mas indispensável.

Pouco a pouco pode-se chegar a essa justiça, a essa coesão, quando nos dedicamos à educação saudável, a uma educação de qualidade. A educação que me refiro não apenas aquela educação da carteira onde os alunos vão fazer a 1ª até à 12ª, depois fazem licenciatura. Não, educação que parte nas nossas famílias, educação integral. (...) Não é um trabalho assim fácil, mas é possível.

Apesar de ser algo não muito fácil, mas se nós conseguimos trazer a pessoa a esta consciência do bem que ele ganha agindo dum forma e do mal, que ele pode proporcionar primeiro a si mesmo agindo de outra forma temos um ganho melhor. Porque construímos uma pessoa que depois vai replicar isso.

Outro sector que é amplamente referido é o do judiciário. A percepção geral é que o sistema judicial não é justo sobretudo porque tem sido passível de instrumentalização por parte de quem tem dinheiro para tal ou então tem tido o poder de travar a sua capacidade de identificar e punir pessoas que cometem crimes.

Para ter justiça os partidos políticos não podem se meter em questões judiciais porque eles tratam assunto de lei quando é a justiça, quando existe

intervenção política as coisas não vão cair bem.

Uma sociedade coesa, livre e de paz, justiça ali deve haver uma liberdade total e completa, não pode haver limitação de factos, a justiça deve funcionar claramente, não deve haver favoritismo. Hoje em dia acontecem alguns factos, alguém cometeu erro e vai no tribunal ou na esquadra paga um dinheiro e volta (...). Então esta não é a justiça que nós precisamos, nós queremos uma justiça justificada.

O descrédito no sistema judiciário está patente nos seguintes excertos sobretudo devido à impunidade dos crimes cometidos quando eles são perpetrados por pessoas das elites económicas e políticas. A Coesão Social é percebida como um processo de longo-prazo de tal forma a presente situação está corrompida.

Sociedade coesa só nas próximas gerações, Por causa de algumas personalidades de elite, então quando existem algumas pessoas que erram algo sabendo que este é um familiar dum chefe ou dum líder superior a tendência é de defender.

Não há essa justiça por causa do dinheiro; é o que está a estragar essa justiça, questões económicas estão a estragar a nossa justiça e quem sai a ganhar são os filhos daqueles que têm dinheiro e aquela camada desfavorecida fica sem justiça, estamos mesmo a perder uma justiça bem condigna por causa desses comportamentos.

TESE 7- A Coesão Social necessita de cura e reconciliação: onde não há Paz não há Justiça e onde não há justiça não há Paz

A afirmação que não há Justiça sem Paz tem a sua compArte nos discursos sobre a construção da Paz e que é: não há Paz sem Justiça. Uma e outra coisa são partes igualmente fundamentais do que se deseja alcançar e que podemos designar como a Coesão Social que nos permite enfrentar o presente, conviver com o passado e trabalhar para garantir o futuro para todas e todos.

Um país onde não há paz não há justiça. Estamos a violar direitos humanos que é direito à vida. Tivemos esses desentendimentos da zona centro houve muita morte, injustiça, mortes que até hoje ninguém tentou justificar.

Este excerto levanta também o problema do direito à verdade. Por outras palavras, não há como fazer Justiça, ter Paz e alcançar a Coesão Social sem saber quem, como e porquê comete violências; como, quem e porquê provocou dano e sofrimento. É obrigação não apenas descobrir a verdade, mas contar a verdade. A cura e a reconciliação necessitam da verdade para se processarem e se conseguir viver.

Organizações não-governamentais descobriram umas valas comum que ninguém explicou até hoje, pediram explicações que ninguém quis dar razões e nem explicar às pessoas o que é que aconteceu naquela vala comum. Reparando para o norte estamos há 4 anos, desde 2017 estamos a viver essa situação de terrorismo que houve também maior parte de injustiça, houve morte, violação dos direitos humanos. Então onde há violação dos direitos humanos não há paz, e nenhuma explicação receberam os cidadãos

porque vocês estão a sair daqui o que está acontecer é isto, o que está acontecer é aquilo. Não há nenhuma explicação

Como afirmamos no capítulo 1 consideramos que a Coesão Social só se alcança numa relação recíproca entre confiança e as capacidades colectivas de uma sociedade para enfrentar os problemas que encontra e as transformações inesperadas que possam surgir. A ideia de relações nos dois sentidos, em que uma parte afecta e é afectada pela outra, em que os ganhos conseguidos e as perdas verificadas são partilhados, são uma matriz importante para entender a Coesão Social. Isto significa que não haverá forma de construir as capacidades colectivas sem confiança e a confiança também se constrói a partir das capacidades colectivas de uma sociedade. Esta articulação, em outros termos, mas com a mesma lógica subjacente, está presente nas reflexões recolhidas. Neste caso, a centralidade é colocada na relação entre direitos e deveres, os direitos humanos, dignidade humana e cidadania como âmbitos de realização da Coesão Social.

Temos que conhecer o nosso dever, direitos para sabermos influenciar na sociedade, conhecendo os seus direitos e deveres podemos sugerir algo que nós podemos melhorar na nossa província

Não há coesão social sem justiça e respeito pela dignidade humana. Porque se não tivermos justiça em Moçambique cada pessoa andaria de qualquer maneira, não ia ser julgado e estaria cada pessoa a matar outra pessoa, a bater, a fazer justiça pelas suas próprias mãos, embora que existe isso, mas estou falando mesmo da justiça.

Estamos a viver um mundo onde muita gente não consegue se libertar, não consegue dizer aquilo que lhe fere, muitos se fecham, não manifestam a sua cidadania, os seus direitos. Uns não sabem os seus direitos e nem deveres, então acabam sendo lesados, acabam sendo feridos e um momento em que eles podiam ter a razão, mas não têm razão.

Dois grupos chamam muito à atenção das/os nossas/os interlocutoras/es: as crianças e as pessoas jovens. A noção de que elas são as mais frágeis, susceptíveis a boas e más influências, que são as que um dia tomarão conta do país e da vida social, é absolutamente necessário atender e perceber quais os problemas, quais as necessidades e expectativas para realizar o seu direito a viver com dignidade.

Aumentou o desemprego aqui na cidade. Ora vejamos aquelas populações que saíram das suas zonas, chegaram aqui e estão aqui na cidade, não têm emprego e aqui já existiam jovens desempregados, então aumentou o número.

Um dos problemas que me tem chamado muito à atenção é a questão das crianças, o número de crianças que já se tornaram mendigas. No mercado você está a passar encontra muitas crianças e aquelas crianças estão assim, à deriva, não têm rumo, não tem protecção de ninguém e seu penso que essa situação também provocou esse aumento de crianças que não estão sendo encaminhadas.

Capítulo 3

Lições aprendidas e recomendações

Antes de iniciarmos este capítulo precisamos sublinhar uma das aprendizagens mais importantes que esta pesquisa nos proporcionou que contraria o famoso provérbio que diz que *o saber não ocupa lugar*. Efectivamente, a escuta cuidadosa e atenta das/os nossas/os interlocutoras/es mostrou que sabem muitas coisas importantes e que, portanto:



O
**SABER
OCUPA
LUGAR**

Os seus conhecimentos, considerações, reflexões e propostas têm que ocupar lugar neste relatório, nas nossas mentes e nas nossas recomendações para políticas de Construção da Paz e de Coesão Social.

Uma abordagem contextualizada e de baixo-para-cima não se pode arriscar eliminar do seu horizonte epistemológico, metodológico e prático as vidas e as vozes que são a razão e a fonte da sustentabilidade de apaziguamento e Paz a que tanto se aspira.

Posto isto, clarificamos que o que apresentamos em seguida propõe-se ser uma sistematização das teses ou ideias fortes, se quisermos, emergentes da análise que fizemos a partir das narrativas das/os nossas/os interlocutoras/es.

Teses e lições aprendidas sobre a guerra em Cabo Delgado

TESES

TESE 1 – A GUERRA É A GUERRA: É LUTO, TRISTEZA, MEDO, MORTE, PERDAS, TRAUMA

TESE 2- A MALDIÇÃO DOS RECURSOS: ESTA É UMA GUERRA DE ESPOLIAÇÃO DAS RIQUEZAS DE CABO DELGADO

TESE 3- AS VIOLÊNCIAS ESTRUTURAIS – POBREZA, ILITERACIA, DOENÇA, DESEMPREGO, FALTA DE INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS DIGNOS – SÃO CAUSAS E ALIMENTOS DESTA GUERRA

TESE 4- ESTA NÃO É UMA GUERRA RELIGIOSA NEM ENTRE RELIGIÕES

TESE 5- AS VIOLÊNCIAS DA GUERRA FICAM INSCRITAS PARA SEMPRE NOS CORPOS: CABEÇAS DEGOLADAS, MUTILAÇÕES, ESTUPRO, TORTURA, MORTE

TESE 6- A GUERRA PRODUZ E REPRODUZ TODO O TIPO DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES E RAPARIGAS

TESE 7- OS IMPACTOS DA GUERRA SÃO ESTRUTURAIS E ATINGEM TODOS OS SECTORES DA SOCIEDADE

TESE 8- A VIOLÊNCIA ARMADA DEIXA MARCAS PROFUNDAS NA CULTURA E NA FORMA COMO SE APRENDE A RESOLVER OS CONFLITOS NUMA SOCIEDADE

AS LIÇÕES APRENDIDAS

Existe um grande debate entre intelectuais e activistas³² sobre quais poderão ser os fundamentos endógenos e exógenos desta guerra. Várias/os analistas mostram que a emergência das presentes tensões no território são fenómenos multifacetados e que têm raízes tanto em conflitos seculares latentes, na recente recomposição fundiária e das relações de poder motivadas por uma economia política neo-liberal – nas suas vertentes financeira e extractivista - que atende tanto aos interesses dos capitais transnacionais como aos das elites locais. Outros elementos de complexidade são apontados e que não devem ser negligenciados.

³² Entre muitos outros veja-se: Habibe, S.; Forquilha, S. e Pereira J. (2019) Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique. O caso de Mocimboa da Praia. Cadernos IESE nº17/2019 Maputo: IESE.; Amnesty International (2021), 'O que vi foi a morte. Crimes de Guerra no 'Cabo Esquecido' de Moçambique'. London: Amnesty International Ltd.; Macalane, G. L., Jafar, S. S. (Coord.) (2021). 'Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017 – 2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocimboa da Praia'. Pemba: Universidade Rovuma. Extensão de Cabo Delgado.; Feijó, J., Souto, A., Maquenzi, J. (2020). 'Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito'. Observador Rural nº 101, Fevereiro. Maputo: OMR. Alberdi, Jokin; Casimiro, Isabel; Cunha, Teresa; Dubois, Alfonso; Fernández, Gonzalo; Jubeto, Yolanda; Larrañaga, Mertxe; Oianguren, María; de Pinho Valle, Luísa (2019), *Territorios en Conflicto*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratzuz. Cunha, Teresa (2021). 'A Terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come'. Gernika – Lumo: Gernika Gogoratzuz. Disponível em: <https://territoriolab.org/wp-content/uploads/2020/04/EC-Cabo-Delgado-digital-PT.pdf>., Cunha, Teresa (2021). 'Arrancando-nos da nossa terra, arrancam-nos as raízes e ficamos sós no mundo. Um retrato da guerra em Cabo Delgado nas vozes das mulheres'. Gernika – Lumo: Gernika Gogoratzuz, 62 p. Disponível em: https://territoriolab.org/wp-content/uploads/2021/04/Mulheres_Guerra_em_CD_relatorio_preliminar-1.pdf.

A nosso ver, é apropriado pensar que existem múltiplas razões sendo que elas se articulam e se reforçam criando uma situação de enorme violência e gravidade política e social. A intersecção de vários problemas está, pois, a criar condições para que a guerra não apenas esteja a acontecer, como possa continuar por muito tempo, se uma intervenção integrada, democrática, inclusiva e holística (política, social e militar) não for posta em marcha, conforme muitas/os analistas e pesquisadoras/es têm vindo a sublinhar.

Sem pretender exaustividade nem propondo uma ordem específica de importância, apresentamos a seguinte sistematização das várias causas que, articuladas entre si, poderão estar na base da eclosão desta guerra:

- (1) os interesses económicos relacionados com a exploração dos recursos naturais e os seus mega-projectos de extracção de gás, petróleo, grafite, rubis, madeiras preciosas, entre outros minerais;
- (2) as disputas geo-estratégicas da região entre os grandes blocos como EUA, UE e China, nomeadamente do canal de Moçambique;
- (3) a emergência de um novo *player* geo-estratégico que é o Estado Islâmico e dos interesses dos estados que estão que o apoiam e financiam
- (4) a pobreza e a discriminação sobretudo das/os jovens e a falta de expectativas para o futuro;

(5) um estado nacional negligente e ausente resultando no abandono das populações à sua sorte e na falta de infraestruturas e serviços de toda a natureza na província;

(6) uma elite política nacional comprometida com os grandes negócios gerados pela exploração das riquezas numa lógica de privatização das riquezas que são de todas/os as/os moçambicanas/os;

(7) a actuação dentro do território das organizações internacionais de terrorismo islâmico;

(8) os interesses de redes internacionais de tráfico de drogas nomeadamente do Afeganistão e Paquistão que têm estabelecidas rotas de trânsito para o interior do continente a partir da costa marítimas de Cabo Delgado;

(9) a manipulação de algumas das antigas rivalidades entre Makondes, Makuas e Mwanis;

Como não pode haver Paz sem compreender a guerra e como para chegar à Paz é preciso lidar com a multi-dimensionalidade e complexidades dos impactos da guerra, pensamos ser crucial sublinhar estes impactos na tabela 2.

Tabela 2 – Impactos da Guerra

| | |
|----------|--|
| 1 | o empobrecimento e a tensão financeira, emocional, de espaço e alimentar a que estão sujeitas as famílias que estão a receber nas suas casas as pessoas deslocadas |
| 2 | o abandono forçado das terras, habitações, gado e outros bens assim como de pontos de pesca está a incentivar ocupações indevidas e a provocar uma reorganização fundiária não desejada. Isso tem sido fonte de conflitualidade acrescida entre famílias e populações e de processos de apropriação ilegal e de aparecimento de novos negócios marcados pela ganância e para fazer dinheiro com a guerra |
| 3 | a pressão exercida sobre os recursos naturais como a terra, água, florestas e pesqueiros sujeitos a uma depredação e poluição sem controlo |

| | |
|----------|--|
| 4 | a interrupção dos modos de vida e dos rituais de passagem considerados fundamentais para a vida pessoal e colectiva; a falta de acesso a ervas, raízes e outros medicamentos que as pessoas utilizam no seu dia-a-dia |
| 5 | a presença de muitas pessoas estrangeiras (vientes) que trabalham em empresas, ONGs e agências internacionais desequilibram a vida social e fazem aumentar o custo de vida |
| 6 | a distorção dos valores morais considerados localmente adequados e desejáveis e o consequente aumento de comportamentos individuais e colectivos qualificados de desviantes e perigosos como: roubos, ausência de gentileza, falta de respeito, uso de palavrões, prostituição, abandono de crianças, entre outros |

| | |
|----|--|
| 7 | o aumento das desconfianças e ressentimentos a vários níveis: da população no que diz respeito às autoridades moçambicanas; entre as famílias por receio de maridos e outros parentes masculinos de algumas pertencerem a grupos de insurgentes; entre os grupos etno-linguísticos prevalentes no território; entre as populações e as grandes empresas exploradoras dos recursos naturais |
| 8 | a pressão emocional que representa a perda de familiares, sobretudo de crianças, por assassinato, por rapto ou maus-tratos pelos diversos actores no terreno sejam estes as milícias de insurgentes, as forças de defesa e segurança, a polícia ou bandidos |
| 9 | um blackout da informação credível e sustentada em fontes fidedignas em meios de comunicação social, as ameaças, a prisão e o desaparecimento de jornalistas |
| 10 | a militarização da sociedade e a disseminação de uma cultura de violência e repressão como forma privilegiada de resolver os conflitos |
| 11 | o aumento da violência sexual contra as mulheres e as raparigas que se manifesta de muitas formas: escravatura sexual, casamentos forçados de adolescentes, prostituição, gravidezes forçadas, violência sexual exercida por maridos e companheiros em contexto doméstico |
| 12 | o atraso na reconstrução dos danos causados pelas alterações climáticas, ausência de serviços públicos para todas/os, e atrasos nos planos de desenvolvimento justo e equitativo |

| | |
|----|--|
| 13 | o colapso progressivo do tecido social: abandono de quadros da administração e serviços para zonas mais seguras do país e destituição do valor social das instituições |
| 14 | A perda de soberania nacional |

Todos estes impactos, e outros que porventura ainda possam ser enumerados, são sentidos de forma diferenciada entre as mulheres e os homens, entre as meninas e os rapazes e também entre as pessoas idosas dos diferentes sexos.

A Paz não poderá nunca ser efectiva se estas pessoas não forem escutadas e não participarem activamente na compreensão das causas deste conflito, na busca de soluções duráveis e na reconstrução pós-bélica³³.

³³ A importância da presença e das vozes das mulheres durante e depois dos conflitos bélicos está consagrada e descrita pormenorizadamente na Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovada no ano 2000. Ver aqui: <https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2018/06/N0072018.pdf>

Teses e lições aprendidas sobre a Construção da Paz

TESES

TESE 1 – A Paz é boa, é alegre, é bonita, é o melhor de nós mesmas/os; é ter passado, presente e futuro

TESE 2- Para chegarmos à Paz temos que fazer as pazes connosco mesmas/os e com as/os outras/os

TESE 3 - A Paz requer muito trabalho, união e diálogo

TESE 4- A Paz é parar com a violência e, para isso, se for preciso, usem-se forças militares valorizadas, garantes da soberania nacional e respeitadoras dos direitos humanos

TESE 5- Para chegar à Paz é preciso conhecer as raízes dos problemas e combatê-las e isso não se faz sem pesquisar, pensar, reflectir e partilhar conhecimentos

TESE 6 - A Paz precisa do contributo das religiões e das igrejas

TESE 7- Para conseguir a Paz temos que fazer uso dos instrumentos internacionais como a resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

TESE 8- Wunnuwana! As políticas de construção da Paz têm que incluir a reconstrução física, social, emocional, espiritual de todas/os, prestar atenção aos grupos mais vulneráveis, reforçar as capacidades colectivas das comunidades e colocar o Bem-Viver do Povo no centro

AS LIÇÕES APRENDIDAS

Em termos de lições aprendidas é-nos útil voltar ao conceito de Wunnuwana, 'crescer com' porque a principal lição aprendida é exactamente essa: a Paz só se consegue quando se trata de um projecto comum com os esforços de todas e todos para que tanto as pessoas individuais como os seus grupos e comunidades beneficiem mutuamente dos seus frutos.

A segunda lição tem que ver com a pluri-dimensionalidade da Paz. Em linha com a literatura analisada as reflexões partilhadas pelas/os nossas interlocutoras/es vão no sentido de identificarem níveis e âmbitos diversos onde é necessário actuar para se conseguir chegar à Paz. Os que nos parecem mais relevantes são os seguintes:

Tabela 3 – Diferentes âmbitos onde é necessário actuar para se conseguir chegar à Paz

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| Militar | Calar as armas, cessar a violência, terminar com a guerra | Espiritual | Reconhecer a importância da espiritualidade e os diálogos intra e inter religiosos | |
| Justiça transicional³⁴ | Conhecer a verdade para chegar à cura dos traumas e à reconciliação | Político | Reconhecer que é necessário dialogar e negociar com as lideranças insurgentes | |
| Social | Promover a equidade e um desenvolvimento equilibrado entre todas as regiões do país | | Utilizar todos os instrumentos internacionais para construir a paz duradoura e sustentável, nomeadamente a RCS 1325/2000 | |
| | Assegurar o diálogo entre todas as comunidades | | Trabalhar incansavelmente para chegar à Paz | |
| | Cuidar com especial atenção dos grupos mais vulneráveis como crianças e mulheres | | Implementar políticas multi-dimensionais de emergência e de longo-prazo | |
| | Assegurar a justiça social através do emprego com direitos, saúde, educação de qualidade | | Ético | Fomentar as solidariedades horizontais: ninguém fica para trás |
| | Realizar acções concertadas entre governo, sociedade civil nacional e internacional, emergenciais, de curto e longo-prazo | | | Fomentar valores culturais de transformação positiva dos conflitos |
| | Reconhecer a importância e o papel da arte e da estética na criação de um ambiente emocionalmente equilibrado e gratificante | Educar para o valor da diversidade e da inclusão | | |

³⁴ Por justiça transicional entendemos os mecanismos, instrumentos e procedimentos de justiça pós-bélica. Um bom exemplo de justiça transicional são as Comissões de Verdade e Reconciliação que têm sido levadas a cabo em vários países após a cessação da guerra com vista à normalização da vida social, ao reaprender a viver sem recuso à violência e a lidar com a memória e o trauma.

Temos noção do tamanho e da complexidade das tarefas. Porém, para um problema tão grave como é a guerra em Cabo Delgado, pensar em construir a Paz e a Coesão Social leva, seguramente, à consideração de que

aquilo que nos espera pede esforço, resiliência, convicção, atenção ao global e aos detalhes e determinação individual e colectiva.

Teses e lições aprendidas sobre Coesão Social

AS TESES

TESE 1- A Coesão Social é a união que luta pelo bem comum, acesso e serviços de qualidade, respeito pela diversidade interna da sociedade, valorizando-a e assumindo-a como uma riqueza e não como um problema

TESE 2- A Coesão Social só existe quando há relações de confiança entre as/os cidadãs/ãos e as suas lideranças o que envolve: reconhecimento da sua legitimidade, autoridade e capacidade de interpretar as aspirações da população colocando-as acima dos interesses privados de qualquer sector ou grupo em particular.

TESE 3 – A corrupção é um sério entrave à Coesão Social porque não apenas é responsável pelas maiores injustiças como ataca fatalmente a confiança sobre a qual repousam as aspirações da luta de libertação nacional e da independência do país

TESE 4 – A Coesão Social é uma questão de democracia tanto nos seus aspectos processuais quanto nos seus aspectos de relações intersubjectivas, sociais e políticas

TESE 5- A confiança horizontal que se constrói no tecido social e liga as pessoas é uma das bases essenciais da Coesão Social. Simetricamente, quando a confiança é degradada ou está ausente, as condições para atingir esse objectivo ficam seriamente comprometidas

TESE 6- A Coesão Social só é alcançável quando há justiça social, política, económica, judicial e cultural

TESE 7- A Coesão Social necessita de cura e reconciliação: onde não há Paz não há Justiça e onde não há justiça não há Paz

AS LIÇÕES APRENDIDAS

No que respeita à Coesão Social a principal lição aprendida é a que respeita à sua articulação profunda com a Paz e a Justiça aos mais diversos níveis. Esta lição remete-nos para a circularidade conceptual e pragmática que é necessário pensar, desenhar e implementar entre os três campos:



A segunda grande lição tem que ver com a democracia enquanto regime político e enquanto regime social. Este estudo, tanto o teórico quanto o empírico mostraram que a democratização das subjectividades, das relações sociais, dos procedimentos e das instituições é fundamental para garantir a participação, sem receio de represálias e violência. A partilha da autoridade nos processos de decisão fundada na participação das/os cidadãs/os é o reconhecimento da sua pertença a um projecto comum de

Nação. Deste modo, as suas vozes e as suas aspirações são salvaguardadas através de políticas públicas e das garantias constitucionais e jurídicas de protecção e de redistribuição das riquezas que são de todas/os.

A terceira lição refere-se à confiança (ou à falta dela). Efectivamente, um dos principais obstáculos encontrados para transformar Moçambique num país coeso é o descrédito existente acerca das instituições, das políticas e das lideranças da nação. Uma das consequências mais aparentes é a erosão de legitimidade de quem tem, formalmente, a autoridade para implementar políticas e medidas que atingem a todas/os. Por outro lado, a situação de guerra também tem aumentado o campo de desconfiança entre as pessoas. Assim, temos uma situação em que os níveis de confiança tanto vertical quanto horizontal estão severamente atingidos e isso tem impactos muito graves na vida das pessoas e no objectivo da Coesão Social.

A partir destas teses e lições, entendemos que, fundamentalmente, o que aprendemos se pode condensar nas seguintes questões:

1. Cabo Delgado é uma província onde existe uma relação negativa entre as riquezas naturais, a Paz e o bem-estar das/os cidadãs/ãos

2. As causas da guerra que tem lugar na província de Cabo Delgado são várias e complexas

3. Os impactos da guerra são multidimensionais e atingem, de uma forma ou de outra, toda a população da província e até do país

4. Não se consegue pensar na Paz sem se falar da guerra para se conhecerem melhor as suas causas, os efeitos e o que a pode fazer cessar

5. A Paz é multidimensional e envolve a ausência de danos e violências directas, estruturais e culturais

6. A Coesão Social apoia-se na confiança, tanto horizontal quanto vertical, existente nas sociedades e só se consegue através da justiça e de uma ampla construção de capacidades colectivas para o bem comum

7. Tudo o que fizermos pela Paz e a Coesão Social tem que ser fortemente contextual e no respeito pelas visões e justas aspirações das populações envolvidas

As nossas recomendações

Estruturamos as nossas recomendações da seguinte maneira:

a) Definimos a área de actuação:

- Segurança
- Justiça Transicional
- Justiça
- Social
- Económica
- Política
- Comunicação Social

b) Fazemos uma determinada recomendação geral.

c) Desagregamos a recomendação em recomendações de ordem prática, ou seja, actividades concretas a levar a cabo.

Tabela 4 – Recomendações

| ÁREA DE ACTUAÇÃO | RECOMENDAÇÃO | ACTIVIDADES A LEVAR A CABO |
|-----------------------------|---|---|
| SEGURANÇA | A CRIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA TERMINAR COM A VIOLÊNCIA ARMADA E ASSEGURAR A SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES | <ol style="list-style-type: none"> 1- Estabelecer bases políticas para negociações com as lideranças dos grupos de insurgentes já identificadas com vista ao fim das hostilidades; 2- Criar zonas tampão no terreno para assegurar que não há reincidência de ataques às populações; 3- Levar a cabo um processo de desmobilização, desarmamento e reintegração das/os combatentes, no mais curto espaço de tempo possível (desmilitarização da sociedade); 4- Privilegiar a segurança pública levando a cabo a formação sistemática da polícia em matéria de Direitos Humanos; 5- Punir os abusos de poder e as infracções dos Direitos Humanos |
| JUSTIÇA TRANSICIONAL | A CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE VERDADE, PAZ E RECONCILIAÇÃO COM VISTA AO APAZIGUAMENTO E AO DIÁLOGO CONSTRUTIVO ENTRE GRUPOS E COMUNIDADES | <ol style="list-style-type: none"> 1- Prestar atenção à diversidade da província/país para promover metodologias culturalmente adequadas de diálogo e reconciliação entre comunidades e grupos com vista à não repetição da violência; 2- Promover o conhecimento da verdade sobre a guerra através da documentação das pessoas que foram mortas dos abusos e as violações dos direitos humanos praticados contra as populações civis: raptos, escravidão sexual, tortura, morte (fome, falta de assistência médica), entre outros; |
| JUSTIÇA | O REFORÇO DA ACÇÃO DA JUSTIÇA PARA JULGAR E PUNIR O CRIME E A CORRUPÇÃO | <ol style="list-style-type: none"> 3- Levar a tribunal os crimes económicos e ambientais praticados na província (poluição dos lençóis freáticos, caça furtiva, corte ilegal de madeira, exploração de trabalho escravo, entre outros; 4- Levar a tribunal e punir os casos de corrupção; 5- Combater a instrumentalização da Justiça através da tolerância zero à impunidade; |

| ÁREA DE ACTUAÇÃO | RECOMENDAÇÃO | ACTIVIDADES A LEVAR A CABO |
|----------------------|---|--|
| <p>SOCIAL</p> | <p>A ASSUNÇÃO PLENA DA COESÃO SOCIAL COMO DESÍGNIO NACIONAL ATRAVÉS DE POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS INTEGRADAS, ABRANGENTES E EQUITATIVAS</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1- Criação de brigadas móveis para documentar toda a população com o Bilhete de Identidade (o BI é condição de acesso a vários direitos e garantias); 2- Criação de Centros Integrados de atendimento às mulheres e raparigas vítimas de violência sexual e raptos; 3- Reforço orçamental de profissionais e equipamento do sistema público de saúde dando particular atenção à saúde mental; 4- Criação de Centros Integrados de atendimento às crianças-soldado e às crianças órfãs e/ou desacompanhadas; 5- Reforço de políticas públicas dirigidas aos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, pessoas idosas e portadoras de deficiência) através de apoio psicossocial, subsídios de sobrevivência, formação; 6- Criação de uma disciplina de Educação para a Paz e Direitos Humanos para todos os sistemas de ensino, desde o primário ao superior; 7- Implementação de programas de reunificação familiar; 8- Reforço dos diálogos inter-geracionais para partilha de conhecimentos e experiências de construção da paz depois das outras guerras vividas no país; 9- Criação de programas radiofónicos e televisivos (em sinal aberto) expressamente concebidos para educar para a paz e os direitos humanos 10- Criação de centros de artes para o desenvolvimento da expressão artística como terapia e criação de imaginários culturais de Paz e Coesão Social |

| ÁREA DE ACTUAÇÃO | RECOMENDAÇÃO | ACTIVIDADES A LEVAR A CABO |
|--------------------|---|--|
| ECONÓMICA | A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPODERAMENTO ECONÓMICO ATRAVÉS DE ACESSO AO EMPREGO COM DIREITOS, AOS CIRCUITOS DE TROCA E COMÉRCIO E À PROMOÇÃO, APOIO E PROTECÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS DE GERAÇÃO DE RENDA LOCAIS | <ol style="list-style-type: none"> 1- Reforçar das políticas de fiscalização da Lei de Trabalho junto das empresas e empregadoras/es, nomeadamente as trans-nacionais; 2- Promover a reconstrução das aldeias destruídas recorrendo a trabalhadoras/es locais remunerando-as/os, privilegiando e desenvolvendo as capacidades colectivas instaladas; 3- Instalar serviços básicos nas aldeias ou sedes de distrito: saúde, educação, comunicações, segurança, serviços bancários para facilitar as trocas comerciais e as actividades económicas; 4- Incentivar a economia local valorizando o trabalho que as pessoas desenvolvem na sua comunidade e motivá-las a continuarem através de apoio a cooperativas locais e criação de produtos com valor comercial e intencionalidade social. Exemplos: Esteiras da Paz (Mecúfi); Bolsas, Pastas, Nenecas de capulana para a Paz (cooperativa Levanta Mulher, Cariacó, Pemba) ; 5- Promover o intercâmbio entre distritos para trocas de experiências sobre negócios, trocas comerciais e a reconstrução de habitações e infraestruturas; |
| POLÍTICA | O APROFUNDAMENTO E REFORÇO DA DEMOCRACIA NO PAÍS | <ol style="list-style-type: none"> 1- Reforçar todas as instituições democráticas através da devida orçamentação e sistemas transparentes de controlo e monitoria; 2- Criar mecanismos de participação efectiva das/os cidadãs/ãos nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito (orçamentos participativos, conselhos locais <i>ad hoc</i> para decisões estratégicas, entre outros instrumentos); 3- Formar as/os funcionárias/os para a ética republicana do trabalho nas instituições do Estado e para os Direitos Humanos; 4- Criar mecanismos de tolerância zero à corrupção nos serviços do Estado |
| COMUNICAÇÃO | A PROTECÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DOS DIREITOS A UMA INFORMAÇÃO VERDADEIRA E DE QUALIDADE | <ol style="list-style-type: none"> 1- Garantir uma comunicação social democrática e transparente através da formação adequada de jornalistas e da protecção dos seus direitos humanos; 2- Identificar os autores e punir os crimes contra jornalistas e outros agentes da comunicação social |

Conclusão

A Paz não é apenas a ausência de guerra ou de conflitos violentos. A Paz é uma construção multidimensional de condições de segurança, acesso a recursos de vida, de garantias e usufruto dos direitos humanos e da participação democrática livres de violência, na sociedade onde se escolhe viver.

A Coesão Social é uma consequência de uma cidadania activa, participativa e democrática que vela e garante a igualdade substantiva de todas e todos

as/os cidadãs/ãos e que conta com cada uma e cada um para realizar o projecto nacional de desenvolvimento respeitando as suas origens culturas e formas de vida.

A Coesão Social manifesta-se em relações de poder onde prevalece o respeito mútuo, e a segurança de que as vozes de todas e todos são ouvidas e contam. É sempre uma relação em dois sentidos já que a confiança tem que ser recíproca para existir.

Maputo, 18 de Novembro de 2021

APÊNDICE 1

O CONTEXTO DO ESTUDO: A PROVÍNCIA DE CABO DELGADO



Delimitação geográfica

Cabo Delgado situa-se no norte de Moçambique e tem os seguintes limites geográficos:

- A norte, o rio Rovuma, fronteira natural com a República Unida de Tanzânia.
- A sul, o rio Lúrio que a separa da Província de Nampula.
- A oeste, (de norte para sul) os rios Lugenda, Luambeze, Ruaca e Mewo, que fazem fronteira com a província do Niassa.
- A leste, o Oceano Índico, numa extensão de 425 quilómetros em linha recta.

Elementos históricos

A história da província de Cabo Delgado está marcada pelo cruzamento e a mestiçagem de culturas. A área de Cabo Delgado, inserida dentro das principais rotas comerciais do mundo árabe-swahili desde o século VII, tem sido fortemente influenciada por este contacto secular, sobretudo a partir da costa, e onde a presença islâmica é uma das suas facetas.

A província de Cabo Delgado tem uma importância singular para a história de Moçambique no âmbito da libertação do país, pois considera-se que a Luta Armada de Libertação Nacional iniciada pela FRELIMO (Frente Libertação de Moçambique) no dia 25 de Setembro 1964 se inicia em Chai, distrito de Macomia.

Demografia

De acordo com os resultados definitivos dos últimos censos nacionais (INE, 2019)¹, a província de Cabo Delgado tem uma população estimada em 2 320 261 habitantes, sendo 51,6 % mulheres e 48,5 % homens. Na província de Cabo Delgado 16,8 % das pessoas reside nas áreas urbanas e 83,2 %, nas áreas rurais. O distrito mais populoso é Chiúre, onde se concentra 14,4 % da população. A cidade de Pemba, a capital, tem apenas 6,6 % da população total.

No entanto, devido à chegada de centenas de milhar de pessoas em fuga da guerra nos distritos do norte da província, a população de Pemba cresceu drasticamente nos últimos dois anos não havendo ainda estatísticas fiáveis do número exacto de habitantes que hoje em dia alberga. As estimativas actuais apontam para mais de 200.000 pessoas.

Estrutura administrativa

A província conta com 17 distritos: Ancuabe, Balama, Chiúre, Ibo, Macomia, Mecúfi, Meluco, Metuge, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda, Muidumbe, Namuno, Nangade, Palma, Pemba e Quissanga. Tem 2 cidades: Pemba e Montepuez, 134 localidades e cerca de 756 aldeias.



Biodiversidade

A província de Cabo Delgado conta com uma notável biodiversidade tanto em terra quanto no mar (com 32 ilhas administrativamente ligadas à província), nomeadamente no Banco de S. Lázaro, com corais subaquáticos e grandes diversidade de espécies de animais marinhos, e no Parque Nacional das Quirimbas. Além disso, a Ilha do Ibo é conhecida pelo seu património histórico e cultural secular, com características únicas e valiosas para a compreensão da história e da cultura desta região de Moçambique.

Principais actividades económicas da população

A sua população tem como principais actividades económicas a agricultura familiar, a pecuária, a pesca artesanal, o comércio e a exploração florestal. Estima-se que a população economicamente activa corresponda aproximadamente a 44,1 % da população total sendo que as actividades ligadas à agricultura, silvicultura, pescas e extracção mineira, absorvem pelo menos 87,4 % das pessoas deste universo.

¹ Ver aqui: <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1>

A principal base económica da população de Cabo Delgado é a agricultura, praticada, fundamentalmente, em moldes tradicionais. A província dispõe de uma área de cerca de 5,6 milhões de hectares de terra arável, dos quais cerca de 1 milhão de hectares estariam em uso, antes da insurgência e da guerra começarem e forçarem à fuga de centenas de milhares de camponesas/es, por aproximadamente 527 324. 87 338 famílias dedicam-se ao sector empresarial.

Produtos agrícolas

Sob o ponto de vista agrícola, as plantas mais comuns e antigas pertencem ao grupo das gramíneas cerealíferas, como o mapira (sorgo), a mexoeira e o arroz. A mapira e a mexoeira cultivam-se em pequenas quantidades nas ilhas e em grande quantidade nas terras da Baía de Pemba, Montepuez, Arimba, Criamacoma e Muchojo. Nas terras baixas e húmidas, produz-se principalmente a batata-doce, o feijão de múltiplas variedades, a mandioca e o gergelim. Em quase toda a província cultiva-se o coqueiro e o arroz é cultivado nas terras baixas no continente. O milho, a mandioca, o arroz e o feijão-jugo constituem a principal dieta alimentar da população.

Línguas faladas na província

Na província de Cabo Delgado é caracterizada por um acentuado poli-linguismo é derivado da sua história estar relacionada com rotas importantes de comércio no oceano Índico e as suas conseqüentes mobilidades culturais, religiosas e políticas. A maioria da população de Cabo Delgado tem como língua materna o Emakhuwa, com 66,8 %, seguido do Shimakonde, mais falada no planalto, com 21,8 %, e, em terceiro lugar, o Kinwani, mais falada no litoral, com 6,1 %. Entre as outras línguas faladas, incluem-se o Português com cerca de 22,2 %, o Swahili, mais falada na fronteira com a Tanzânia, e o Ajaua, mais falada junto à província do Niassa.

Recursos naturais em Cabo Delgado

Nos últimos anos, em Moçambique, e particularmente na província de Cabo Delgado, tem-se constatado um aumento significativo da exploração de recursos minerais, tanto de minérios como de hidrocarbonetos (Sousa, 2016²; Ruiz *et al.*, 2018³; WLSA Moçambique⁴, VSO Moçambique, 2019⁵). Podem diferenciar-se como actividades principais:

- As actividades extractivas formais levadas a cabo por grandes empresas transnacionais, e focalizadas principalmente na extração de petróleo, gás, carvão e outros minerais fósseis;
- A mineração artesanal, informal e de pequena escala, que atrai cada vez mais praticantes devido à falta de alternativas nas áreas rurais e a ambição de rendimentos elevados, e que a torna a sua principal fonte de sustento (Mondlane e Shoko⁶, 2003: 244);

² Sousa, Maria Eduarda Andrade (2016): «A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: Uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento», *REMHU Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, 47, 204-209.

³ Ruiz, I. Z., P. del C. Antolín, A. das G. González e A. Gomonda (2018): *Meio ambiente e mineração artesanal em três distritos de Cabo Delgado: Ancuabe, Montepuez e Namuno*, Barcelona, Medicus Mundi Mediterrània.

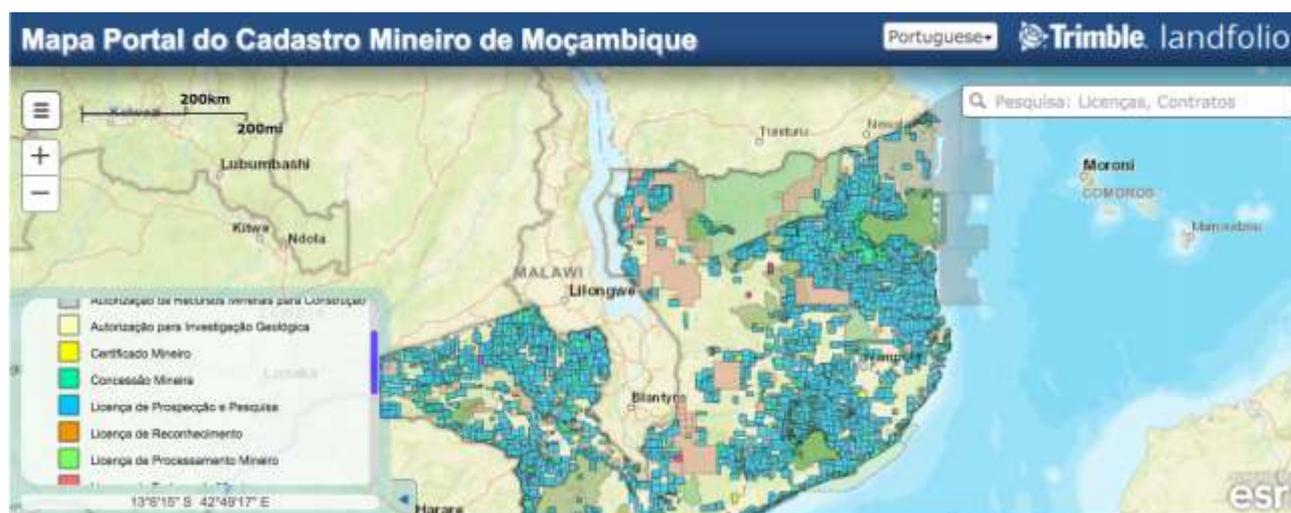
⁴ WLSA Moçambique (2018): «O impacto da indústria extractiva na vida das mulheres». Comunicação apresentada em Diálogo de alto nível sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento e gestão de petróleo, gás, recursos minerais em Moçambique, Maputo, 3 de julho de 2018.

⁵ WLSA Moçambique e VSO Moçambique (2019): «Factos sobre o impacto das práticas extractivas com ênfase nos direitos das mulheres». Ficha de informação, março 2019. Disponível em <www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2019/04/Factsheet_PT.pdf>.

⁶ Mondlane, S., e D. S. M. Shoko (2003): «The Socio-Economic and Environmental Impacts of Artisanal and Small-Scale Mining in Mozambique», em Gavin M. Hilson (ed.): *The Socio-Economic Impacts of Artisanal and Small-Scale Mining in Developing Countries*, Boca Ratón, CRC Press.

Embora a primeira actividade mereça uma maior atenção por parte do Governo, das empresas e organizações nacionais e internacionais, ambas as actividades têm repercussões directas no panorama económico e social, bem como na saúde da população e no ambiente dos territórios onde se desenvolve (Bata e Mariano, 2015⁷; WLSA Moçambique e VSO Moçambique, 2019).

Os hidrocarbonetos apresentam uma grande potencialidade no país, tanto *onshore* como *offshore*, fundamentalmente na bacia do Rovuma. Em 2011-2012, as empresas Anadarko (Estados Unidos) e Eni (Itália), com a perfuração exploratória ao largo da costa na Bacia do Rovuma, avaliaram que as reservas de gás natural ali encontradas seriam as mais importantes do mundo identificadas em mais de uma década (Abrahamson, *et al.*, 2013⁸). Por outro lado, outra das principais actividades extractivas formais que importa destacar é a exploração de rubis e de grafite que tem vindo a acontecer há mais tempo. Em Cabo Delgado, a exploração comercial formal e em grande escala dos rubis iniciou-se em 2011 com a criação da empresa Montepuez Ruby Mining, Ltda., resultante da parceria entre a moçambicana Mwiriti Ltda. e a multinacional britânica Gemfields (Hsu, Lucas e Pardieu, 2014⁹). A Syrah Resources realiza a exploração de grafite no distrito de Balama, e a GK Graphite Mine e Grafex, Ltda., em Ancuabe. Além disso, a Suni Resources S. A. está a estudar realizar explorações no distrito de Montepuez e a HD Mining Development pretende explorar a grafite obrigando à deslocação de centenas de famílias. Através da iniciativa da Spatial Dimension (<https://portals.landfolio.com/mozambique/pt/>) podemos ter acesso a um mapa de cadastro mineiro no qual é possível aceder à localização geográfica das zonas de concessão mineira e áreas de prospecção, além de um resumo dos contratos com as empresas mineiras.



Em relação à segunda actividade referida, a mineração artesanal, importa referir que esta está cada vez mais limitada e sujeita aos interesses das empresas formais. O seguinte quadro resume as enormes e variadas riquezas minerais da província:

⁷ Bata, E., e Z. Mariano (2015): «A Vulnerabilidade Socioambiental no contexto da exploração das pedras preciosas e semipreciosas em Namanhumbir, distrito de Montepuez (Moçambique), entre 2004 e 2011», *Revista del Departamento de Geografía*, 29, 34-58. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/rdg.v29i0.102084>>.

⁸ Abrahamson, D., E. Herb, J. J.-Z. Lin et al. (2013): *Mozambique: Recursos Naturais/Sector Extractivo para a Prosperidade*, Columbia, School of International and Public Affairs, Universidade de Columbia.

⁹ Hsu, Tao, Andrew Lucas e Vincent Pardieu (2014): «Mozambique: A Ruby Discovery for the 21st Century», 03/12/14. Disponível em <<https://www.gia.edu/gia-news-research-mozambique-expedition-ruby-discovery-new-millennium>>.

| Minérios | Distritos |
|--|-----------------------------|
| Areias pesadas | Palma |
| Carvão | Mueda (rio Lugenda) |
| Pedras preciosas e semi-preciosos: turmalina, corundo, rubi, granada, safira | Quase todos os distritos |
| Grafite | Ancuabe e Balama |
| Ouro | Namuno, Ancuabe e Montepuez |
| Granitos e mármore | Montepuez |

Fica clara a extrema contradição entre as riquezas naturais de Cabo Delgado e a pobreza da sua população e as enormes frustrações e revoltas a que isso pode conduzir¹⁰.

Da insurgência à guerra

Desde o início de Outubro de 2017 que a província de Cabo Delgado tem estado sob uma enorme tensão provocada por inúmeros episódios de violência que têm conduzido a uma instabilidade social, ao medo generalizado por parte das populações e a um bloqueio informativo por parte das autoridades governamentais do país sobre o que se passa naquele território. Desde Outubro de 2020 que a situação piorou drasticamente com um aumento da intensidade da violência e a fuga de centenas de milhar de pessoas. Segundo a publicação Cabo Ligado¹¹ Semanal ente Outubro de 2017 e a segunda quinzena de Setembro de 2021 tiveram lugar:

Número total de ocorrências de violência organizada: 992

Número total de vítimas mortais de violência organizada: 3.306

Número total de mortes reportadas de alvos civis: 1.492

O mapa seguinte divulgado na mesma publicação mostra a localização e a intensidade dos ataques violentos:



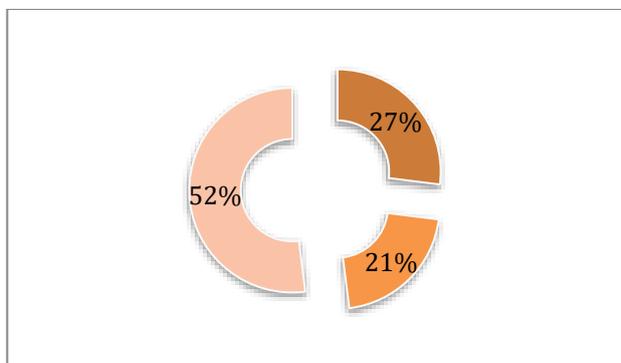
¹⁰ Para aprofundar a compreensão sobre a actual situação da província e os impactos da economia extractiva nos conflitos e no desenvolvimento veja-se Cunha, Teresa *et al* (2019), *Estudo de caso: Cabo Delgado (Moçambique a terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz (ISBN: 978-84-09-17639-7) e que está disponível na página do Centro de Investigação para a paz Gernika Gogoratuz.

¹¹ Ver aqui: <https://macua.blogspot.com/files/cabo-ligado-67-19.09.2021.pdf>

Na decorrência desta violência sistemática está-se a assistir ao despovoamento da parte norte da província, nomeadamente dos distritos de Palma, Mocimboa da Praia, Muidumbe e Macomia, e uma alteração profunda da estrutura social e até demográfica da região. Segundo o último *baseline assessment* publicado pela Organização Internacional das Migrações em Setembro de 2021¹², estão internamente deslocadas 744 949 pessoas:

An estimated 642,404 IDPs were identified in Cabo Delgado, while an additional 99,448 IDPs were identified in Nampula, 1,221 IDPs in Niassa, 1,602 IDPs in Zambezia, 164 IDPs in Sofala and 110 IDPs in Inhambane. This brings the total number of IDPs due to the situation of insecurity to 744,949 IDPs. This represents an increase of 12,722 displaced individuals compared to the previous round (April 2021).

A mesma avaliação refere que deste imenso conjunto de pessoas, 27% são mulheres, 21% são homens e 52% são crianças até aos 18 anos.



Das pessoas adultas 10.706 são idosas; 3.859 são crianças desacompanhadas; foram identificadas pelo menos 3.436 mulheres grávidas e 808 pessoas vivem com incapacidades várias.

Esta avaliação conjugada com

- a complexidade das potenciais causas da guerra;
- a ausência de estruturas sociais capazes de dar resposta aos problemas de saúde, educação e segurança social à população em geral e às pessoas deslocadas internamente em particular;
- a presença cada vez maior de militares na província e a conseqüente militarização da sociedade;
- o blackout informativo;
- os traumas sofridos por estas populações;
- a vulnerabilidade acrescida pelo prolongamento da sua ausência dos seus lugares de origem

mostra a gravidade da situação sendo que qualquer trabalho em ordem à Paz e Coesão Social não poderá ignorar tanto a extensão dos problemas como a intensidade dos sofrimentos que é necessário apaziguar e converter em expectativas positivas de vida.

¹² Ver aqui: <https://reliefweb.int/report/mozambique/iom-mozambique-dtm-baseline-assessment-report-round-13-cabo-delgado-nampula-niassa>